

LILIANA ANDREIA VALENTE NEVES

PEREGRINOS E VIAJANTES

**O auxílio das Misericórdias
de Braga e Ponte de Lima**
séculos XVII-XVIII





Liliana Andreia Valente Neves é Licenciada e Mestre em História, pela Universidade do Minho. Desenvolve, desde 2018, o seu doutoramento em História Moderna, na mesma academia, com um projeto financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Integra o centro de investigação Lab2PT e o grupo História Social a Norte.

Ao longo do seu percurso académico foi premiada várias vezes, destacando-se entre essas distinções, o Prémio Engenheiro Duarte Amaral da Sociedade Martins Sarmento e a Bolsa de Estudo por Mérito atribuída pela Direção Geral do Ensino Superior, em 2017. Tem participado em diversos Seminários e Congressos nacionais e internacionais, possuindo vários artigos publicados em revistas científicas e capítulos de livros. A sua investigação desenvolve-se no âmbito da História Social e tem atentado no estudo das viagens, peregrinações e da assistência prestada pelas Misericórdias à população em trânsito.

LILIANA ANDREIA VALENTE NEVES

PEREGRINOS E VIAJANTES

**O auxílio das Misericórdias
de Braga e Ponte de Lima**
séculos XVII-XVIII

Peregrinos e viajantes

O auxílio das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima (séculos XVII-XVIII)

Autor: Liliana Andreia Valente Neves

Capa: António José Pedro

© 2021, Edições Húmus e Autor

Edições Húmus, Lda., 2021

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef.: 926 375 305

www.edicoeshumus.pt

humus@humus.com.pt

ISBN: 978-989-755-678-4

Impressão: Papelmunde – V. N. Famalicão

1ª edição: Dezembro de 2021

Depósito Legal: 490705/21

Índice

11	Apresentação
15	Agradecimentos
17	Introdução
21	Capítulo I – O caminho da investigação
23	1. Um olhar sobre os peregrinos e viajantes
29	2. Fontes documentais para o estudo da população em trânsito
29	2.1. As fontes da Misericórdia de Ponte de Lima
30	2.2. As fontes da Misericórdia de Braga
32	2.3. As fontes de outras confrarias
35	3. Metodologia adotada
37	4. Em busca da definição de conceitos
41	5. Um olhar sobre a historiografia ibérica
45	Capítulo II – Pobreza, religiosidade e migrações no Portugal Moderno
47	1. Guerras, crises e fomes: breve caracterização do contexto europeu
47	1.1. Os antecedentes (séculos XV e XVI)
50	1.2. O século XVII
53	1.3. O século XVIII
55	2. O contexto português: alguns apontamentos sociais e políticos
55	2.1. Fomes, pestes e intempéries
58	2.2. Estrangeiros e comerciantes em Portugal
60	2.3. Os portos marítimos e os portos secos
61	2.4. A população portuguesa
63	2.5. Um olhar sobre a História política portuguesa – séculos XVII-XVIII

70	2.6. A crise da segunda metade do século XVIII e a primeira década do século XIX
73	3. Visão sobre a pobreza, no Período Medieval e Moderno
74	3.1. Pobres merecedores e vagabundos
77	3.2. As cartas de guia
79	4. Os viajantes e as migrações sazonais
81	5. As peregrinações e a fé
81	5.1. Rituais de fé no período Barroco
84	5.2. O compromisso da peregrinação
86	5.3. Embustes sofridos pelos peregrinos
87	5.4. Os santuários
89	6. Santiago de Compostela – um destino preferencial
93	7. As vias e caminhos de peregrinação
97	8. Contexto assistencial dos viandantes
98	8.1. As albergarias
100	8.2. Os hospitais
105	8.3. O alvorecer das Misericórdias e o surgimento de uma nova forma de assistência
109	Capítulo III – O auxílio das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima aos viajantes e peregrinos
113	1. Dificuldades do viandante: morte e doença ao longo do caminho
119	2. Quem estava em trânsito no Período Moderno?
139	3. O auxílio prestado aos viajantes
145	4. As Casas dos Passageiros
153	5. As despesas das Santas Casas de Braga e Ponte de Lima com a população em trânsito, na época Moderna
165	Notas Finais
169	Fontes
175	Bibliografia
185	Sites
187	Anexo

Índice de gráficos

- 122 Gráfico 1 - Principais destinos dos viajantes auxiliados pela Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)
- 124 Gráfico 2 - Viajantes estrangeiros auxiliados pela Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)
- 129 Gráfico 3 - Género dos viajantes auxiliados na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)
- 155 Gráfico 4 - Evolução das despesas com passageiros e sazonalidade das mesmas, na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII)
- 156 Gráfico 5 - Evolução das despesas com passageiros e sazonalidade das mesmas, na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)
- 159 Gráfico 6 - Análise comparativa da evolução das despesas mensais, com passageiros, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)
- 160 Gráfico 7 - Análise comparativa da evolução das despesas com passageiros, por década, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)
- 161 Gráfico 8 - Análise comparativa da evolução das despesas com passageiros, por século, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)

Índice de quadros

- 125 Tabela 1 – Viajantes estrangeiros auxiliados pela Misericórdia de Viana da Foz do Lima (1602-03)
- 133 Tabela 2 – Características dos forasteiros assistidos na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)

Índice de figuras

- 33 Figura 1 – Pormenor da capa de um dos livros de receitas e despesas da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima
- 99 Figura 2 – Capela de Santiago de Francelos, Prado, Vila Verde
- 102 Figura 3 – Fachada principal do hospital de São Marcos, em Braga
- 111 Figura 4 - Escultura representativa de um peregrino que se encontra junto à porta da Igreja da Misericórdia de Ponte de Lima
- 146 Figura 5 – Fotografia aérea do Hospital de São Marcos
- 151 Figura 6 – Antiga porta que estabelecia a ligação entre o interior da igreja e o claustro do hospital de São Marcos

APRESENTAÇÃO

O livro da Mestre Liliana Andreia Valente Neves analisa a assistência ao peregrinos e viajantes das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima ao longo dos séculos XVI-XVIII, dando a conhecer não somente a prática desta obra de misericórdia, mas também muitos outros aspetos que lhe estão associados.

Situadas no Minho, estas duas Santas Casas encontram-se localizadas num território povoado de equipamentos religiosos, como igrejas, capelas e ermidas, onde se cruzavam várias vias de acesso a Santiago de Compostela, na Galiza, região com quem mantém fronteira fluvial e terrestre. Esta localização privilegiada, associada às fronteiras, contribui para explicar o fluxo de pessoas em circulação desde a Idade Média, não somente por razões religiosas, como por outras, levando-as a solicitar auxílio às referidas confrarias, em caso de necessidade.

Embora as Misericórdias tenham conhecido nas últimas décadas uma intensa produção historiográfica, principalmente para o Período Moderno, esta obra de misericórdia não tem sido aprofundada, provavelmente devido à complexidade das fontes existentes. Como se faz notar no livro, as fontes levantam muitos problemas e nem sempre respondem às perguntas do investigador.

Uma reflexão sobre as fontes e a metodologia de trabalho patenteia-se logo nas primeiras páginas da obra, vislumbrando-se ainda um apontamento sobre a historiografia ibérica relativa à temática em apreço. Estudar a assistência à população em trânsito é o objetivo primeiro deste livro, porém a Autora teve a preocupação de a integrar no contexto europeu e no português, marcado por guerras, fomes e pestes, o que dificultava, em alguns períodos, a mobilidade e, simultaneamente, sublinhava as carências de uma população profundamente crente, mas também com poucos recursos. Não se pense,

todavia, que as elites estiveram ausentes deste movimento. Pelo contrário, reis, duques e condes rumaram a Santiago de Compostela, usando o território minhoto para lhe aceder.

Para responder às necessidades das pessoas em trânsito, existiam desde a Idade Média albergarias e hospitais aos quais se juntaram as Misericórdias no alvorecer da Idade Moderna, amenizando o percurso, por disponibilizarem serviços e esmolas aos que estavam de viagem e necessitavam de auxílio. Como sinaliza a Autora, os perigos que o peregrino e o viajante comum enfrentavam eram muitos e neste destino preferencial de Santiago tudo podia acontecer. O Minho, como referimos, estava dotado de vários caminhos de peregrinação, mas os perigos ocorriam a qualquer momento, podendo ser potenciados quando os viajantes faziam a viagem sozinhos. Sozinhos ou em grupo, de barco ou a pé, os romeiros usavam as várias vias existentes, procurando em simultâneo lugar para pernoita.

Após um contexto alargado, a Mestre Liliana Neves centra a análise no desempenho das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima, destacando as despesas efetuadas com a população em trânsito. O trabalho tem ainda o mérito de analisar a assistência feita de forma integrada, possibilitando ao leitor uma visão alargada da ação assistencial das referidas confrarias. Para além da esmola, da carta de guia e da cavalgadura, muitas obras de misericórdia podiam ser praticadas com o mesmo viajante. Os que se dirigiam à Misericórdia de Braga podiam ser acolhidos na “casa dos peregrinos” ou “casa dos viajantes” do hospital de São Marcos, enquanto o “Hospital de Fora”, da Santa Casa de Ponte de Lima, recebia os que lhe batiam à porta.

A análise efetuada recai também nos meses de maior busca de esmola, procurando encontrar relações entre o ritmo de trabalho, a festa ao Apóstolo e o clima. Ato de fé, a peregrinação podia demorar alguns dias ou meses, expondo os que demandavam os caminhos a vários perigos. Entre os muitos crentes, havia também os vagabundos que se faziam passar por pobres e os mal-intencionados. A Autora estuda ainda a composição da esmola e a sua evolução no tempo, demonstrando como as Santas Casas atuavam e os montantes gastos nesta obra de misericórdia. Detalha também o sexo dos viajantes, a profissão, os locais de origem e de destino, os nacionais e os estrangeiros.

Pelas razões enunciadas, o livro merece a atenção do leitor, convocando-o também a percorrer estas páginas, cheias de informação sobre uma obra de misericórdia muito pouco estudada.

Finalizo com um agradecimento particular aos Senhores Provedores das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima, respetivamente Dr. Bernardo Reis e Dr. Alípio Matos, por possibilitarem a publicação desta obra e, dessa forma, dar a conhecer o envolvimento destas confrarias junto de quem viajava e necessitava de auxílio, num tempo em que as viagens eram muito perigosas e dispendiosas.

Braga 21 de junho de 2021.
Maria Marta Lobo de Araújo

AGRADECIMENTOS

Começo por expressar o meu profundo agradecimento à Doutora Marta Lobo de Araújo, minha orientadora de mestrado e doutoramento. Obrigada pela força, persistência, conselhos, vivacidade, energia, boa disposição e confiança que sempre me transmitiu. As expectativas que depositou em mim e as suas palavras amistosas nunca me permitiram baixar os braços. É imensa a gratidão e admiração que lhe tenho, sem a sua ajuda a publicação deste livro nunca teria sido possível.

Agradeço também aos patrocinadores desta obra, a Santa Casa da Misericórdia de Braga, na pessoa do seu provedor, o Dr. Bernardo Reis, e a Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, na pessoa do seu provedor, o Dr. Alípio Matos. O seu mecenato foi essencial para a publicação deste trabalho. Estou muito grata pela amizade e cuidado com que sempre me receberam nas Santas Casas que dirigem, por me abrirem as portas dos seus arquivos e por me permitirem estudar, trabalhar, investigar.

Em terceiro lugar, quero deixar o meu agradecimento à minha família e amigos. Ao meu pai, que sempre trabalhou para me dar a possibilidade de me dedicar aos estudos; à minha mãe, por todas as palavras de amor e por todos os dias apoiar e incentivar os meus sonhos e objetivos; ao meu irmão que amo infinitamente; aos meus avós, por sempre terem estado presentes na minha vida, especialmente a minha avó Felicidade sempre tão atenta ao meu trabalho. Ao Miguel, por conseguir descomplicar, sempre, os desafios que enfrento.

Um agradecimento para todos aqueles que me ajudaram na realização deste projeto. Aos funcionários dos serviços administrativos da Misericórdia de Ponte de Lima, pela simpatia com que sempre me receberam. Um enorme obrigado, também, aos funcionários do Lar Condes da Folgosa, em Ponte

da Barca, especialmente à Dra. Ângela Almeida e à Professora Armandina, porque me fizeram sentir em casa, nos dias que ali passei. Agradeço, por fim, aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga: senhores Jorge, Nuno, Filipe e Luís. Nos largos meses que partilhei com eles, na sala de leitura, foram incansáveis na simpatia com que me trataram, nunca recusando auxílio quando lho solicitava. Espero que as nossas vidas se cruzem muitas vezes, em investigações futuras.

Por último, um agradecimento sincero a todos aqueles que tiveram parte na minha vida académica. Destaco a gratidão que sinto por ter cursado na Universidade do Minho. Não poderia ter melhores professores. São os seus ensinamentos que me permitem fazer História. Lembro-me das palavras, dos conselhos e da amizade.

INTRODUÇÃO

Nos séculos XX e XXI o Homem dominou a distância. Viagens intercontinentais, que antes duravam meses, demoram agora meia dúzia de horas. Pertencemos a um mundo de comunicações fáceis, rápidas e confortáveis. Sabemos, no entanto, que estas comodidades não existiram noutras períodos da História. Até inícios do século XX, não foi o Homem quem dominou a distância, mas foi ela quem controlou as relações humanas. É certo que o tema das viagens tem vindo a ser desenvolvido e hoje conhecemos muito sobre as deslocações no passado. Contudo, nem sempre o conhecimento existente é suficiente para compreender esses fenómenos.

Sabemos, hoje, que o período Medieval ficou marcado pelo “culto” da figura do peregrino ou do pobre viandante. Este, sem teto para dormir e sem comida para se alimentar, vivia da esmola e da caridade alheia, à semelhança de Jesus. Tornava-se obrigação comum atender estes indivíduos.⁽¹⁾ Praticar boas obras para com os desfavorecidos equivalia a auxiliar a Cristo e, por isso, reis e nobreza procuravam assegurar a existência de locais para receber estes indivíduos e destacar-se no panorama assistencial.

A instabilidade política Medieval tornou a Fé um dos grandes pilares das populações. Por ela, empreendiam-se longas peregrinações a Santiago de Compostela e a Roma, não faltando também as cruzadas à Terra Santa. Urgia criar espaços onde os peregrinos pudessem descansar, durante as suas longas jornadas. Desta forma, foram surgindo, ao longo dos caminhos, hospitais e albergarias onde os transeuntes se podiam recolher para passar

(1) Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 31-37.

a noite, gratuitamente.⁽²⁾ Havia-as privadas, também, onde os passageiros podiam dormir, comer e alimentar os seus cavalos, a troco de pagamentos, muitas vezes arbitrários e excessivos.⁽³⁾

Quando a rainha D. Leonor fundou a Misericórdia de Lisboa, em 1498, primeira de muitas que se espalhariam reino e mundo fora, tinha por preocupação cuidar dos pobres e resguardá-los dos perigos que os ameaçavam. Entre as diferentes práticas caritativas das Santas Casas estava a de assistir os viajantes, de forma gratuita, protegendo-os da exploração dos taberneiros e estalajadeiros.⁽⁴⁾ Talvez no momento da fundação desta instituição nem a rainha, nem os próprios irmãos tivessem a percepção que as obras que cumpriam transformariam estas confrarias nas maiores casas de assistência a nível nacional, durante o Período Moderno, levando-as a uma duração secular, tendo já ultrapassado os 500 anos de existência, em 1998.

Foram muitas as pessoas que, ao longo dos séculos passados, recorreram a estas instituições, procurando todo o género de auxílios. O longo manto da Senhora da Misericórdia a todos acolhia debaixo das 14 obras que estava obrigada a suprir. Ajudava, ainda, raparigas pobres a casar e recebia expostos. Foram inúmeros os pobres que encontraram apoio nestas irmandades. O seu peso assistencial é, desta forma, de grande interesse, se tivermos em conta que nos referimos a um período em que o socorro aos necessitados dependia, um pouco por toda a Europa, de instituições religiosas e particulares. No caso português, este era maioritariamente assegurado pelas Santas Casas, instituições laicas, de proteção régia e, por esses motivos, muito inovadoras à época.⁽⁵⁾

(2) Marques, José, «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», in *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, 1989, pp. 15-16.

(3) Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957, pp. 111-112.

(4) Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 24-30; Magalhães, António de, «"Os assistidos": formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 141-142.

(5) A propósito veja-se Lopes, Maria Antónia, «Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)», in *Estudos do Século XX*, nº13, Coimbra, 2013, pp. 264-270.

Sendo umas das obras menos estudadas e à qual a historiografia nacional tem atribuído uma importância menor, “dar pousada aos peregrinos” foi, no entanto, uma importante prática caritativa. Não só pelos gastos que exigia às Misericórdias, mas também pelo esforço que algumas destas confrarias faziam, para garantir a existência de um espaço destinado a passageiros e respetivos assalariados.

As Santas Casas revelavam-se, desta forma, um local seguro e de confiança onde o viajante podia encontrar repouso, aproveitando para cuidar do corpo e da alma. Ambos os serviços eram assegurados por várias destas confrarias. Para sua alimentação recebiam, em grande parte dos casos, uma esmola em dinheiro; para dormir uma esteira; e para cuidar da alma missas e confessos. Em caso de doença eram acolhidos nas enfermarias dos hospitais, sendo curados gratuitamente. As Santas Casas desenvolviam, desta forma, uma obra de caridade magnânima.

Através da nossa pesquisa procuramos mostrar como o tema dos viajantes tem sido tratado pela historiografia nacional e internacional. Notámos uma ausência de conhecimento sobre as características dos peregrinos quanto à proveniência, destino, nacionalidade, sexo, profissão ou motivação da jornada, entre outras questões que nos pareceram suficientemente importantes para justificar a nossa análise. Verificamos, também, a inexistência de um estudo complementar onde se analisassem, em conjunto, os peregrinos, os passageiros estrangeiros, as cartas de guia e a assistência que estes encontravam ao longo do seu caminho. Práticas que já têm sido levadas a cabo em Espanha, onde os estudos ligados aos Caminhos de Santiago têm trazido grandes avanços no conhecimento das movimentações populacionais.

Procuramos fornecer ao leitor uma contextualização do mundo europeu e português, da época, pois perceber a envolvência em que atuam os peregrinos e viajantes, é essencial. Desejamos tornar facilmente compreensível, para todos os leitores, os fenómenos que analisamos e o período sobre o qual nos debruçamos. A este propósito, sabemos que guerras, crises, pestes e cataclismos meteorológicos influíam no número e percurso dos viajantes. Analisámos a forma como os homens da Época Moderna viviam a Fé, contrabalançando com o Período Medieval. Apontamos, ainda, as alterações que sofreram os movimentos de peregrinação, ao longo dos dois séculos, e as diferentes formas de assistência aos peregrinos, existentes em ambos os períodos. Por fim, atentamos nos principais itinerários de circulação conhecidos, em Portugal, para os períodos em questão.

No último capítulo apresentámos os resultados de uma investigação inédita e efetuada através da análise dos arquivos das Misericórdias, onde estudamos a dádiva de esmolas, o acolhimento dos peregrinos e viajantes, o seu tratamento e enterramento, entre outros aspetos. Procuramos, também, entender quem eram estes indivíduos; quais as suas origens e os destinos mais frequentes; se vinham acompanhados e por quem; se eram homens ou mulheres; quais os quantitativos que recebiam de esmola; quais as variações sazonais dos viajantes; quais as décadas em que estes foram mais numerosos; e qual o peso das despesas destes indivíduos no orçamento das Santas Casas. São estas algumas das questões às quais respondemos, através do nosso esforço de investigação.

Esperamos, neste sentido, que o nosso trabalho traga alguns contributos para um melhor conhecimento sobre os viajantes e a assistência praticada para com eles, no espaço nacional. Assim como possibilitar um mais alargado entendimento da ação caritativa das Misericórdias, demonstrando o seu preponderante desempenho nas viagens e peregrinações.

CAPÍTULO I

O CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

1. UM OLHAR SOBRE OS PEREGRINOS E VIAJANTES

A nossa investigação teve como objetivo principal o estudo da assistência prestada pelas Santas Casas da Misericórdia, com destaque para a de Braga e Ponte de Lima, aos que se encontravam em viagem, na região do Minho entre os séculos XVII e XVIII.

A circulação de contingentes humanos, por diversos territórios, está intrinsecamente ligada à evolução da própria humanidade e tem sido estudada no âmbito de diferentes períodos históricos. Sabemos que o Período Medieval constituiu o auge das peregrinações e da circulação religiosa. Todavia, o final da Idade Média ficou marcado pela decadência desse fenómeno, devido a um conjunto de fatores, relacionados com a Peste Negra, e mais tarde o protestantismo e as guerras entre diferentes reinos europeus. Poderemos, no entanto, falar do fim das peregrinações? Ou a diminuição desses contingentes de peregrinos marcaria apenas uma diferença quantitativa, continuando a ser um fenómeno de relevância? Os homens e mulheres do Período Moderno terão deixado de circular ou continuariam a movimentar-se? Que razões os colocava em trânsito? De que forma se tornaria possível circular, entre zonas tão longínquas como os extremos europeus, num período em que as pessoas se deslocavam, essencialmente, a pé e a cavalo? Será que os pobres viajavam? Que razões os impulsionavam?

Estas são algumas das questões que orientaram a nossa investigação, procurando provar que os homens e mulheres do Período Moderno se mantiveram ativos e circularam por diversos territórios, nacionais e internacionais. Para o efeito, contaram com o auxílio das Misericórdias, que desempenharam um papel fundamental na circulação na Idade Moderna.

Após um olhar mais escrutinador da bibliografia existente, a propósito deste assunto, apercebemo-nos que, para o caso português é ainda muito parca, estando o tema pouco desenvolvido. Decidimos, portanto, embrenhar-nos na análise do assunto. O projeto tronou-se mais alicianete quando

verificámos que os principais estudos sobre as Santas Casas da Misericórdia, portuguesas, e em especial as minhotas, também não abordavam o tema ou faziam-no de forma pouco aprofundada.

Tendo em conta as várias limitações que ladeiam qualquer projeto de investigação, especialmente as temporais, cingimos o nosso estudo ao Período Moderno, centrando-nos nos séculos XVII e XVIII, uma vez que para o século XVI poucas destas confrarias preservam documentação. Partimos das questões iniciais: onde e que auxílio encontravam, pelo caminho, os viajantes? Quem eram? Quem os assistia? Que ajuda recebiam? Quais os percursos que seguiam?

Relativamente às fontes eleitas, para desenvolver esta pesquisa, estávamos cientes de que, na Época Moderna portuguesa existia uma instituição que era, seguramente, a mais poderosa a operar no campo assistencial nacional: a Santa Casa da Misericórdia. Tal é visível pela rápida proliferação destas confrarias por quase todos os concelhos do reino e em muitas partes do império.⁽¹⁾ Sabendo que estas instituições se dedicavam ao cumprimento das 14 obras de Misericórdia, 7 corporais e 7 espirituais, e que nas corporais a sexta era “dar pousada aos peregrinos”⁽²⁾, consideramos que os seus arquivos nos poderiam fornecer grande parte das informações que desejávamos obter. Por este motivo, escolhemos como fontes a documentação das Santas Casas, mais especificamente os livros de registos de despesas, onde surgem discriminados os gastos com os viajantes; e os livros de atas que fornecem informações precisas sobre a relação destas instituições com os passageiros. Procuramos também outra documentação como, por exemplo, as petições, mas infelizmente o nosso esforço não obteve êxito.

Definido o objeto de estudo, o recorte temporal e as fontes, delimitamos o espaço geográfico que a pesquisa deveria abarcar. Escolhemos a região do Minho, província confrontante com a Galiza pois por este território passavam as principais rotas de peregrinos a caminho de Santiago de Compostela. Nesta região situava-se, também, um dos mais importantes portos marítimos da época, o da vila de Viana do Castelo, doravante aqui denominada Viana da Foz do Lima, designação da época. A parte sudeste do Minho tinha, e

(1) Sá, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 7-21.

(2) Confira-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 115-116.

ainda tem, ligação com o nordeste transmontano. Consideramos, devido a estas condições geográficas, estar perante um território de forte trânsito no Período Moderno.

Existiam outras características que contribuíram para o aumento da importância da região. Braga, era um dos principais centros religiosos da época, rivalizando com Santiago de Compostela, graças à quantidade de relíquias, santuários e igrejas que possuía, conseguindo ostentar o título de Primaz das Espanhas.⁽³⁾ Pela cidade passariam somas avultadas de peregrinos e comerciantes. A importância da cidade era tal que a sua Misericórdia estaria em funcionamento, provavelmente, logo em 1513, apenas 15 anos depois da fundação da primeira das suas congéneres, a homóloga lisboeta.

A Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, sita na vila homónima, constituía um dos pontos de passagem obrigatório para todo o indivíduo que se dirigisse a Santiago de Compostela, seguindo pelo caminho do interior desde Barcelos ou Braga até Valença. A nobreza estava fortemente implantada na região, multiplicando-se os solares. A vila possuía uma vida económica intensa, pautando-se pelo comércio local, uma feira quinzenal e um rio onde circulavam muitas barcas de mercadorias.⁽⁴⁾ A vida pulsante seria motivo suficiente para que, logo em 1530, a sua Misericórdia já estivesse em funcionamento, pois nesse ano recebeu os estatutos da sua congénere de Lisboa. Não significa, no entanto, que a instituição não se encontrasse a operar anteriormente.⁽⁵⁾

Para complementar o nosso estudo, analisamos ainda, a título exemplificativo, duas outras instituições. A primeira, é a Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima que se encontrava numa vila costeira, possuidora de um importante porto marítimo, um dos principais do reino, na época. A vila de Viana constituiria, desta forma, um local de grande circulação de povos estrangeiros, desde marinheiros, mercadores a peregrinos que ali

(3) Para este assunto veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 243; e o site da Arquidiocese de Braga: <http://www.diocese-braga.pt/arquidiocese/220/5914>, consultado a 1 de agosto de 2017.

(4) Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 354.

(5) Sobre a Misericórdia de Ponte de Lima e esta problemática veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 269.

desembarcavam. A vila havia recebido foral de D. Afonso III, em 1258, ano em que o rei teria peregrinado a Santiago de Compostela e lá pernoitado. Relativamente à data de fundação da Misericórdia permanece uma incógnita. É certo que estaria em pleno funcionamento em 1521, sendo apenas oito anos mais nova do que a confraria bracarense, no entanto, é possível que já anteriormente estivesse a operar.⁽⁶⁾

A outra Misericórdia a que recorremos em termos comparativos foi a Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca. Esta localizava-se numa pequena vila interior, encurralada entre Ponte de Lima e Arcos de Valdevez, sendo atravessada por uma importante rota que ligava Braga à vila arcuense, através de Terras da Nóbrega. Dali, haveria passagem para Monção e, conseqüentemente, para a Galiza. Estamos, portanto, em querer que poderão existir números de passageiros, algo significativos, a utilizar este trajeto, mesmo sendo uma vila muito pequena, no Período Moderno. Possuía apenas uma rua principal, onde estava localizada a Misericórdia e um bairro com travessas. Não obstante, em 1464 tinha-se tornado sede de um concelho cuja vida se caracterizava pelos trabalhos agropecuários, pelo comércio local e pela feira mensal.

Desconhece-se a data de fundação da Santa Casa. As referências mais antigas remontam a 1534, ano esculpido sobre a porta de entrada da sua igreja. Contudo, o documento mais antigo, atualmente conservado, e que foi passado em nome da irmandade é uma procuração de 1584, havendo, no entanto, várias escrituras de particulares que, desde 1542, referiam a Misericórdia.⁽⁷⁾

As duas Misericórdias em estudo são quinhentistas e nasceram nas primeiras três décadas do século XVI, indicador da pertinência que teria a sua existência nas respetivas vilas e cidade, onde se estabeleceram. Neste panorama, encontramos três Santas Casas das mais poderosas que o Minho possuiu: Braga, Viana da Foz do Lima e Ponte de Lima. Por outro lado, Ponte da Barca veio contrabalançar este cenário, uma vez que era uma pequena vila. Todavia, esta discrepância de realidades permite-nos verificar se os seus auxiliados tinham ou não as mesmas características das suas congéneres.

(6) Magalhães, António, *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Edição da Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, pp. 57, 65-67.

(7) Consulte-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre Ricos e Pobres: A Actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, pp. 18-25.

Por fim, importa referir que estas confrarias nos garantiram possuir registos de viajantes, uma vez que os seus corpos institucionais estavam apetrechados com locais destinados aos mesmos. Braga recebia os forasteiros na “Casa dos peregrinos”, localizada no interior do hospital de São Marcos. Ponte de Lima destinava um hospital a todos aqueles que estivessem em trânsito: o chamado “Hospital de Fora”, por estar no exterior das muralhas, de forma a permitir a entrada e saída dos seus alojados, durante a noite e madrugada. Por fim, Viana da Foz do Lima recolhia os viajantes no hospital “velho”, criado para tratar doentes tendo depois sido substituído pelo da Misericórdia. Ficou, no entanto, à guarda da mesma instituição e foi destinado àqueles que precisassem de pernoitar na vila, mas o mesmo já não encontramos na Santa Casa de Ponte da Barca. Tornou-se, por isso, um desafio entender se era ou não procurada pelos mesmos e se estes tinham relevo nos seus gastos financeiros.

Através das pesquisas por nós desenvolvidas conseguimos identificar a proveniência e destino dos passageiros, nacionais e estrangeiros. Analisámos as suas profissões, estado civil, idade, sazonalidade, auxílios recebidos e problemas com que se debatiam, ao longo das jornadas. Apercebemo-nos da globalidade do apoio prestado pelas Santas Casas aos peregrinos e viajantes, exercendo um papel fundamental no âmbito das peregrinações, viagens e migrações dos séculos XVII e XVIII. Propomo-nos, desta forma, a apresentar os resultados de uma investigação inédita, sobre a circulação das classes mais desfavorecidas, no Período Moderno.

2. FONTES DOCUMENTAIS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO EM TRÂNSITO

A nossa investigação desenvolveu-se principalmente nos arquivos das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima, devido à importância e profusão de dados que possuem, para o Período Moderno. Todavia, como já referimos, de forma a desenvolver com maior sustentabilidade a nossa pesquisa e a realizar um estudo comparativo, analisamos também, a título exemplificativo, documentação das Misericórdias de Viana da Foz do Lima e de Ponte da Barca.

A documentação da Santa Casa de Viana da Foz do Lima foi cedida, pela mesma instituição ao arquivo distrital em março de 1990.⁽⁸⁾ Já a sua homóloga bracarense depositou parte do seu acervo documental e do hospital de São Marcos, no pós 25 de Abril de 1974, no arquivo distrital de Braga, tendo sido inventariado entre 1976-1977 por quatro alunas da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.⁽⁹⁾ As Misericórdias de Ponte de Lima e Ponte da Barca, pelo contrário, conservaram nas suas instalações os seus fundos documentais, estando devidamente inventariados e acondicionados em salas próprias para o efeito. Todavia, os acervos consultados nem sempre possuíam séries completas ou bom estado de conservação. Não sendo, no entanto, impedimento para a progressão da pesquisa.

2.1. As fontes da Misericórdia de Ponte de Lima

Os livros de despesa para a Santa Casa de Ponte de Lima só existem a partir de 1632, à semelhança do que acontece na Misericórdia de Ponte da Barca. Falham, portanto, os cem anos iniciais. Após 1632 existem séries quase

(8) Site do arquivo distrital de Viana do Castelo: <http://digitarq.advct.arquivos.pt/detail?id=1064951>, consultado a 25 de março de 2017.

(9) Inventário online dos bens da Santa Casa da Misericórdia de Braga existentes no arquivo distrital de Braga: <http://www4.di.uminho.pt/~jcr/PROJS/misericordia1/xml2html/projecto.html>, acedido a 25 março de 2017.

completas, só faltando alguns livros intermédios que nos obrigaram a recuar um ano no levantamento de dados.⁽¹⁰⁾

Nesta Misericórdia as despesas foram registadas, nos livros de tesoureiros, duas vezes por semana, à quarta-feira e ao domingo, dias em que os irmãos se reuniam em cabido e procediam a despacho. Em cada um desses dias era contabilizada a despesa total com cada uma das categorias: presos, cartas de guia, passageiros, doentes de fora, doentes da enfermaria e esmolas de porta, entre outros. Não sabemos os gastos efetuados individualmente com cada uma das cartas de guia, mas tendo em conta que a norma seria dar esmolas de 20 reis, podemos calcular um número aproximado de passageiros, com base no valor total apresentado. Por outro lado, a atribuição de cavalgaduras era sempre descrita individualmente.

Alguns dos livros de despesas não possuem os fólhos numerados,⁽¹¹⁾ assim, para facilitar o levantamento e registo dos dados optámos, nestes casos, por proceder à contagem. O livro nº 465, possuía cosidas as folhas respeitantes ao ano administrativo 1655-56.

Todos os livros deste arquivo são mistos, registando receitas e despesas. Existe, todavia, um livro diferente para cada ano administrativo.⁽¹²⁾ Encontram-se, na generalidade, em bom estado de conservação e com os registos muito perceptíveis.

2.2. As fontes da Misericórdia de Braga

Parte do acervo documental da Santa Casa da Misericórdia bracarense encontra-se disponível para consulta no Arquivo Distrital de Braga. O restante mantém-se na posse da Santa Casa, devidamente inventariado e acondicionado.

Os livros de despesas do tesoureiro, desta confraria, iniciam-se apenas em 1605, falhando ao nosso estudo os anos de 1600-05. Faltam também as

(10) Tal aconteceu nos anos administrativos de 1645-46, 1665-66, 1785-86, que estando em falta, optámos por analisar os respetivos anos anteriores; e no de 1805-06 que nos obrigou a recorrer ao de 1806-07 para efetuar a análise.

(11) Como é o caso do nº 508 para os anos de 1705-06, do nº 541 respeitante a 1745-1746, do nº 575 relativo aos anos de 1785-86, do nº 525 para 1725-26, do nº 532 para 1735-36, do nº 471 (1664-65), do nº 497 (1695-96). Não tem fólhos numerados. O último tem alguns fólhos contados, mas deteriorados com manchas.

(12) Exceto o nº 465 e o nº 525 que possuem, respetivamente, os anos administrativos de 1725-16 e o de 1726-27, e o nº 578, que inclui os anos de 1795-96 e o de 1796-97.

despesas entre 1642-1646 e os livros respetivos aos anos de 1792 até 1800. Há ainda um conjunto de livros onde se registam as despesas dos mordomos para os anos compreendidos entre 1651-1748. Os registos são muito detalhados. Fornecem bastantes informações sobre as esmolas dadas individualmente aos passageiros: o seu nome, a proveniência, o destino, o motivo da viagem ou a profissão. Por este motivo, são os dados desta Misericórdia que usámos em grande parte das análises que fizemos sobre os viajantes, uma vez que são os que, com maior consistência, nos poderão dar informações massificadas e, portanto, mais assertivas.

De todos os anos, o de 1719-20 é o mais detalhado. Era tesoureiro Domingos Francisco Braga e fez questão de registar, individualmente, cada um dos viajantes, juntamente com todas as informações acima referidas. Apenas para este ano existem mais de 500 entradas de passageiros o que, quando comparado com os restantes anos estudados, é muito significativo. Pelo contrário, os anos de 1659 até 1700 falam apenas de “esmolaria extraordinária”,⁽¹³⁾ na qual se incluem cartas de guia, esmolas a passageiros, a doentes e a pobres, não nos permitindo identificar o quantitativo atribuído a cada grupo.

Todos os livros de despesas do tesoureiro e mordomo estão em bom estado de conservação e leitura, no entanto, alguns deles não têm os fólios totalmente numerados.⁽¹⁴⁾ Os livros de mordomos, suprarreferidos, fornecem informações relativas aos gastos feitos no enterramento dos passageiros.

Os livros de atas, respeitantes aos séculos XVII e XVIII, são dezanove, número muito elevado se tivermos em conta que as restantes Misericórdias analisadas possuíam apenas três livros para os dois séculos. Este facto explica-se pelas diferentes dimensões das mesmas e pela grande importância da Santa Casa de Braga, neste período. As suas atas são muito detalhadas e a sua periodicidade é, muitas vezes, semanal. Por este motivo, estes documentos tornam-se elementos essenciais à compreensão do quotidiano da instituição, fornecendo informações importantes sobre a relação estabelecida entre a mesma e os peregrinos que acolhia.

(13) Nos livros de atas e despesas das Santas Casas da Misericórdia, para os séculos XVII e XVIII, é recorrente serem encontrados termos como “esmolaria extraordinária”. É atribuída esta denominação a todas as esmolas dadas a indivíduos carenciados, doentes, passageiros, pobres que não se encontravam registados no rol da confraria, que definia as despesas ordinárias, tidas como certas, semanalmente.

(14) O livro nº 658, onde se encontra o ano de 1605-10, só possui fólios registados até ao 45. O mesmo sucede com o nº 660.

2.3. As fontes de outras confrarias

Os livros de registo de despesas do tesoureiro, da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, que se encontram preservados para os séculos XVII e XVIII, respeitam ao período entre 1632 e 1801, havendo uma falha para os anos de 1713 até 1723. Os anos de 1600 a 1632 perderam-se. Portanto, o nosso estudo que deveria analisar o espaço temporal entre 1600 e 1800 ficou sem possibilidades de aceder às quatro décadas em falta.

O detalhe dos registos de despesas é bastante parco, especialmente no que se refere ao tema aqui tratado, não impossibilitando, no entanto, a realização de uma análise. Quase todos os anos referem apenas o total das despesas com “doentes, pobres e passageiros”, não nos permitindo saber a percentagem que cabia a cada um. Apresentam diferenças os anos administrativos de 1654-55, 1695-96, 1765-66, 1766-67, 1669-70, 1775-76, 1887-88, que referem despesas com passageiros ou com “pobres passageiros”, não especificando, no entanto, esmolas individuais. E os anos de 1637-38 e 1808-09 que revelam as despesas individuais, por viajante. Quanto ao estado de conservação dos livros existem diferenças significativas. O livro n° 136, respeitante aos anos de 1642 até 1649, possui folhas desfeitas nas margens inferiores, devido à humidade, e a informação encontra-se muito desorganizada: há atas da Mesa entre os registos das despesas e os próprios anos encontram-se desordenados, não existindo sequer sequência entre as receitas e as despesas.

A nível da conservação física dos materiais, a humidade foi o pior inimigo no arquivo da Santa Casa de Ponte da Barca, onde os livros de atas são praticamente inexistentes. Alguns ter-se-ão perdido aquando de um incêndio que consumiu parte do hospital da Santa Casa, no século XX, queimando alguma documentação que nele se preservava. Algumas das atas que se conservam estão espalhadas de forma desorganizada, pelo interior dos restantes livros de receita e despesa e, inclusive, no final do livro n° 61, onde se encontra o compromisso da Misericórdia de Lisboa. Neste, encontramos atas da Mesa posteriores ao ano de 1705. Não pouco tempo depois, no mesmo livro, encontra-se uma ata onde o provedor ordena que estas passassem a ser feitas nos livros competentes.⁽¹⁵⁾ Pelo facto de o número de atas anual ser muito reduzido ou, por vezes, inexistente, os livros onde o seu registo devia ser feito podem não ter sido uma prioridade, o que se reflete na falta de necessidade dos irmãos de possuírem um livro próprio para estes assuntos.

(15) ASCMPB, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, n° 61, fl. 76

No que se refere ao arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima conserva séries completas de livros de despesa para os séculos XVII e XVIII. Os primeiros vinte anos, entre 1600 e 1620, possuem a descrição das despesas repartida por meses, discriminando cada uma delas. A partir de 1620 até 1800 a organização dos livros muda, sendo diferente de qualquer uma das outras instituições estudadas. Estes passam a ter secções, uma delas dedicada às “cartas de guia e cavalgadas”, onde se escreve o total de despesas mensal com as mesmas. Perde-se, então, a possibilidade de uma análise individual dos gastos com cada um dos passageiros. Todos os livros são mistos, possuindo o registo das despesas e das receitas.

Os livros de atas encontram-se completos, sendo um total de três para os séculos XVII e XVIII. O livro de acórdãos de 1559 a 1728 encontra-se fora de leitura, por possuir alguns fólios muito deteriorados, havendo disponível para consulta, no entanto, a sua transcrição. Os restantes estão em boas condições de leitura e conservação.

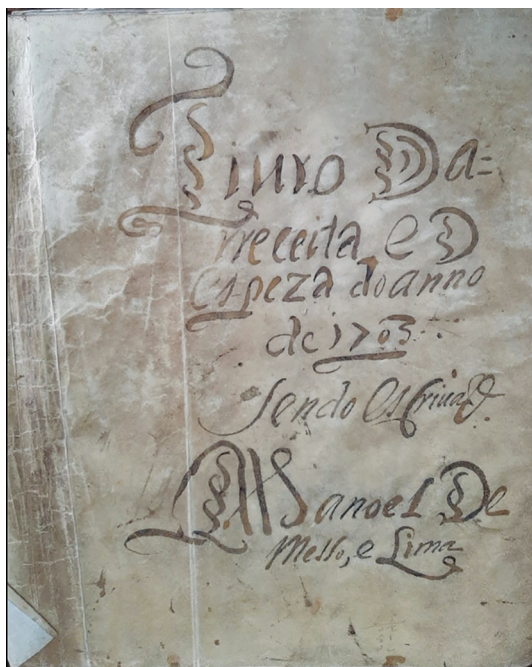


Figura 1 – Pormenor da capa de um dos livros de receitas e despesas da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima. Fotografia da autora. Fonte: ASCMPL, *Livro de receita e despesa do ano de 1703*, nº 505.

3. METODOLOGIA ADOTADA

Dado o recorte temporal e espacial que nos propusemos tratar, tornou-se imperativo eleger um método de pesquisa eficaz que nos permitisse aceder a dados suficientemente sólidos para obtermos as informações desejadas, sem que acabássemos afogados nas malhas dos registos.

Tendo em conta que analisaríamos as despesas e as atas de duas instituições durante 200 anos, optámos de modo a evitar uma massificação de dados, por recorrer a uma amostragem. Em termos comparativos, observamos igualmente mais duas Misericórdias, do Alto Minho. Escolhemos desenvolver a pesquisa procedendo ao levantamento de apenas um ano por década, o que equivale a vinte anos em cada instituição e oitenta no total. Julgamos que este trabalho por amostragem será suficiente para conseguirmos obter as informações que desejamos. Todavia, quando tal não se revelou possível, procedemos ao levantamento de outros anos importantes e representámo-los nos gráficos, de forma a fornecer ao leitor uma visão mais completa, mostrando que nem sempre existe linearidade nas despesas. Note-se, portanto, que tivemos o cuidado de verificar todos os anos, de forma a estar seguros de que não existiriam diferenças significativas que aqui não fossem explicadas.

Como vimos anteriormente, alguns dos arquivos não possuíam séries completas. Desta forma, sempre que faltava algum ano ou não possuía informação sobre viajantes, mas o ano antecedente ou precedente fornecia esses dados, optámos por avançar ou retroceder.

Decidimos, também, expandir o nosso estudo à primeira década dos anos de 1800, por ter ficado marcada pelas invasões francesas. Quisemos saber se as mesmas influenciaram a passagem de viajantes ou a sua assistência por parte das Misericórdias.

4. EM BUSCA DA DEFINIÇÃO DE CONCEITOS

Convergem, nesta investigação, vários conceitos que convém explicitar. Falamos de peregrinos, viajantes, passageiros, assistência, Misericórdias, pobreza, cartas de guia. Mas que significado concreto tinham, na época, estes termos que encontramos nas fontes? Que significado lhes deu a historiografia e de que forma serão utilizados nesta investigação?

A estas questões procurámos responder no desenvolvimento do quadro teórico, aqui inserido. Recorremos, para começar, ao “*Dicionário da Língua Portuguesa*”⁽¹⁶⁾ composto por Raphael Bluteau. Buscámos, desta forma, conhecer o significado dos termos que aqui usámos, na época em que foram escritos.

Viagem é definida como um «caminho que se faz por mar».⁽¹⁷⁾ No entanto, no nosso trabalho encontramos indivíduos que percorrem o seu caminho em terra, alguns deles, desde a origem, outros que efetivamente desembarcaram em algum porto para depois seguirem caminho a pé. Não faltavam as pessoas que aproveitavam os rios e as suas barcas para fazer parte do percurso. Nunca, na documentação, surge o termo viajante. Este foi adotado por nós, para facilitar a aceção do que realmente é tratado nesta investigação. Existiam, no entanto, os termos que nos surgem na documentação de “peregrino” e “passageiro”. Em Latim, «peregrinação» significaria *pele campo* (per agros), ou seja, designava aqueles que caminhavam pelos campos, e «peregrino» um estrangeiro, não cidadão que estivesse em Roma. No Período Medieval assume uma conotação religiosa e identificava os forasteiros que visitavam

(16) Veja-se Rafael, Bluteau, *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1790, consultado através do site: www.brasiliana.usp.br, acedido a 14 de março de 2017.

(17) Confira-se Rafael, Bluteau, *Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo II..., p. 523.

a Terra Santa.⁽¹⁸⁾ Os teóricos de Afonso X de Leão e Castela haviam precisamente definido como romeiro:

«[...] todo aquele que se dirigia para Roma para visitar os santos lugares onde jazem os corpos de S. Pedro e S. Paulo [...], enquanto que, por sua vez o termo peregrino se aplicava a quantos se dirigiam a Jerusalém e a outros lugares relacionados com o Nascimento e a Morte de Cristo e também àqueles que iam em romaria a Santiago de Compostela [...]».⁽¹⁹⁾

Mas tal não nos permite analisar as referências a peregrinos como sendo, exclusivamente, indivíduos que se dirigiam a um santuário por motivos religiosos.

Bluteau define peregrinar como «correr viajando, v. g. peregrinou toda a África» e por peregrino «estrangeiro, não nacional; não pátrio», e por peregrinador «o que anda viajando».⁽²⁰⁾ Portanto, quando a documentação refere um peregrino, não é no sentido atual do termo. Não está a aludir a uma pessoa que se desloca por motivações religiosas, mas sim a um forasteiro que estava a percorrer um determinado caminho a pé ou a cavalo, por variadas razões. Por passageiro entendia-se o «acto de passar embarcado, ou por terra, a outro lugar».⁽²¹⁾ O que nós hoje definimos com um viajante era, na época, referido como um peregrino ou um passageiro, alguém que estava a empreender uma jornada de um local para outro. E são estes indivíduos, juntamente com a assistência que lhes era prestada, o nosso objeto de estudo.

O *Diccionário da Língua Portuguesa* define o termo “assistência” como «estancia junto, perto de alguém, ou de algum lugar. A companhia, o serviço,

(18) Leia-se para este assunto Mendes, Ana Catarina, *Peregrinos a Santiago de Compostela: uma etnografia do caminho português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, p. 42.

(19) Confira-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», in *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, s.e, 1989, p. 12.

(20) Consulte-se Rafael, Bluteau, *Diccionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo II..., p. 187.

(21) Veja-se Rafael, Bluteau, *Diccionário da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo II..., p. 165.

o que se lhe faz. Estar de assistência [...]. Porção de dinheiro, com que se assiste, auxílio, socorro medicinal».⁽²²⁾

Neste trabalho analisámos algumas destas dimensões assistenciais levadas a cabo pelas Misericórdias. Estas auxiliavam os viajantes com dinheiro, podiam oferecer um local de pernoita, cuidados médicos em caso de doença, uma cova quando faleciam, alimentação, instrumentos para cozinhar, enxergões para dormir, luz, lenha, carros ou cavalgadas quando não estivessem em condições de andar. Portanto, as Santas Casas estiveram e foram presentes na vida daqueles que se encontravam pobres e desamparados. Bluteau definiu esta misericórdia, que deu nome às confrarias, como sendo uma «compaixão nascida das misérias alheias. Propensão do ânimo para aliviar as misérias de outrem»; as obras de misericórdia, guias do funcionamento destas confrarias como «ações de caridade, com que se remedia ou alivia o mal corporal, ou espiritual do próximo»; e a Casa da Misericórdia como uma «instituição pia, cujos irmãos curão enfermos, casão orfãs, que ahi se educação, crião os enjeitados, etc».⁽²³⁾ Já, neste período, o ênfase dado à assistência dos peregrinos era menor do que era conferido a outras obras de caridade.

Um outro termo que surge recorrentemente nas fontes, à parte de peregrinos e passageiros, é o de carta de guia. Muitas vezes são apenas referidos os totais de despesas com estes documentos que se tornaram importantes instrumentos para o passageiro atestar, perante qualquer instituição, a necessidade de auxílio e a sua boa fé. A carta de guia tornava-se, assim, um «passaporte» onde se registavam as informações, consideradas essenciais, relativas ao seu portador.

Por último, os pobres. Os peregrinos ou viajantes eram pobres. E por pobre, na Época Moderna, define-se aquele que tem «falta do necessario para a vida. Estreiteza, e aperto de posses, e haveres».⁽²⁴⁾ Contudo, esta situação de pobreza, para os viajantes, poderia ser apenas momentânea. Stuart Woolf estabeleceu a diferença entre duas realidades: os pobres estruturais e os conjunturais. Os primeiros seriam aqueles que não tinham possibilidade de trabalhar, por serem doentes, velhos, mentecaptos deficientes; os segundos, eram aqueles que, devido a uma conjuntura específica, acabaram por ficar sem

(22) Rafael, Bluteau, *Diccionario da Língua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo I..., p. 132.

(23) Rafael, Bluteau, *Diccionario da Língua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo I..., p. 85.

(24) Rafael, Bluteau, *Diccionario da Língua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo II..., p. 210.

meios para a sua subsistência.⁽²⁵⁾ Estes indivíduos enquadravam-se na pobreza merecedora. A par destes, existiam os vagabundos e ociosos que preferiam viver da caridade alheia, do que trabalhar para ganhar o seu próprio sustento.

Os passageiros incluem-se no grupo dos pobres conjunturais, uma vez que a sua situação de carência advém das dificuldades com que se deparavam por estarem em viagem, longe do local onde tinham os seus meios de subsistência. Mas existem também os que sendo remediados não conseguiam suportar as despesas de uma viagem que demoraria vários dias, semanas ou meses. Desta forma, precisavam de auxílio para passarem o caminho. Sem ele, a viagem não se efetuaría e as necessidades seriam muito maiores.

(25) Consulte-se Woolf, Stuart, *Los Pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, p. 17. Veja-se também sobre este tema Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 19-28.

5. UM OLHAR SOBRE A HISTORIOGRAFIA IBÉRICA

A problemática dos “peregrinos” ou “viajantes” não tem sido alvo de especial atenção da historiografia nacional. A nível internacional destacam-se várias obras e congressos que se dedicam e abordam o tema. Dentro de fronteiras é ainda um campo bastante inexplorado, principalmente no que diz respeito ao Período Moderno.

Para a Época Medieval, sobre as peregrinações religiosas, existem vários autores que se destacam, como Mário Martins, José Marques e Baquero Moreno. O primeiro publicou uma obra sobre as peregrinações na Idade Média Portuguesa, cuja segunda edição data de 1957. Nela aborda as diversas dimensões das mesmas, desde os diferentes santuários procurados, as dificuldades dos peregrinos, a forma como se vestiam, como se comportavam na chegada ao destino, entre outros aspetos.⁽²⁶⁾ José Marques tratou o tema da assistência aos peregrinos no Norte de Portugal, durante a Idade Média, no I Congresso Internacional dos Caminhos de Santiago, em 1989, revelando o papel das estalagens e dos hospitais nesse contexto.⁽²⁷⁾ Baquero Moreno é um ícone incontornável no estudo das rotas e caminhos seguidos pelos peregrinos de Santiago, na Idade Média, em Portugal.⁽²⁸⁾

Para o Período Moderno destacam-se outros trabalhos. Em dezembro de 1993 a revista *Estudos Regionais* dedicou uma secção ao tema “Viana na Rota de Santiago”. Destaca-se o artigo de Manuel Inácio Fernandes da Rocha onde

(26) A propósito deste assunto leia-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957.

(27) Sobre esta questão consulte-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», in *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela...*, pp. 11-93.

(28) Veja-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, vol. 2, 1986, pp. 77-89.

se analisam as peregrinações compostelanas no Alto Minho;⁽²⁹⁾ e o de Manuel António Fernandes Moreira que apresenta a relação entre a Misericórdia de Viana da Foz do Lima e os peregrinos de Santiago ao longo da Época Medieval e Moderna.⁽³⁰⁾ Distingue-se, igualmente, o trabalho de Maria Antónia Lopes que dedicou um capítulo da sua tese de doutoramento, publicada em 2000, a tratar a problemática das cartas de guia, atribuídas pela Misericórdia de Coimbra, no século XVIII e XIX.⁽³¹⁾ Posteriormente, também Marta Lobo e Alexandra Esteves se debruçaram sobre esta problemática analisando, num panorama geral, a forma e as condições que diferentes Misericórdias impunham para a passagem de cartas de guia, entre os séculos XVII e XIX. Entre elas estão a de Coimbra, Ponte de Lima, Mora, Aveiro, entre várias outras.⁽³²⁾

António de Magalhães não deixou o tema dos viajantes passar despercebido, publicando um artigo, em 2013, sobre a passagem ou habitação de estrangeiros na vila de Viana da Foz do Lima.⁽³³⁾ Rute Pardal, por outro lado, deu relevante importância, na sua tese de doutoramento, às migrações em Évora e aos forasteiros assistidos pelo hospital do Espírito Santo, da dita cidade, entre 1650 e 1750, chegando à conclusão, pela sazonalidade, que estes seriam essencialmente migrantes que buscavam trabalho nas grandes propriedades alentejanas.⁽³⁴⁾

Por fim, também Marta Lobo se tem dedicado ao tema dos peregrinos, essencialmente na Misericórdia de Braga, tendo publicado recentemente alguns trabalhos onde aborda o assunto, dando importantes informações

(29) Leia-se para este assunto Rocha, Manuel Inácio Fernandes da, «O Alto Minho e as Peregrinações a Santiago de Compostela», in *Estudos Regionais*, nº 13/14, 1993, pp. 9-52.

(30) Consulte-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na Rota dos Peregrinos de Santiago», in *Estudos Regionais*, 1993, nº 13/14, pp. 53-72.

(31) Confira-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 82-91.

(32) Sobre este tema veja-se Marta Lobo e Alexandra Esteves, Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridade: las “cartas de guía” de las Misericordias Portuguesas (Siglos XVII-XIX)», in *Estudios Humanísticos. Historia*. nº 6, 2007, pp. 207-225.

(33) Leia-se Magalhães, António, «Estrangeiros numa Vila Litoral. A intervenção da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no apoio a pobres de passagem (séculos XVI – XVIII)», in Ferreira, A.; Abreu, J.; Pinho, J.; Costa, J. (coords.), *I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 253-266.

(34) Confira-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2013, pp. 80-98.

sobre as realidades que envolveriam estes indivíduos e as relações que as instituições de caridade mantinham com os mesmos, muitas vezes bastante conflituosas e problemáticas. Destaca-se o trabalho “Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna”, publicado em 2016, onde são analisados os conflitos que os forasteiros causavam na Misericórdias, que ficaram conservados nas devassas.⁽³⁵⁾

O tema dos viajantes está, no entanto, bastante mais desenvolvido no estrangeiro. Em Espanha são inúmeras as produções historiográficas sobre as peregrinações, os caminhos de Santiago ou as migrações entre regiões raianas portuguesas e espanholas. Destacam-se vários encontros e congressos sobre o tema que originaram publicações a propósito. Inclui-se aqui o Colóquio Internacional sobre Migrações, que ocorreu em Santiago de Compostela, em novembro de 2006 e onde, entre várias comunicações a propósito do tema, um trabalho de Ofelia Rey Castelao analisa o papel das mulheres nas migrações e os motivos que originavam ou impediam os seus deslocamentos.⁽³⁶⁾ A mesma historiadora apresentou em 1997, numa Reunião Científica da Associação Espanhola de História Moderna, um artigo onde desenvolveu um estudo sobre a presença de irlandeses na Galiza, durante a Época Moderna, muito motivada pelo avanço do protestantismo no Reino Unido.⁽³⁷⁾ Em 1992, foi publicada uma obra intitulada “El Camino de Santiago, La Hospitalidad Monastica Y Las Peregrinaciones,” onde vários historiadores espanhóis apresentaram estudos sobre alguns mosteiros instalados ao longo dos Caminhos de Santiago que recebiam peregrinos, oferecendo-lhes espaços de pernoita e refeições.⁽³⁸⁾ Em 1998, outra obra cujo objeto de estudo era a assistência aos pobres, enfermos e peregrinos de Santiago foi publicada, da

(35) Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga»..., pp. 231-260.

(36) Veja-se o trabalho de Rey Castelao, Ofelia, «Las migraciones femininas de antiguo régimen en su contexto europeo», in Hernández Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (dir), *Mujer y emigración – una perspectiva plural. Actas del coloquio Internacional sobre migraciones*, Santiago de Compostela, 23-24 de noviembre de 2006, Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2008, pp. 39-68.

(37) Consulte-se Rey Castelao, Ofelia, «Exiliados irlandeses en Galicia de fines del XVI a mediados del XVII», in Mestre Sanchís, Antón; Giménez López, Enrique (coord.), *Disidencias Y Exilios En La España Moderna - Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna*, Alicante, Universidad de Alicante, 1997, pp. 99-116.

(38) Sobre esta questão veja-se Otero, Horacio (coord.), *El Camino de Santiago, la hospitalidad monastica y las peregrinaciones*, Santiago Salamanca; Junta de Castilla y León e Consejería de Cultura y Turismo, 1992.

autoria de Baudilio Barreiro Mallón e Ofelia Rey Castelao. Os autores conseguiram apurar, neste estudo, alguns quantitativos de romeiros chegados a Santiago, em determinados anos, e as condições em que eram recebidos na dita cidade.⁽³⁹⁾ Vários outros autores tem abordado o tema dos peregrinos em Espanha, entre eles podemos citar J. Roberto López que estudou a passagem de peregrinos em Oviedo no século XVIII;⁽⁴⁰⁾ Lacarra de Miguel que analisou as peregrinações como falsa porta de entrada para a emigração francesa, na Espanha Moderna;⁽⁴¹⁾ ou Salas Auséns que se debruçou sobre a chegada de emigrantes à Galiza, no século XVIII.⁽⁴²⁾

Para finalizar referimos o VIII Congresso AISU que decorreu entre 7 e 9 de setembro de 2017, em Nápoles, e cujo tema foi precisamente “La città, il viaggio, il turismo”, onde vários historiadores nacionais e internacionais apresentaram algumas das mais recentes investigações sobre os viajantes na Época Moderna.⁽⁴³⁾

Na análise supra não fomos exaustivos, nem era esse o nosso propósito. Pretendíamos apenas traçar linhas gerais sobre a bibliografia do tema, em contexto peninsular. No entanto, ao longo deste trabalho, citaremos outros autores que se debruçaram sobre as questões analisadas na nossa investigação.

(39) Consulte-se a propósito Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998.

(40) Confira-se Roberto López, J., «Peregrinos jacobeos en Oviedo a finales del siglo XVIII», in *Cuadernos De Estudios Gallegos*, Tomo XXXIX, Fascículo 104, 1991, pp. 131-151.

(41) Leia-se Lacarra y Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la Edad Moderna», in *Príncipe de Viana*, nº 27, 102-103, 1966, pp. 33-45.

(42) Sobre este tema veja-se Salas Auséns, José António, «Inmigrantes en una Tierra de Emigración: extranjeros en Galicia en la segunda mitad del siglo XVIII», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 13, 2004, pp. 163-194.

(43) As comunicações apresentadas nas várias sessões foram publicadas online e podem ser consultadas através do link: <http://www.iconografiacittaeuropea.unina.it/index.php/2-non-categorizzato/46-atti-aisu>.

CAPÍTULO II

POBREZA, RELIGIOSIDADE E MIGRAÇÕES NO PORTUGAL
MODERNO

1. GUERRAS, CRISES E FOMES: BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO EUROPEU

1.1. Os antecedentes (séculos XV e XVI)

Os séculos XVII e XVIII, retratados neste estudo, foram recetores da pesada herança deixada pela Peste Negra, que deflagrara pelo velho continente e reduzira drasticamente a sua população. Esta vaga catastrófica deixara em grandes dificuldades os sobreviventes que, incapazes de trabalhar o suficiente para se sustentarem, assistiram à diminuição das produções e ao aumento da miséria. Deste modo, ressentiram-se as vagas de viajantes e peregrinos, devido não só à falta de gente, mas também ao clima de desânimo geral que era sentido um pouco por toda a parte.

Todavia, o final do século XV apresentava já diferenças significativas. Terminada a guerra dos Cem Anos em 1453, entre França e Inglaterra, iniciou-se um crescimento gradual da população, num sinal de clara recuperação da crise demográfica dos anos de peste. O ambiente favorável potenciou o aumento das colheitas e a produção de excedentes permitindo o desenvolvimento comercial.

Os tempos pacíficos permitiram às cidades crescer, chegando algumas a atingir mais de cem mil habitantes, o que nunca se havia visto. Foi o caso de Paris, Nápoles, Veneza, Milão, Londres, Lisboa, Roma, Sevilha, entre outras.⁽¹⁾ Um século mais tarde Constantinopla, Paris e Nápoles já teriam entre 150 e 200 mil habitantes e em finais do século XVII as duas primeiras e Londres possuiriam uma população superior a 400 mil almas.⁽²⁾ Eram cidades muitíssimo grandes para a época e o seu crescimento só fora possível

(1) Para esta questão veja-se Elliott, J. H., *A Europa Dividida – 1559-1598*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 33-52.

(2) Confira-se Lutz, Heinrich, *Reforma y Contrarreforma: europa entre 1520 y 1648*, Madrid, Alianza Editorial, 2009, p. 27.

devido ao desenvolvimento comercial que se registava.⁽³⁾ Quer isto dizer que o crescimento citadino não foi natural, não aconteceu devido ao aumento da natalidade ou devido à diminuição da mortalidade. Aconteceu, sim, porque as populações rurais migraram massivamente para as cidades em busca de novas oportunidades de vida.⁽⁴⁾ Desde o Período Medieval que a população campesina viu na cidade uma forma de libertação do jugo senhorial. Para lá dos seus muros havia um novo mundo, com leis e culturas diferentes das do espaço rural. Ali começava a emergir um novo grupo social, a burguesia.⁽⁵⁾

O aumento populacional, a vontade de encontrar novas riquezas, a necessidade de alimentos, o desejo de expansão territorial e de difusão da fé cristã foram alguns dos motivos que estiveram no cerne da expansão marítima. Em 1415, os portugueses fizeram História e iniciaram este longo período de grande sucesso ultramarino com a conquista de Ceuta, no Norte de África.⁽⁶⁾ Seguiram-se a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama e do Brasil por Pedro Álvares Cabral.⁽⁷⁾

A abertura dos horizontes europeus transformou e deu novo ênfase e vitalidade à economia do velho continente desenvolvendo novas técnicas como o mercantilismo e o capitalismo. Foi o momento propício para o surgimento dos grandes banqueiros: os Médicis, os Strozzi, os Bradi os Peruzzi, entre outros.⁽⁸⁾ Do Novo Mundo chegavam grandes quantidades de prata a Espanha, usada para pagar os empréstimos contraídos, e os exércitos de que necessitava, espalhando este metal pelos mercados europeus. O comércio intercontinental estabeleceu-se nos portos portugueses, espanhóis e das

(3) Leia-se Mols, S. J. Roger, «La población europea (1500-1700)», in Cipolla, Carlo M. (dir.), *Historia económica de Europa- Siglos XVI y XVII*, vol. II, Barcelona, Editorial Ariel, 1979, pp. 31-32.

(4) Sobre esta questão veja-se Cipolla, Carlo M., «A Revolução Urbana: as comunas», in *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 163-169.

(5) Para desenvolver este tema consulte-se Cipolla, Carlo M., «A Revolução Urbana: as comunas», in *História Económica da Europa Pré-Industrial...*, pp. 163-169.

(6) Para um aprofundamento das causas que levariam à expansão ultramarina veja-se Scammel, G. V., *A primeira era imperial – a expansão ultramarina europeia c.1400-1715*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000.

(7) Relativamente aos viajantes dos descobrimentos veja-se Todorov, Tzvetan, «Viajantes e Indígenas», in Garin, Eugenio (dir.), *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 229-245.

(8) Leia-se Delumeau, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 199-145.

Províncias Unidas do Norte.⁽⁹⁾ No entanto, o corso marítimo e a diminuição da extração de prata, em alguns momentos, abalariam muito o sistema económico europeu, pois se Espanha não recebia o metal, não conseguia pagar aos credores que ficavam numa situação de extrema fragilidade.⁽¹⁰⁾

Mas o século XVI ficaria marcado por um acontecimento incontornável e com repercussões até aos dias atuais: a Reforma Protestante. Há muito que a Igreja Romana se encontrava em declínio, pelos próprios desentendimentos existentes no seu seio, contudo, foi pelas mãos de Martinho Lutero que enfrentaria um dos momentos mais dramáticos da sua História, perdendo milhares de fiéis para as Igrejas Protestantes.⁽¹¹⁾ Estas, não pouparam nas duras críticas feitas à atuação dos católicos.⁽¹²⁾ O próprio Papa viu a sua autoridade posta em causa pelos reformistas que defendiam uma religião próxima dos fiéis e acessível a todos, com a Bíblia traduzida e a negação da predestinação, que recusava a liberdade e o livre-arbítrio ao Homem.⁽¹³⁾

Através da Reforma Protestante regressariam as guerras à Europa. Os católicos responderam com a Contra-Reforma, um afinamento da doutrina cristã conseguida através do Concílio de Trento, realizado entre 1545-1563.⁽¹⁴⁾ No entanto, os conflitos tornaram-se constantes. Os católicos foram expulsos dos territórios reformistas, (caso da Irlanda), e os protestantes atraídos para massacres, como aconteceu a 24 de agosto de 1572, em França, na noite de São Bartolomeu, quando os huguenotes foram chacinados, nas ruas de Paris.⁽¹⁵⁾ Toda a década de 1560 ficara marcada por conflitos religiosos em Espanha, França, Países Baixos, Escócia e Inglaterra.

(9) Sobre o crescimento e afirmação das Províncias Unidas do Norte leia-se Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 259-278.

(10) Veja-se Elliott, J. H., *A Europa Dividida – 1559-1598...*, pp. 33-52.

(11) Para uma melhor perceção do estado em que se encontrava a Igreja Católica nas vésperas da Reforma consulte-se Martin, D. W. Jones, *La Contrarreforma. Religión y sociedad en la Europa Moderna*, Madrid, Akal, 2003, pp. 13-69.

(12) Consulte-se para uma melhor compreensão da relação de Lutero com a Reforma Protestante Lutz, Heinrich, *Reforma y Contrarreforma: europa entre 1520 y 1648...*, pp. 51-61.

(13) Para um desenvolvimento do tema da Reforma, Contra-Reforma e do Papel do Imperador Carlos V em todo este panorama veja-se Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma...*, pp. 123-221.

(14) Sobre as decisões tomadas no Concílio de Trento leia-se Martin, D. W. Jones, *La Contrarreforma. Religión y sociedad...*, pp. 70-119.

(15) Para uma melhor compreensão dos conflitos entre protestante e católicos na Irlanda e nos Países Baixos veja-se Elliott, J. H., *A Europa Dividida – 1559-1598...*, pp. 219-243. Sobre as guerras entre católicos e huguenotes, em França, leia-se Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma...*, pp. 279-300.

As mutações não se ficaram apenas pelo campo político. A nível artístico e intelectual, o Renascimento veio dismantelar, de vez, a ideologia supersticiosa Medieval.⁽¹⁶⁾ Originou uma nova visão cultural, que foi beber na Antiguidade greco-latina, e uma forma diferente de encarar o pensamento, predominando a Razão. Era o alvorecer do Humanismo.⁽¹⁷⁾ Nesta época, surgiram também grandes nomes como Erasmo de Roterdão, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Donatello, Nicolau Copérnico, Galileu, Giorgio Vasari, Camões, Maquiavel, entre outros.⁽¹⁸⁾ A Espanha transformou-se, neste período, na grande potência europeia, conseguindo uma enorme preponderância tanto a nível Europeu como Mundial, culminando com a unificação de ambas as coroas ibéricas sob a governação dos Habsburgo.⁽¹⁹⁾

Como resultado das críticas protestantes e do pensamento defensor da Razão, as peregrinações, enquanto fenómeno acometido por sentimentos irracionais e inexplicáveis, entraram em declínio.

1.2. O século XVII

A nível de quantitativos populacionais, o continente europeu teria, em 1600, entre cerca de 100 a 110 milhões de habitantes, número que em 1800 já era de 190 milhões, muito embora nem sempre os autores convirjam. França era o reino mais populoso, contando com 18 milhões de pessoas em 1600 e 20 milhões em 1700. Seguiu-se a Alemanha e a Rússia registando entre 15 e 17 milhões e a Itália 13.⁽²⁰⁾ Contudo, apesar do crescimento populacional, a Europa não se livrou das epidemias que causaram grandes mortandades na

(16) Peter Burke aborda o tema do Renascimento, na obra homónima, onde dedica um capítulo precisamente ao exagero com que este período é tido em conta, relativamente à Época Medieval. Veja-se Burke, Peter, «O Mito do Renascimento», in *Renascimento*, Lisboa, Texto Grafia, 2008, pp. 9-16.

(17) Para o tema do Renascimento pode ler-se também Delumeau, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

(18) A propósito do Homem renascentista veja-se Garin, Eugenio (dir.), *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1991; Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma...*, pp. 33-67.

(19) Sobre o império espanhol do tempo de Filipe II leia-se Braudel, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

(20) Veja-se Mols, S. J. Roger, «La población europea (1500-1700)», in Cipolla, Carlo M. (ed.), *Historia económica de Europa- Siglos XVI y XVII*, vol. II, Barcelona, Editorial Ariel, 1979, p. 30. Sobre o crescimento demográfico consulte-se também Chaunu, Pierre, *A Civilização da Europa Clássica*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 153- 241.

segunda metade do século XVII, em reinos como a França e a Suécia.⁽²¹⁾ Por outro lado, as primeiras quatro décadas de 1700 parecem ter sido de um clima adverso para a agricultura levando à escassez de alimentos.⁽²²⁾

A Península Ibérica foi fortemente afetada pela peste logo à entrada do século XVII, entre 1596-1602, perdendo Castela cerca de 500 mil habitantes. A população espanhola terá diminuído, de oito milhões e meio, para seis milhões e meio de pessoas. Logo em 1624-39 a peste bubónica, na sequência da Guerra dos Trinta Anos, devastou a Europa. A Itália perdeu com a guerra, a peste e as migrações consequentes, 14% da sua população. Alguns surtos aconteciam, essencialmente, nos períodos de Verão e eram rápidos a desaparecer, mas muito mortíferos enquanto duravam. Valência, entre junho de 1647 e abril de 1648, perdeu 16.789 habitantes. Nos dois anos seguintes foi Sevilha que registou 60.000 mortos, quando a sua população era de apenas 120 mil habitantes.⁽²³⁾

Como vimos, além da peste, alguns conflitos armados ensombraram a História europeia do século XVII: a Guerra dos 80 anos, (1560-1640), entre as Províncias Unidas do Norte e a Espanha; a Guerra da Restauração entre Portugal e Espanha (1640-1668); a Guerra dos Trinta Anos (1618-48), terminada em 1648 com o Tratado de Vestefália;⁽²⁴⁾ a Guerra franco-espanhola, terminada em 1659 com o Tratado dos Pirenéus; e os conflitos entre os países do Norte, devido às pretensões suecas, que terminaram em 1660 com a Paz do Norte.⁽²⁵⁾

Os anos de guerra destruíram cidades e vilas, arrasaram colheitas e mataram milhares de pessoas, acabando por fomentar pestes e fomes. O fim dos conflitos permitiu, no entanto, a emergência de alguns estados como a Inglaterra, a Holanda, a Suécia, mas principalmente e de forma mais

(21) Sobre as pestes e crises do século XVII confira-se Ortíz, Antonio Domínguez, «La crisis del siglo XVII», in *Historia Universal – Edad Moderna*, vol. III, Barcelona, Vicens Vives, 1992, pp. 246-258.

(22) Para esta problemática leia-se Minchinton, Walter, «Tipos y estructura de la demanda (1500-1750)», in Cipolla, Carlo M. (dir.), *Historia económica de Europa- Siglos XVI y XVII...*, p. 95.

(23) Chaunu, Pierre, «O Espaço – O número de homens», in *A Civilização da Europa Clássica*, vol. II..., pp. 178-185.

(24) Sobre a Guerra dos Trinta Anos consulte-se Tenenti, Alberto, «Rivalidades estatales y problemas internos», in *La Edad Moderna- siglos XVI-XVIII*, Barcelona, Crítica, 2003, pp. 225-248; Veja-se também Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma...*, pp. 329-349.

(25) Confira-se Lebrun, François, *Le XVIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1978, pp. 65-93.

preponderante, a França, grande potência deste século.⁽²⁶⁾ Governada por Luís XIII e pelo cardeal Richelieu, entre 1610-1661, iniciou uma nova guerra de religião contra os huguenotes da Ilha *La Rochelle*.⁽²⁷⁾ Se economicamente a sua população estava bem, a partir de 1630, a guerra e os encargos fiscais agravam as suas condições de vida.⁽²⁸⁾

Este século caracterizou-se, também, pelo auge do Absolutismo. Luís XIV que reinou entre 1661-1715, em França, revolucionou as monarquias tradicionais. Magnânimo, o rei-sol construiu Versalhes, um palácio à sua medida, onde habitava uma Corte de milhares de pessoas.

Também a Inglaterra atravessava um período de grande prosperidade, no entanto, a tentativa de Carlos I instaurar um regime absolutista dividiu os ingleses. Se os cavaleiros apoiavam o rei, o Parlamento fez forte oposição levando a uma guerra civil, entre 1642-1649, que resultaria na fuga do rei para a ilha Wighth, cedendo lugar à República de Cromwell entre 1649-1660.⁽²⁹⁾ Este, desenvolveria um sistema anticatólico com principal incidência da Irlanda. Em 1660 e até 1685, Carlos II recuperou o trono, porém teve de se debater com problemas religiosos, com a peste que assolou Londres em 1665 e o grande incêndio existente na cidade, em 1666. Acabou por morrer em 1685, sendo sucedido por Jaime II que deixaria o governo em 1688 a favor da filha Maria e de Guilherme de Orange, originando a Revolução Gloriosa e a promulgação da Declaração dos Direitos e do Ato de Tolerância, por esta e seu marido.⁽³⁰⁾

Em Espanha viviam-se tempos complicados, especialmente devido às revoltas da Catalunha e de Portugal. O esforço de guerra provocou enormes gastos nas finanças espanholas, e as constantes pestes e fomes contribuíam para aumentar as dificuldades do reino. O século XVII marcou um declínio na antiga preponderância Ibérica e, principalmente, do Império Espanhol.⁽³¹⁾ A nível artístico surgiu o requintado e exuberante barroco, deu-se a revolução

(26) A propósito deste assunto veja-se Lebrun, François, *Le XVIIe siècle...*, pp. 93-95.

(27) Leia-se Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma...*, pp. 301-328.

(28) Para este tema veja-se Lebrun, François, *Le XVIIe siècle...*, p. 119.

(29) Consulte-se Lebrun, François, *Le XVIIe siècle...*, pp. 137-154, 219-258.

(30) Para as alterações políticas operadas na Época Moderna, no continente europeu veja-se Chaunu, Pierre, *A Civilização da Europa Clássica...*, pp. 61-149.

(31) Sobre os motivos apontados para o declínio da preponderância espanhola leia-se Green, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984, pp. 385-399.

científica, e foi o século de Descartes, Newton, Vermeer, Rubens, Rembrandt, entre outros.⁽³²⁾

1.3. O século XVIII

O século XVIII, último período analisado no nosso trabalho, ficou marcado pela hegemonia inglesa e pelas suas políticas mercantilistas. O surgimento de novas ideias iria desembocar numa revolução industrial, consequência do crescimento demográfico e de uma anterior revolução agrícola. Juntou-se a esta uma revolução política, a revolução francesa.⁽³³⁾ Foi também o tempo dos iluministas, da defesa da liberdade, da igualdade natural, dos déspotas esclarecidos, como José II de Áustria e Catarina a Grande da Rússia, dos intelectuais como Voltaire e Diderot, D' Alembert, Rousseau, do nascimento da *Enciclopédia*, dos salões e das sociedades de leitura, que espalhariam e tornariam acessível o conhecimento às classes burguesas⁽³⁴⁾ e da revolução económica com Adams Smith, mas também de Montesquieu, Rousseau, Kant, Vivaldi e Mozart.⁽³⁵⁾

Este século ficou ainda marcado pela ascensão da burguesia em detrimento da nobreza. Por esta altura, os franceses, ingleses, alemães, italianos e belgas lançaram-se na expansão comercial no ultramar, provocando constantes conflitos com Portugal e Espanha, pelo domínio de possessões.⁽³⁶⁾ Todavia, como estas crises se desenvolviam entre reinos europeus, mas no palco do além-mar, a Europa vivia um período de maior prosperidade, estabilidade,

(32) Veja-se Lebrun, François, *Le XVIIe siècle...*, pp. 331-347.

(33) Confira-se Hobsbawm, Eric J., *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

(34) Sobre o tema do Iluminismo veja-se Hof, Ulrich Inu, *A Europa no século das Luzes*, Lisboa, Editorial Presença, 1995, pp. 19-145.

(35) Sobre os homens do iluminismo veja-se Vovelle, Michel (org.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

(36) Godinho, Vitorino Magalhães, *Ensaio e Estudos – Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 2009, pp. 421-467. Sobre as guerras no Ultramar veja-se Puntoni, Pedro, «As guerras no Atlântico Sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)», in Barata, Manuel Themudo, e Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004; Puntoni, Pedro, «A “Guerra dos Bárbaros” (Brasil, 1650-1720)», in Barata, Manuel Themudo e Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II..., pp. 292-300.

paz e crescimento, embora pautado pelas crises sucessórias da Espanha, Áustria e Polónia.⁽³⁷⁾

Todos estes acontecimentos, guerras, fomes, pestes e turbulência política, influenciaram a circulação da população europeia. Se uns afastavam as pessoas de determinados territórios, outros atraíam migrantes em busca de sobrevivência.

(37) Para uma visão geral do que seria o mundo e a Europa no século XVIII, a nível político, geográfico, económico, cultural e demográfico consulte-se Denis, Michel e Noël Blayau, *Le XVIIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1970.

2. O CONTEXTO PORTUGUÊS: ALGUNS APONTAMENTOS SOCIAIS E POLÍTICOS

O século XVI português iniciou-se com enormes sucessos nos Descobrimentos, mas terminou da pior forma, sem herdeiro ao trono. Em 1580, Portugal ficou sob domínio de Filipe II de Espanha.⁽³⁸⁾ Até 1640, pela primeira vez desde a fundação da sua nacionalidade, cerca de 500 anos antes, o reino português perdeu a autonomia.⁽³⁹⁾ Voltaria a recuperá-la pelas mãos do duque de Bragança, o rei D. João IV, em 1640. Mas os vinte anos posteriores à Restauração seriam muito difíceis uma vez que o povo português se viu obrigado a sustentar uma guerra com Espanha.

2.1. Fomes, pestes e intempéries

Em alguns anos da década de 1580 e no ano de 1597 Portugal foi afetado por fortes intempéries e terremotos que arrasaram algumas localidades, levando a um período de desânimo total, repleto de maus presságios. A isto juntar-se-ia a peste que se alastrou pelo reino como rescaldo da fome de 1597, durante os anos de 1598-99. Vinda da Galiza, espalhou-se por todas as povoações portuguesas, causando mortes e novas crises de mantimentos e dinheiro, levando ao levantamento de impostos, para fazer face aos prejuízos da epidemia. Só neste ano morreram mais de sete mil pessoas em Lisboa.⁽⁴⁰⁾ O caso de Évora, durante a peste de 1580, é muito interessante. Sendo uma cidade onde a Corte

(38) Veja-se, para um melhor conhecimento da trajetória biográfica do monarca Bouza, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

(39) O juramento de Filipe I de Portugal, nas Cortes de Tomar, tinha como objetivo, salvar a autonomia do reino, face a Espanha. Este assunto encontra-se em Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal: no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990, pp. 9-45.

(40) Consulte-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, p. 71.

passava largos períodos, desenvolvera mecanismos para se proteger, em alturas de peste. Por ser um local muito procurado por trabalhadores sazonais não permitia a entrada de indivíduos suspeitos de portarem doenças. Desta forma, em plena monarquia dualista, sem a presença da Corte portuguesa, a cidade viu-se desprotegida. Para ela acorreram muitos indivíduos à procura de uma solução para a fome que se fazia sentir. Consigo levaram a peste que se propagou pela cidade, criando um forte sentimento de revolta contra o domínio espanhol por ter deixado Évora num estado de debilidade.⁽⁴¹⁾

Também Lisboa perdeu, neste período, 35 mil habitantes. A partir de 1582 foi criado o cargo de guarda-mor da Saúde que, em caso de peste, ficava encarregue de fechar a cidade, não permitindo a entrada de indivíduos suspeitos. Assim sendo, só quem possuía carta de guia podia entrar e só após prévio escrutínio do seu estado de saúde, sendo interditados de entrar viajantes que viessem de locais onde havia peste.⁽⁴²⁾

Os surtos mortíferos voltariam a sentir-se, especialmente na região centro, entre 1611-1612 e novamente em 1637.⁽⁴³⁾ Em 1624, a Ilha Terceira sofreu com um grande terramoto e no ano seguinte ocorreu um abalo sísmico em Braga e Barcelos. Já em 1618-1619 cheias e trovoadas na região de Lisboa e Coimbra tinham feito aumentar o número de mortos e a destruição. O ano de 1620 teve um Inverno violento que levou à destruição do castelo de Viana da Foz do Lima e de algumas embarcações. Os anos de 1624, 1626, 1631 e 1632 ficaram marcados por chuvas torrenciais e grandes nevoões tardios, que mataram pessoas e gado e destruíram colheitas, o que se contrabalançou com anos como 1630 e 1637, de grande seca.⁽⁴⁴⁾ Esta instabilidade climática insere-se na denominada «Pequena Idade Glacial» que Portugal presenciou nos séculos XVII e XVIII. Este fenómeno, aliado aos surtos de peste e aos problemas económicos existentes, pela sobrecarga de impostos, tronou o

(41) Para esta questão leia-se Abreu, Laurinda, «The city in times of plague: preventive and eradication measures against epidemic outbreaks in Évora between 1579 and 1637»», in *Popolazione e Storia*, vol. 7, nº 2, 2006, através de <https://www.academia.edu/>, consultado a 15 de Agosto de 2017.

(42) Sobre os tempos de peste em Portugal veja-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 63-73.

(43) Sobre este assunto leia-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis espanhóis (1580-1640)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1979, pp. 352-353.

(44) Leia-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 354-356.

século XVII num período de grandes crises, não só em Portugal, mas também em Espanha.⁽⁴⁵⁾

A instabilidade climatérica interessa ao nosso estudo uma vez que as dificuldades sentidas pelas populações eram uma das causas que poderia obrigá-las a procurar refúgio noutros territórios. As zonas onde a peste grassava eram abandonadas por todos aqueles que tinham possibilidade de fugir do perigo iminente de morte. De igual forma, as destruições causadas pelas tempestades e terremotos podiam afastar comerciantes e mercadores destas regiões, uma vez que as mesmas se encontravam, nos tempos posteriores, em situações de grande debilidade.

As variações meteorológicas tinham óbvias implicações nas colheitas, ditando a abundância ou escassez de alimentos e os picos de empobrecimento das populações camponesas. Se os anos de 1610-1615 e de 1623-1633 foram de abundantes colheitas agrícolas, pelo contrário os de 1597-98 e de 1622 conheceram grandes fomes. Do mesmo modo, os anos de 1609 e 1617-1620 apresentaram-se como maus anos agrícolas, sendo bastante diminutas as colheitas de trigo alentejanas, o que provocou a falta deste cereal. Pior foi ainda o ano de 1622, em que a capital e Coimbra ficaram completamente minguadas. Também 1635-36 foi um período difícil, especialmente em Lisboa, onde devido à fixação de população estrangeira não havia cereais que chegassem para todos.⁽⁴⁶⁾

A população portuguesa praticava uma agricultura de subsistência. Assim sendo, quando havia um bom ano agrícola vendiam-se os excedentes, quando as colheitas eram más, além dos lavradores, também os artesão e grupos superiores passavam fome, pois habituaram-se a adquirir os seus produtos. Desta forma, o reino dependia da importação de cereais e, em anos de extrema carestia, viu-se obrigado a procurar alimentos nas regiões mais próximas da vizinha Espanha. A fome de 1598 levou muitos transmontanos a migrarem para sul, à procura de trabalho, acabando por cair na mendicidade. Muitos só se salvaram quando apoiados pelas Misericórdias, como a de Coimbra que, juntamente com o Bispo e a Universidade, procurou recolher estes pobres forasteiros que morriam pelas ruas, em total estado de miséria.⁽⁴⁷⁾

(45) Confira-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. I, Coimbra, Palimage, 2015, pp. 217-248.

(46) Veja-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 342-348.

(47) Consulte-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 342-346.

Os maus anos agrícolas além de colocarem os portugueses em situações de notória fragilidade e provocarem fomes gerais, (e até pestes, uma vez que os corpos debilitados eram propícios à propagação de doenças), originavam revoltas contra o governo espanhol, que sobrecarregava o povo com impostos, gerando motins populares. A pobreza e a falta de alimentos para os próprios nativos eram causas de afastamento para os forasteiros.

2.2. Estrangeiros e comerciantes em Portugal

Relativamente à presença de estrangeiros em Portugal, a fama conquistada nos Descobrimentos atraiu a fixação de muitos homens de negócios. Viviam no reino leoneses, castelhanos, napolitanos, lombardos, flamengos, alemães, galegos, entre outros, estando estes últimos, muito presentes no Entre Douro e Minho.⁽⁴⁸⁾ O termo «galega» ou «galego» é frequentemente utilizado na documentação como apelido, identificando indivíduos da Galiza que viviam no Minho e aí trabalhavam.⁽⁴⁹⁾

Estes estrangeiros organizavam-se por ruas e faziam arcos ou estátuas que identificavam a sua nacionalidade.⁽⁵⁰⁾ Alguns deles eram comerciantes, outros tornavam-se pobres que tinham de viver da caridade, sendo culpabilizados de importar doenças.⁽⁵¹⁾ Um grupo mal visto era o dos ciganos, com presença significativa no Alentejo. Nômadas por excelência, viam-se a braços com as políticas anti vadiagem, implantadas um pouco por toda a Europa. Várias foram as tentativas régias de os expulsar do reino, no entanto,

(48) Sobre esta questão veja-se González Lopo, Domingo L., «Migraciones Históricas De Los Gallegos En El Espácio Peninsular (Siglos XVI-XIX)», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 12, 2003, pp.167-182; Alves, Jorge Fernandes, «Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas», in Eiras Roel, Antonio; González Lopo, Domingo L. (coord. científicos), *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*, Unesco, Santiago de Compostela, 2002, pp. 117-126.

(49) Em 1715, a Misericórdia de Ponte de Lima gastou 40 reis na libertação de «Antónia, galega presa que tinhão». ASCMPL, *Livro de receita e despeza*, nº 517, fl. 6v. De igual modo, a Santa Casa de Ponte da Barca recorrentemente dava esmola a uma Maria Galega e em 1659 gastou 40 reis com Ana Ferreira, galega que servia de enfermeira. ASCMPB, *Livro de Despeza*, nº 131, fl. 127v.

(50) Em Braga, por exemplo, a rua dos Biscainhos parece documentar a presença dos habitantes da Viscaia.

(51) Confira-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 320-321. Sobre as profissões desempenhadas por galegos emigrados em Portugal veja-se Alves, Jorge Fernandes, «Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas»..., p. 122.

todas elas saíram goradas. Também não faltaram as tentativas de os inserir na sociedade e acabar com os traços étnicos que os caracterizavam como vagabundos, procurando incutir nas crianças os valores do trabalho, contudo, também sem efeito.⁽⁵²⁾ Apesar de mal conotados na sociedade, nem por isso as Misericórdias deixavam de os ajudar quando estes precisavam, foi o que aconteceu em Ponte de Lima, em 1786, quando a Santa Casa deu 400 reis a um cigano que ia para Lisboa.⁽⁵³⁾

A nível religioso, apesar de receber vários estrangeiros e de ter portos muito movimentados, os ideias protestantes não tiveram grande repercussão em Portugal. Pelo contrário, o fervor religioso manteve-se e as romarias a santuários nacionais continuaram a existir. A nível internacional, havia licenças para quem se quisesse ausentar aos locais santos, onde se devia ir ao menos uma vez na vida, como eram os casos de Jerusalém, Roma e Santiago de Compostela.⁽⁵⁴⁾

No que diz respeito à circulação de pessoas através do reino, mais do que as estradas e os caminhos, os grandes problemas eram os rios. Por isso, houve bastante atenção, por parte dos concelhos e monarcas, para construírem pontes nos principais locais de passagem e para disponibilizarem barcas. Era comum, nesta época, os rios possuírem barcas que transportavam pessoas e mercadorias, entre margens. Contudo, por vezes, os barqueiros cobravam preços bastante exagerados, levando a Coroa a fixar valores. Assim, em 1628, definiu-se que «cada pessoa, mesmo levando criança de peito, [pagava] 3 reis; por cada uma das cavalgadas de cela ou albarda, 10 reis; por cada cabeça de gado por dia, 1 real; [...] por umas andas⁽⁵⁵⁾ 20 reis, e por coche 40 reis».⁽⁵⁶⁾

Já a circulação para Espanha foi favorecida a partir de 1580, terminado a obrigação de pagamento das alfândegas, o que durou apenas durante sete anos. De qualquer forma, as constantes trocas comerciais de bens alimentares e outros produtos, entre as regiões fronteiriças portuguesas e espanholas,

(52) Para este assunto confira-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 29-31.

(53) ASCMPL, Livro de despeza feita este anno de 1784 para o de 1785 sendo escrivão o Reverendo Gaspar de Faria e do anno de 1785 para 1786 sendo escrivão Santos Luis Barreto d' Lima Dantas, nº 575, fl. 76v.

(54) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 392-400.

(55) Andas ou andilhas «armação, albarda onde se sentão mulheres, que vão a cavallo». Bluteau, Rafael, *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1790, p. 82, consultado através do site: www.brasiliana.usp.br, acessido a 14 de julho de 2017.

(56) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 358-361.

tiveram enorme importância na vida económica dos dois reinos.⁽⁵⁷⁾ Também a movimentação de comerciantes, dentro de fronteiras, era constante, procurando estar presentes nas principais feiras.⁽⁵⁸⁾

2.3. Os portos marítimos e os portos secos

Relativamente aos portos de mar, o Alto Minho detinha, no século XVI, uma forte intensidade de tráfego marítimo, destacando-se os portos de Caminha, Vila do Conde e Viana da Foz do Lima, ligados ao comércio com o Brasil.⁽⁵⁹⁾ Relação que percebemos pela análise da documentação da Santa Casa vianense. Esta, por diversas vezes, auxiliou indivíduos a embarcarem para a América portuguesa, quer fossem apenas emigrantes ou degredados, predominando uma ligação mais estreita com as Terras de Vera Cruz, do que com qualquer outro espaço ultramarino português.⁽⁶⁰⁾ Não deixa, no entanto, de em 1652 ter aportado em Viana uma nau que vinha da Índia e de qual saíram seis marinheiros doentes que a Misericórdia assistiu.⁽⁶¹⁾ O porto de Viana foi, no século XVII, o principal do Alto Minho, mantendo fortes ligações à França e recebendo importantes cargas de cereais para abastecimento da população do reino.

Para além de Lisboa e dos portos do Alto Minho outros se destacavam no panorama nacional. Aveiro tinha especial ligação à região da Biscaia e à Terra Nova; os portos algarvios faziam trocas comerciais com o Norte de África e a Andaluzia, e o de Setúbal era um porto importantíssimo na exportação de sal.⁽⁶²⁾

(57) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 374-377.

(58) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980, pp. 153-156.

(59) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, p. 378.

(60) No ano económico de 1602-1603, a Misericórdia de Viana da Foz do Lima custeou com 1.520 reis um vestido e deu ainda mais 900 reis para António Rebousa, degredado e antigo “pobre da casa” se embarcar para o Brasil. No mesmo ano, deu 2000 reis para que levassem um “moço criado desta casa” para Terras de Vera Cruz. ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, nº 3.22.3.1, fls. 6v., 11, 26v.

(61) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, nº 3.22.5.9, fl. 67.

(62) Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, pp. 378-381.

A fronteira portuguesa com Espanha estava pontuada de portos secos, locais de passagem obrigatória para os mercadores e comerciantes que transportavam produtos para venda. Sobre estas questões debruçou-se Isabel Freitas concluindo que muitos comerciantes espanhóis atravessavam a fronteira portuguesa para atalharem em direção a outras regiões de Espanha, como era o caso dos castelhanos que iam para a Galiza e vice-versa.⁽⁶³⁾

A análise dos registos destes portos secos permitiu verificar que os mercadores circulavam em menor número nos períodos de intensos afazeres agrícolas. Contudo, tornava-se abundante, o movimento de comerciantes, por altura das grandes feiras, como a de Medina del Campo, em maio, e a de Valladolid, na Quaresma e em setembro. Apurou-se, igualmente, que as viagens dos mercadores, que atravessavam portos secos da região do Minho e Douro, duravam em média 8 a 15 dias, quando o destino era a Galiza, e 20 a 60 quando era Castela.⁽⁶⁴⁾

2.4. A população portuguesa

No que diz respeito à população portuguesa, os números nem sempre são consensuais. O numeramento de 1527-32 aponta para cerca de um milhão a um milhão e meio de habitantes. Existem, no entanto, outras contabilidades.

A população viria a ser afetada pelos ataques de corsários, fomes e pestes de finais de quinhentos.⁽⁶⁵⁾ A isto juntar-se-ia a saída de homens para o ultramar, especialmente, para a Índia, o Brasil e África.⁽⁶⁶⁾ Muitos outros emigraram, por questões comerciais, para a Holanda e França, não faltando a deslocação de indivíduos para a Espanha, embora esta fosse mais comum para os habitantes da região transmontana, que buscavam trabalho na Galiza

(63) Freitas, Isabel, «Caminhos que cruzam os portos secos no início do século XVI», in Fonseca, Luís Adão da; Amaral, Luís Carlos; Santos, Maria Fernanda Ferreira, *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 493-494.

(64) Freitas, Isabel, «Caminhos que cruzam os portos secos no início do século XVI»..., pp. 495-497.

(65) Sobre o lento crescimento populacional português no Período Moderno e as epidemias que assolaram o reino veja-se Rodrigues, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal: no alvorecer da modernidade*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 197-241.

(66) Rodrigues, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais»..., pp. 235-241.

e em León.⁽⁶⁷⁾ Também Sevilha tinha uma importante comunidade portuguesa, devido ao intenso comércio desenvolvido entre esta cidade e o novo mundo. Estima-se que no século XVI o reino perdesse para a emigração, anualmente, mais de cinco mil indivíduos. No século XVIII este número terá aumentado consideravelmente, devido à descoberta do ouro no Brasil, saindo anualmente de Portugal entre oito a dez mil pessoas.

Entre 1580 e 1640, período da monarquia dualista, terão abandonado o reino entre 300 a 360 mil almas e entre 1700-1760 cerca de mais 600 mil.⁽⁶⁸⁾ Estes dados são, contudo, discutíveis e incertos. Os autores divergem quanto à população total do reino, visto não existirem estudos e fontes abrangentes para o século XVI. No entanto, todos apontam para que, em 1640, a população portuguesa variasse entre o milhão e meio e os dois milhões de habitantes.⁽⁶⁹⁾ Braga e Viana da Foz do Lima tinham já cerca de 12.000 pessoas, sendo dos locais mais povoados do reino. O Porto contava em 1600 com cerca de 14 500 habitantes, número que subiria para 20 mil em 1732 e para 43 mil no final do século, muito graças ao desenvolvimento do Douro vinhateiro, que atraiu à cidade muitos comerciantes. Évora rondaria os 16.000. Lisboa era, no entanto, a cidade mais populosa do reino e uma das mais povoadas da Europa, contava 165.000 mil pessoas, em 1620.

A faixa litoral portuguesa era mais populosa que o interior, em parte devido às atividades marítimas, mas a região mais densamente povoada era o Entre Douro e Minho, com 55.010 moradores. Seguiu-se-lhe a Beira embora contasse com uma área bastante superior. A população minhota equivalia ao conjunto da população de Trás-os-Montes, Algarve e Alentejo. Estas últimas eram regiões fracamente povoadas, face à sua dimensão.⁽⁷⁰⁾

Para o século XVIII a população portuguesa é melhor conhecida. Em 1700, Portugal rondava os 600 mil fogos, número que nas primeiras três décadas

(67) Confira-se Salas Auséns, José António, «Inmigrantes en una tierra de emigración: extranjereros en Galicia en la segunda mitad del siglo XVIII», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 13, 2004, pp. 163-194.

(68) Para esta questão veja-se Godinho, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, pp. 55-57.

(69) Leia-se Serrão, José Vicente «O Quadro Humano», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV..., pp. 44-45.

(70) Sobre a questão populacional confira-se Rodrigues, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais»..., pp. 202; Godinho, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa...*, pp. 39, 42; Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis...*, p. 273; Serrão, José Vicente «O Quadro Humano»..., pp. 48-53.

terá decaído para os 550 mil. A principal causa adiantada para esta situação foi a emigração para o Brasil, devido à descoberta das minas auríferas, que levou a própria Coroa a tomar medidas de restrição à emigração nos anos 20, de forma a evitar um “esvaziamento do reino”. A partir de 1730, a população terá crescido de forma acelerada até 1770, quando atingiria cerca de 650 mil fogos e daí até ao final do século atingiu os 750 mil.⁽⁷¹⁾ Olhando para o vizinho reino de Espanha a diferença era significativa. Possuidor de uma área geográfica muito superior à portuguesa tinha, em finais de quinhentos, mais de seis milhões e meio de habitantes. Em 1700 passaram já a oito milhões e em 1800 a 10 milhões e meio.⁽⁷²⁾ A tendência de crescimento populacional, no século XVIII, terá sido comum à maioria dos reinos europeus.

Relativamente às migrações internas da população portuguesa poderiam ser sazonais ou definitivas. Nas sazonais encontramos os minhotos, transmontanos e beirões que se dirigiam para o Douro e Alentejo, procurando trabalho nas vindimas, na apanha da azeitona e nas ceifas. Quanto às definitivas destaca-se a fuga do campo para os grandes centros urbanos, do Porto e Lisboa, que registaram um acentuado crescimento neste período.⁽⁷³⁾

2.5. Um olhar sobre a História política portuguesa – séculos XVII-XVIII

Do ponto de vista político, os tempos também não foram pacíficos ou constantes. Sob o domínio da coroa espanhola, em 1605, Portugal assistiu à ordem do vice-rei D. Pedro de Castilho, que proibia o comércio com as Províncias Unidas do Norte e mandou expulsar todos os mercadores holandeses, mesmo que tivessem nascido em Portugal, sendo executados os que se recusassem a sair do reino. Estas medidas deviam-se ao curso constante que as Províncias Unidas do Norte praticavam aos navios ibéricos, uma vez que neste período se encontravam em guerra com Espanha, e à ameaça que faziam às suas possessões na Índia.

(71) Veja-se Serrão, José Vicente «O Quadro Humano»..., pp. 45-47.

(72) Confira-se sobre este assunto Rey Castelao, Ofelia, «Las migraciones femininas de antiguo régimen en su contexto europeo», in Hernández Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Mujer y emigración – una perspectiva plural. Actas del coloquio internacional sobre migraciones...*, p. 53.

(73) Leia-se Serrão, José Vicente, «O Quadro Humano»..., pp. 47-62.

Em 1609, quando se preparava a visita real de Filipe III a Portugal, quase todas as câmaras do Reino se escusaram de ajudar na receção, por estarem num tal grau de pobreza e carência que as suas populações mal tinham com que se alimentar. Foi o caso de Braga e Guimarães.

O descontentamento nacional face ao governo espanhol tornou-se notório quando os portugueses mostraram animosidade em participar, física e monetariamente, nas guerras do reino vizinho. A isto, juntara-se um surto de peste que atingiu a Península Ibérica, entre 1598-1602, e levou a um atenuar do crescimento demográfico nacional. Em 1621-22 Portugal voltou a sofrer com a crise. Esta foi tão grave que provocou motins e até a nobreza se ressentiu.⁽⁷⁴⁾ O preço dos cereais tornou-se exorbitante. Se antes custava 10 reis passou a custar 5 tostões. A juntar a isto, o reino sofria com o corso holandês, turco e mouro. A posse dos territórios ultramarinos também estava em iminente perigo.

A crescente miséria da população agravava o descontentamento, piorando aquando do reinado de Filipe IV que ficou marcado por uma crescente acentuação dos impostos. Em Viana da Foz do Lima, em 1636, um grupo de moradores invadiu a câmara e obrigou o corregedor a acabar com a cobrança de alguns tributos. Situação semelhante aconteceu em Chaves, no mesmo ano. Desta feita, por iniciativa de alguns eclesiásticos do arcebispado de Braga. O caso mais violento e preocupante ocorreu, no entanto, em Évora. Também a cidade de Braga se revelou contra os impostos, encabeçada por nobres e eclesiásticos.⁽⁷⁵⁾

O ano de 1637 não terá sido de forma alguma fácil, para o Entre Douro e Minho, pelas razões acima elencadas. Se, por um lado, as produções agrícolas foram fracas, devido à grande seca, pelo outro a sobrecarga de tributações tornou-se de tal forma insuportável que levou ao limite os ânimos, não só de populares, como também dos grupos mais poderosos. Pelo contrário, os anos de 1635-36 tinham sido de abundantes colheitas na região Norte, de tal forma que os preços dos produtos como o trigo, o centeio e o vinho tinham baixado bastante. Contudo, este não pode ser tomado como indicador de

(74) Confira-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal...*, pp. 47-55.

(75) Sobre os motins no Entre Douro e Minho leia-se Oliveira, António de, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras, 2002, pp. 449-479.

uma boa fase para o agricultor médio, pois havendo colheitas em excesso, os preços de venda desciam.⁽⁷⁶⁾

Viana da Foz do Lima, além de se ter ressentido com a seca de 1637 e os motins contra impostos, assistiu à decadência do seu porto marítimo. Este, havia crescido muito graças ao comércio do açúcar brasileiro, tornando a vila num importante entreposto. Via-se agora, no entanto, drasticamente afetado com a proibição de trocas comerciais com as Províncias Unidas do Norte, o que afastou dele muitos mercadores. Se nos anos da década de 1620 contava com mais de 70 navios em 1636 tinha apenas quatro, facto que levaria a uma clara diminuição do fluxo de comerciantes na vila e um pouco por todo o reino. Muitos decidiram emigrar para Espanha, à procura de melhores condições para os seus negócios.

Portugal viu-se empobrecer, tanto a nível dos privados como das finanças públicas, o que se refletiu num aumento dos impostos e, consequentemente, na contestação por parte dos populares.⁽⁷⁷⁾ O Terceiro Estado português começou por exigir a Filipe IV um vice-rei que permanecesse no reino e a ele dedicasse a sua governação, pedido que foi atendido em 1633.⁽⁷⁸⁾ Contudo, o maior descontentamento não era o facto de o reino não possuir rei próprio, mas sim as fomes e os encargos fiscais com que fora sobrecarregado, que funcionavam como principais impulsionadores de motins e revoltas.⁽⁷⁹⁾ Além dos conflitos na Península, os portugueses tinham de custear a defesa do seu ultramar, uma vez que tanto a Índia como o Brasil eram vítimas de ataques inimigos.⁽⁸⁰⁾ A opressão que o povo sentia e a revolta contra a exploração injusta que considerava estar a viver, foram causa constante de motins.⁽⁸¹⁾ Eram, no entanto, indicadores da situação de descontentamento real que se

(76) Veja-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal...*, pp. 171-474.

(77) Consulte-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal...*, pp. 67-89, 99-159.

(78) Leia-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. III..., pp. 1330-1399, 1402-1433.

(79) Sobre o descontentamento da população, tanto dos grupos superiores como do povo, com os encargos fiscais e os movimentos sociais ocorridos no reino, contra os mesmos, pode ver-se Oliveira, António de, *Movimentos Sociais e Poder no Século XVII*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002; Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945, pp. 55-106.

(80) Para esta questão veja-se Puntoni, Pedro, «As guerras no Atlântico Sul: a ofensiva holandesa...», p. 269; e Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. III..., pp. 1347, 1352-1358.

(81) Consulte-se Oliveira, António de, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII...*, pp. 17-42.

vivia no reino e interessam ao nosso estudo, uma vez que trabalhamos com esmolas dadas a pobres em deslocação e estamos certos que os períodos de conflito, revolta, motins e guerras influem quer no dinheiro disponível para esmolas, quer no número de pobres em movimento.

No seguimento destas rebeliões populares, em junho de 1640, iniciou-se a guerra da Catalunha que levou Filipe IV a mobilizar homens de Portugal para acorrerem ao conflito, o que desagradou bastante aos portugueses. A situação tornou-se calamitosa quando estes foram obrigados a pagar impostos, de forma a custearem a digladição.⁽⁸²⁾ O descontentamento geral, especialmente da nobreza, levou a que esta com as outras camadas populacionais, orquestrasse a colocação do duque de Bragança, D. João II (futuro rei D. João IV), no trono de Portugal, restaurando a independência do reino, a 1 de dezembro de 1640.⁽⁸³⁾

Este episódio não foi, no entanto, dos mais magnânimos da História de Portugal. Na realidade, a revolta foi levada a cabo por meia centena de fidalgos que fizeram na prática nada mais do que um golpe palaciano.⁽⁸⁴⁾ Contudo, importa salientar que os fidalgos que deram cara e corpo pela Restauração não estavam a defender os interesses pátrios, mas sim as suas próprias ambições. Seriam de uma média nobreza esquecida por Madrid e que se sentia extremamente ameaçada com o poder crescente dado aos estrangeiros e com a preponderância que os nobres espanhóis ganhavam em Portugal. Desta forma, necessitava de recuperar o seu papel no panorama nacional e, nesse sentido, usou como pretexto a necessidade de restituir o território a um “rei natural”, um rei que pertencesse e sentisse o reino como seu e que defendesse os seus interesses.⁽⁸⁵⁾

Todas as câmaras de Portugal responderam solícitamente e com euforia à aclamação do novo rei que começou de imediato a reunir forças para

(82) Relativamente a esta questão confira-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. III..., pp. 1433-1465. Veja-se também o artigo de Martins, Vitorino «As Finanças na Guerra da Restauração», in *Revista de História Militar*, vol. 92, Lisboa, 1940, pp. 808-820.

(83) Sobre as questões que levariam à restauração da independência consulte-se Oliveira, António de, *Poder e oposição política em Portugal...*, pp. 227-269.

(84) Veja-se Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. I..., pp. 107-132.

(85) Para este episódio leia-se Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 13-22.

enfrentar a guerra que se fazia esperar.⁽⁸⁶⁾ Esta teve os primeiros confrontos na região do Alentejo, obtendo Portugal a primeira vitória em 1645, ano em que as Cortes foram convocadas para aumentar os impostos no reino, de forma a sustentar o conflito. Consequentemente, começaram a ser recrutados homens com obrigação de participarem na guerra.⁽⁸⁷⁾ No entanto, as finanças públicas do reino estavam na miséria, não havia artilharia ou cavalos, a população encontrava-se num grande nível de pobreza e os impostos eram muitos. O défice orçamental era grande e o povo viu-se, novamente, sobrecarregado com um imposto para suportar a guerra, a “décima militar”. Seguiu, no entanto, o exemplo do seu rei que, em Cortes, colocou à disposição da defesa do reino todos os bens que possuía e que pertenciam à Casa de Bragança.⁽⁸⁸⁾

Em dezembro de 1656 faleceu D. João IV, três anos depois da morte do príncipe herdeiro, D. Teodósio, com apenas 19 anos. Sucedeu ao trono o príncipe D. Afonso, com apenas 13 anos, ficando como regente, por isso, a rainha D. Luísa de Gusmão.⁽⁸⁹⁾ E foi precisamente a partir de 1657 que, terminada a guerra da Catalunha, finalmente o conflito entre Portugal e Espanha se agravou, uma vez que anteriormente tinham sido escaramuças essencialmente defensivas, de ambas as partes.⁽⁹⁰⁾ No entanto, Filipe IV encontrara outra forma de enfraquecer a Restauração portuguesa através do bloqueio continental e do isolamento diplomático, cujos reflexos só a custo foram amenizados pelos diplomatas da Restauração, desembocando em tratados e acordos comerciais bastante mais benéficos para os parceiros do que para Portugal.

As possessões ultramarinas requeriam, também, muito esforço de Portugal, para a defesa dos territórios frente às tentativas dos inimigos.⁽⁹¹⁾ Relativamente ao conflito, o seu agravamento tornou-o problemático pois, como vimos, Portugal não dispunha de um exército organizado, não havia facilidades sequer

(86) Veja-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia...*, pp. 17-27.

(87) Para um aprofundamento das diversas batalhas da Restauração veja-se Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração...*, pp. 47-95.

(88) Sobre este assunto confira-se Martins, Vitorino «As Finanças na Guerra da Restauração»..., pp. 819-827.

(89) Leia-se Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. II..., pp. 514-527.

(90) Consulte-se Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668...*, pp. 81-86.

(91) Para esta questão leia-se Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. II..., pp. 476-501.

em fazer o seu recrutamento e não tinha militares experientes em campo de batalha disponíveis, nem artilharia, uma vez que estes recursos haviam sido canalizados pelos Habsburgo para o ultramar. Acrescia o facto de as suas fortalezas estarem, em grande parte, arruinadas e a precisar de reconstrução.⁽⁹²⁾ Contudo, e apesar das condicionantes, os portugueses apresentaram-se nos campos de batalha para se defenderem das incursões inimigas, desde junho de 1641 até à assinatura de paz em 1668, com o Tratado de Madrid.⁽⁹³⁾

As batalhas da Restauração ocorreram, essencialmente, nas regiões do Minho e do Alentejo e, apesar de alguns revezes, os portugueses obtiveram bastante sucesso em muitas delas, especialmente, nas de 1659 e 1665.⁽⁹⁴⁾ A presença do conflito no Minho causou graves danos nas Misericórdias da região. Em Viana, Valadares e Monção os edifícios das mesmas foram fisicamente afetados e em parte destruídos, além de que as irmandades foram obrigadas a receber e assistir soldados.⁽⁹⁵⁾

Terminado a guerra, foram também estabelecidos tratados de paz com a Inglaterra e a Holanda, de forma a acabar com a pirataria que arruinava o comércio externo português.⁽⁹⁶⁾ No entanto, já várias possessões portuguesas, no ultramar, estavam irremediavelmente perdidas.⁽⁹⁷⁾

Durante o reinado de D. Pedro II, em 1700, com a morte do rei Carlos II de Espanha, sem descendência, iniciou-se a chamada Guerra da Sucessão espanhola. O reino viu-se envolvido na crise da sucessão da coroa vizinha,

(92) Sobre o estado militar de Portugal veja-se Monteiro, Nuno Gonçalves, «A Guerra da Aclamação», in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 275-281; Costa, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668...*, pp. 23-46.

(93) Para uma melhor perceção da biografia do rei D. Afonso VI consulte-se Xavier, Ângela Barreto; Freire, Leonor Costa, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

(94) Confira-se Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. III..., pp. 145-249; Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. IV..., pp. 11-326.

(95) Consulte-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias do Alto Minho no contexto da Restauração», in Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVI, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra/ Instituto de História Económica e Social, 2002/2003, pp. 461-473; Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. III..., pp. 77-78.

(96) Sobre as relações externas de Portugal veja-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal - A Restauração e a Monarquia Absoluta...*, pp. 59-85. Para o fim da Guerra da Restauração veja-se Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vol. IV..., pp. 522-543.

(97) As possessões no Índico e extremo-oriente foram perdidas, quase na totalidade. No entanto, o Brasil conseguira organizar a sua própria defesa, tornando-se a grande fonte de riqueza nacional, graças à descoberta do ouro. Leia-se Mata, Eugénia; Valério, Nuno, *História Económica de Portugal - Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 107-119.

sendo obrigando, mais uma vez, a sustentar com impostos o conflito.⁽⁹⁸⁾ Este teve consequências no território nacional a outros níveis, como o facto de ter levado a população das zonas conflituosas da fronteira a fugir para os territórios litorais.

Graças ao desafio permitido pelo ouro do Brasil, apesar de alguns maus anos agrícolas e da falta de carne, devido às dificuldades de colocar os animais a pastar nas zonas de conflito, Portugal conseguiu evitar períodos de carestia, importando bens alimentares.⁽⁹⁹⁾ No entanto, todo este esforço financeiro deixou os cofres nacionais bastante debilitados, apesar de diplomaticamente ter sido benéfico uma vez que foi no seu contexto que se assinou o Tratado de Methuen, em 1703, e que se deu o casamento de D. João V com a princesa D. Mariana de Áustria.

Em finais do século XVII, Portugal iniciou um dos períodos mais prósperos da sua História, com a descoberta do ouro, no Brasil. D. João V sucedera a D. Pedro II em 1706. Sendo o rei Magnânimo, o seu reinado teve toda a opulência que o ouro brasileiro permitiu, o que se traduziu, entre outros, na construção do Real Palácio-Convento de Mafra. Também as embaixadas diplomáticas enviadas Europa fora, pelo monarca, são dignas de menção. Primeiramente, conseguiram restabelecer as ligações de Portugal à Santa Sé, interrompidas desde a Restauração; de seguida causaram espanto em França e Espanha, não sendo, no entanto, garantia de relações pacíficas durante todo o reinado.

Entre 1735-36, Espanha e Portugal tiveram, novamente, guerra declarada.⁽¹⁰⁰⁾ Dentro de fronteiras, D. João V, a partir da década de 1720, deixou de reunir Cortes e passou a despachar diretamente com o secretário de Estado.⁽¹⁰¹⁾ Tais ações faziam parte do caminho de centralização dos poderes nas mãos do monarca, que desembocou na instauração do absolutismo régio, caminho que outros monarcas já tinham vindo a preparar.

(98) Sobre a Guerra da Sucessão Espanhola confira-se Monteiro, Nuno Gonçalves, «A Guerra da Aclamação»..., pp. 301-306.

(99) Consulte-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia Absoluta*..., pp. 137-140, 347-388.

(100) A propósito deste episódio veja-se Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia*..., pp. 262-263.

(101) Monteiro, Nuno Gonçalves, «O Processo Político (1621-1807): D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança», in *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*..., pp. 410-415.

Apesar de não reunir as Cortes e isso ser motivo de desgosto, o rei sempre foi muito amado pelo povo e tido como um bom governante.⁽¹⁰²⁾ Em 1750 subiu ao trono D. José I que trouxe a Portugal o despotismo iluminado, então em voga por toda a Europa.⁽¹⁰³⁾ Contudo, em 1755, Lisboa sofreu um dos maiores desastres da sua História, o dramático terremoto. Os números apontados para os mortos é de entre 10 a 40 mil e das 20 mil casas, da cidade, apenas 3 mil ficaram habitáveis.⁽¹⁰⁴⁾

A reconstrução da Lisboa fez-se, literalmente, das cinzas e dos destroços, e quem a ordenou foi o então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.⁽¹⁰⁵⁾ Não foi apenas em Lisboa que o terremoto se fez sentir, mas um pouco por todo o reino, causando danos consideráveis na região centro. Também em Espanha, na Andaluzia e Madrid, foi sentido.

Tal foi a destruição causada na cidade lisboeta que a notícia ecoou por toda a Europa e perdurou marcada na História, até aos dias de hoje. De Hamburgo vieram navios para acudir a Lisboa, numa demonstração de solidariedade para com o reino, no entanto, o comércio e o interesse dos mercadores ficou, obviamente, afetado por esta catástrofe.⁽¹⁰⁶⁾

2.6. A crise da segunda metade do século XVIII e a primeira década do século XIX

A nível económico, o século XVIII teve duas realidades diferentes. Se se iniciou com a descoberta do ouro do Brasil, levando a que a primeira metade fosse de opulência e de grandes receitas para a Coroa portuguesa, a diminuição da

(102) Relativamente ao Absolutismo de D. João V leia-se Almeida, Luís Fernand, *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social/ Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995, pp. 183-201.

(103) Confira-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: O despotismo iluminado, (1750-1807)*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982, pp. 11-14.

(104) Para um melhor conhecimento do percurso de vida de Pombal consulte-se Maxwell, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, pp. 39-42.

(105) Sobre o governo do Marques de Pombal veja-se Subtil, José, «No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*..., pp. 415-419. Sobre as reformas levadas a cabo por Pombal confira-se Maxwell, Kenneth, *O Marquês de Pombal*..., pp. 111-135.

(106) Leia-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: O despotismo iluminado*..., pp. 27-34.

extração de ouro, na segunda metade, ditaria graves constrangimentos.⁽¹⁰⁷⁾ Os fidalgos que enriqueceram graças a este metal precioso, passaram a estar numa situação de grave debilidade. Entre 1768-71 a inflação cresceu bastante. Os preços dos cereais subiram de forma intensa e o panorama nacional piorou na primeira década do século XIX, com as invasões francesas que saquearam o reino e levaram a Corte a refugiar-se no Brasil. Consequentemente, a abertura dos portos brasileiros ao comércio livre e o tratado comercial com a Inglaterra, agravaram a situação económica nacional. Também a nível populacional os massacres em Évora e Coimbra, entre 1808-1810, na sequência das invasões, e as táticas de terra queimada adotada pelos portugueses para dissuadir os franceses, foram bastante negativas. Se em 1801 Portugal contava 758.501 fogos, em 1815 este número teria decrescido para 742.815.⁽¹⁰⁸⁾

As invasões e a aproximação dos exércitos levaram as populações a entrar em fugas massivas. Assim aconteceu em Braga e em Viseu, localidades que os franceses encontraram desertas. As populações refugiavam-se nas florestas e nos campos. No entanto, nem isso as salvava. Em Mangualde, os franceses mataram várias pessoas que encontraram em fuga, pelos territórios agrícolas.⁽¹⁰⁹⁾ A isto juntavam-se as pilhagens e as violações que praticavam, originando um cenário de terror, por todo o reino, que afastava os viajantes. A insegurança era tal que as pessoas só se deslocavam em situações de fuga, procurando locais escondidos, em vez das instituições de assistência.

Terminado o perigo das invasões ficou a destruição, a falta de alimentos e a peste que grassou por todo o reino. Só em Coimbra foram assassinadas mais de três mil pessoas e com a peste os mortos ultrapassaram a dezena de milhar.⁽¹¹⁰⁾

(107) Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 76.

(108) Silbert, Albert, *Do Portugal do antigo regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 24-82.

(109) Sobre as invasões francesas veja-se Lopes, Maria Antónia, *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 2011, pp. 23-33.

(110) Para esta temática pode ver-se também Lopes, Maria Antónia, «Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal», in *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, vol. III, Lisboa; Parede, Exército Português; Tribuna da História, 2011, pp. 299-323.

3. VISÃO SOBRE A POBREZA, NO PERÍODO MEDIEVAL E MODERNO

No Período Medieval, a pobreza era encarada como uma benesse, por isso, os mais ricos procuravam auxiliar os pobres doando-lhes esmolas e tentando, através dessas práticas caritativas, ganhar o perdão divino.⁽¹¹¹⁾ No Período Moderno, esta visão alterou-se. O crescimento populacional e, consequentemente, o das cidades, muito devido ao êxodo rural, transformou a pobreza num grave problema social.⁽¹¹²⁾

O pobre itinerante era uma herança Medieval. Andar de casa em casa ou de terra em terra, a pedir esmola para o seu sustento era prática comum para muitos mendigos. No entanto, em finais do século XIV e inícios do século XV, os forasteiros que pediam esmolas passaram a ser encarados com grande desconfiança pelas comunidades onde chegavam. Estas, apesar da obrigação de lhes dar pernoita por três dias, demonstravam-se bastante adversas à ideia de acolher desconhecidos.⁽¹¹³⁾

Todavia, não obstante este receio, o desenvolvimento da piedade cristã, na Época Moderna, levou a que ajudar os pobres fosse encarado pelas camadas superiores como uma forma de expiarem os seus pecados. Considerava-se que os pobres existiam com a função de serem recetores da caridade dos ricos,

(111) Sobre o enaltecimento da pobreza leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, pp. 36, 48.

(112) Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas...* pp. 15-18; Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 32-33.

(113) Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Médias – Actas das Ias Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39-47.

sendo obrigação destes dar-lhes esmola. Não o fazer originava uma pobreza indigente, transformando o pobre em ladrão.⁽¹¹⁴⁾

Auxiliando os necessitados, os poderosos estariam a seguir o exemplo misericordioso da educação cristã. Porém, devido ao aumento mencionado de pobres e frente à incapacidade de prover todos, foi preciso selecionar, criando-se critérios. Em 1720, por exemplo, foi apresentado um projeto de criação de confrarias de caridade que deviam fazer um arrolamento dos pobres e dar esmola àqueles que eram considerados merecedores, cuja definição veremos à frente. Todos os que tivessem capacidades físicas e mentais para trabalhar deviam ser obrigados a fazê-lo.⁽¹¹⁵⁾

3.1. Pobres merecedores e vagabundos

As visões dicotómicas foram tema de intenso debate um pouco por toda a Europa Moderna. Em Espanha, Luís Vives considerou que os pobres deviam ser controlados. Os falsos pobres precisavam ser identificados e os verdadeiros auxiliados pelos grupos superiores. Já os estrangeiros deviam ser expulsos do reino com uma esmola para a viagem. Defendeu, igualmente, que a pobreza devia ser retirada das ruas, surgindo, para acolher os mendicantes, as Casas de Misericórdia. Os viandantes aptos deviam ser obrigados a trabalhar.

Em França e Inglaterra foram criadas instituições para internamento de pobres, contudo, estes apresentaram sempre uma enorme resistência ao enclausuramento.⁽¹¹⁶⁾ Também Juan de Medina, no reinado de Carlos V, propôs, para o caso espanhol, acabar com a caridade de rua, de forma a fazer desaparecer o pobre viandante. Visão oposta tinha o dominicano Domingos de Soto, afirmando que o pobre devia ser livre de pedir, sendo a sua condição benéfica para os ricos, que assim tinham possibilidade de praticar uma obra de caridade, dando esmola.

(114) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., pp. 52, 68-69, 79-84.

(115) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., pp. 108-109.

(116) Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Reforma da Assistência nos Reinos Peninsulares», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 19 (1-2), Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 2002, pp. 177-185; Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, pp. 33-37.

Em Portugal, desde o século XIV que as Cortes manifestavam preocupação com a existência dos ociosos. A mendigação era admitida, apenas, para os casos de pessoas demasiado velhas, deficientes, ou pobres envergonhados. Todos os outros, que tivessem possibilidade de desempenhar algum trabalho e se escusassem a fazê-lo, eram considerados vagabundos. Esta distinção vinha já da Lei das Sesmarias (1375), onde se realçava a necessidade de distinguir os verdadeiros pobres dos falsos, ordenado o controle ocasional dos mendigos existentes.

A “Lei dos Vadios” definiu que os deficientes físicos, quando capazes, deviam dedicar-se a profissões em que pudessem desempenhar uma determinada função. Trabalhar tornara-se num valor social. Era uma forma de diferenciação, distinguia o homem considerado bom do vagabundo. Era pelo trabalho que a sociedade se estruturava.⁽¹¹⁷⁾ Todo aquele que não podia trabalhar, fazendo prova disso, tendo-se confessado e estando ciente da obrigação de renovar anualmente a licença, (mostrando que sabia a ave-maria, o credo e a salve-rainha), era autorizado a mendigar.⁽¹¹⁸⁾

Estas questões foram alvo de debate em Portugal, no alvorecer da Época Moderna, à semelhança do que acontecia no resto da Europa, originando uma reforma da assistência. Vários autores discutiram o assunto. Uns defendiam a repressão e enclausuramento da pobreza, outros, como Loureço Moreira, acusavam os enormes encargos fiscais, a que as camadas mais baixas estavam sujeitas, como a causa de tamanha miséria. Outros ainda, como António Henriques da Silveira, consideravam a ociosidade a origem de todos os males e defendiam o trabalho como solução a impor aos que estivessem aptos fisicamente. Condenava a prática da esmola. Alguns reformadores avançaram com propostas de criação de corporações que acabassem com a pobreza a nível local.⁽¹¹⁹⁾

Por outro lado, tornava-se necessário encontrar formas de cuidar dos pobres necessitados. Foi neste contexto que se criaram as Santas Casas da Misericórdia. Estas, diferenciavam-se de todas as suas congéneres, existentes

(117) Sobre a questão dos pobres veja-se Woolf, Stuart, *Los Pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989, pp. 46-49.

(118) Consulte-se Abreu, Laurinda, O Poder e os Pobres..., pp. 19-28. Sobre esta problemática em Espanha veja-se Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castela, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998, pp. 28-31.

(119) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., pp. 92-142.

noutros reinos, pela abrangência da sua assistência: tratavam de acudir às 14 obras de Misericórdia, 7 espirituais e 7 corporais. Para a sua posse e administração viriam a passar, mais tarde, os hospitais. Surgiram, entretanto, os hospitais modernos que se distinguiram dos Medievais por serem maiores, mais organizados, com um corpo clínico próprio, separando enfermos de passageiros e distribuindo os doentes, consoante as maleitas que possuíam.⁽¹²⁰⁾

Todavia, pôr em prática a assistência das 14 obras pias, e atender às necessidades de centenas de pobres, importava pesados custos para estas instituições. A Mesa da Misericórdia de Braga, de 1706, reconhecia o estado de endividamento da instituição e do hospital de São Marcos, adiantando como causa o facto de

«[...] se ter tirado para gastos e despesas [...] dinheiro do casco [e] por quanto esta Santa Caza costumava esmollar todos os mezes pelos irmãos da meza a varias pessoas que faziam peticoins fingindoce doentes e sem urgente necidade o que no fim do anno importava em muito».⁽¹²¹⁾

A Santa Casa via-se, assim, a braços com os falsos pobres que esgotavam as suas economias.

A pobreza não era toda igual. Os necessitados podiam ser distribuídos por várias categorias. Na primeira encontramos os pobres estruturais, ou seja, os velhos, doentes ou deficientes e outros indivíduos que não tinham possibilidade de trabalhar para ganhar o seu sustento, sendo, por isso, os únicos a quem se admitia pedir. Eram os chamados pobres mercedores. Na segunda categoria estavam os pobres conjunturais. Estes surgiam em momentos de crise, quando lhes faltavam os recursos monetários e alimentares ou em situações de doenças ou mortes, acabando por se verem obrigados a recorrer à caridade alheia. No século XVII, estes pobres conjunturais tornaram-se frequentes, devido aos maus anos agrícolas e aos constantes episódios de peste que atiravam para a miséria as franjas mais débeis da sociedade. Por fim, havia os passageiros. Estes, apesar de dependentes de caridade, eram pobres apenas porque estavam numa condição de fragilidade, uma vez que

(120) Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Reforma da Assistência nos Reinos Peninsulares»..., pp. 177-185.

(121) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 2 de Julho de 1694 athe 24 de Abril de 1709*, nº 10, fls. 247-247v.

se encontravam desenraizados. Todavia, este facto não servia de atenuante para a forma como eram encarados pelas comunidades por onde passavam.⁽¹²²⁾

Várias restrições foram impostas, de forma a tentar controlar a pobreza. O rei D. Manuel I ordenou que os pobres que não estivessem efetivamente doentes não fossem atendidos no hospital do Espírito Santo de Évora. Além disso, os meirinhos das comarcas tinham ordem para perseguir e expulsar os viandantes que se dedicassem à ociosidade em vez de trabalharem.⁽¹²³⁾ Porém, esta repressão era mais eficiente juntos dos forasteiros do que nos pobres da localidade. Para com estes, as autoridades iam sendo condescendentes, uma vez que os conheciam e sabiam as causas da sua miséria. Pelo contrário, os desconhecidos, pelo facto de serem estranhos à comunidade e não se saber nada sobre as suas intenções, eram encarados com receio. Poderiam ser ladrões ou criminosos que se escondiam debaixo da capa de pobres meritórios.

3.2. As cartas de guia

A insegurança gerou uma dualidade de visões perante a pobreza. Se, por um lado, o pobre era um exemplo de Cristo e a pobreza quase encarada como uma dádiva, por ser a verdadeira forma de experienciar a vida de Jesus, por outro, o medo que estes indivíduos tivessem a intenção de explorar, roubar ou matar, levou a que as autoridades aumentassem o controlo e reprimissem estes fenómenos sociais.⁽¹²⁴⁾ Lado a lado com os lavradores, artesãos e pobres que andavam em peregrinação, estavam os vagabundos oportunistas que se faziam passar por romeiros. Estes, muitas vezes, abandonavam a sua família e procuravam uma vida de errância, obrigando as autoridades a tomarem importantes medidas.

Em Espanha, havia grande receio que estes indivíduos, ditos em peregrinação, se estabelecessem no reino, engrossando o número de pobres já existente. Juntava-se a este, o medo de que transportassem doenças ou praticassem malfetorias.⁽¹²⁵⁾ Por esse motivo, Filipe II de Espanha proibiu o uso

(122) Veja-se Woolf, Stuart, *Los pobres en la Europa Moderna...*, pp. 15-58.

(123) Confira-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 29.

(124) Consulte-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 31-37.

(125) Veja-se para este assunto Lacarra y de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la edad moderna», in Separata de la *Revista Principe de Viana*, nº 102 y 103, Pamplona,

de hábito de romeiros a todos aqueles que não fossem em peregrinação.⁽¹²⁶⁾ Outra solução encontrada, para controlar estes indivíduos, foi a utilização de cartas de guia. Estas constituíam um “passaporte” que identificava os peregrinos, referindo a sua proveniência, destino e razões da viagem.⁽¹²⁷⁾ Já anteriormente a Igreja Católica utilizara as “cartas de recomendação” ou “cartas de paz”, com o mesmo objetivo. A carta de guia foi sua herdeira. Quando alguém necessitava de se deslocar pedia ao provedor da Misericórdia mais próxima, ou aos bispos, este documento, onde se atestava a sua necessidade. Deste modo, tinha direito a receber uma esmola sempre que a carta fosse apresentada, nas instituições congêneres.⁽¹²⁸⁾

Em Portugal, estas cartas de guia só deveriam ser entregues aos pobres que mostrassem ser verdadeiramente merecedores e, a partir da segunda metade do século XVIII, aos que tivessem autorização da Intendência Geral da Polícia para mendigar. Todavia, algumas Misericórdias queixavam-se das suas homólogas, que entregavam estes documentos a pessoas desmerecedoras. A situação tornou-se de tal forma grave que, no século XIX, algumas confrarias recusavam-se a atender determinados enfermos, ainda que portadores de cartas de guia.⁽¹²⁹⁾

.....
Diputacion Foral de Navarra, 1966, p. 41.

(126) Confira-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957, p. 30; Lacarra y de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago...», pp. 36-40.

(127) Para as cartas de guia leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridad: las “cartas de guía” de las Misericordias Portuguesas (Siglos XVII-XIX)», in *Estudios Humanísticos. Historia*. nº 6, 2007, p. 212.

(128) Sobre esta questão veja-se Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, p. 249.

(129) Para este assunto leia-se Magalhães, António de, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. X, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 141-142.

4. OS VIAJANTES E AS MIGRAÇÕES SAZONAIS

As populações Medievais e Modernas foram bastante ativas na circulação pelos territórios. As motivações eram variadas: guerras, pestes, peregrinações, tratamentos para doenças, busca de trabalhos, fuga a perseguições, comércio, entre outras. Facto é que muitos foram os pés que calcorream os caminhos do passado.

São conhecidos os fluxos populacionais que anualmente, por altura da apanha da azeitona e das ceifas, desciam Portugal abaixo, em direção ao Alentejo. Coimbra era também um local de atração, devido à forte indústria da moagem que existia na cidade. Contudo, havia profissões que apelavam à itinerância, desde os vendedores ambulantes até aos pedreiros que procuravam locais onde se estivessem a desenvolver grandes obras.⁽¹³⁰⁾ Sendo uma localidade onde se praticavam muitos ofícios, a cidade coimbrã, por exemplo, tinha uma forte atratividade para os imigrantes que aí aprendiam determinadas artes e desempenhavam um número imenso de profissões, desde barbeiros, a padeiros, ferreiros, entre outras.⁽¹³¹⁾

Havia, ainda, outro grupo em circulação: os peregrinos. Estes estavam um pouco por toda a parte e iam tanto para os santuários das redondezas, como para locais mais longínquos, tal como Santiago de Compostela, Roma ou Jerusalém. Certamente, haviam de cruzar os seus caminhos com soldados que de um lado para o outro corriam a acudir à defesa do reino, ou então, acudiam à sua própria vida, desertando dos campos de batalha. Havia, ainda, famílias que pediam ajuda às Misericórdias, por terem filhos doentes

(130) Relativamente a esta questão veja-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II..., pp. 700-704.

(131) Sobre as profissões desempenhadas pelos imigrantes que se estabeleciam em Coimbra leia-se Lopes, Maria Antónia, «Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime», in Hernández Borge, Júlio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp. 11-12.

e precisarem de ir buscar cura a um hospital maior, como o de São Marcos em Braga e o Dom Lopo de Almeida, Porto. Ou então para recorrerem às águas termais do Gerês.

Muitos outros percorreriam os caminhos em fuga da Inquisição, de algum meirinho, de locais onde escasseava a comida ou de um território onde a peste deflagrara. Desta forma, havia um vasto número de pessoas que, de maior ou menor qualidade, diariamente, circulariam pelos caminhos do reino, passando para a vizinha Espanha e vice-versa.

As regiões do Alentejo e Algarve, pela baixa densidade populacional, eram atrativas para aqueles que pretendiam migrar. Pelo contrário a região Norte, do Entre Douro e Minho, era sobrepovoada, acabando por daí partirem muitos homens, em direção às regiões do Sul, Galiza e ultramar.⁽¹³²⁾ Sublinhe-se, todavia, que Portugal constituiu lugar de atração para muitos galegos, no século XVIII. Muitos optaram por se estabelecer no Minho, outros serviram-se dele apenas como local de passagem para outras regiões, assumindo Lisboa um lugar preponderante.

(132) Leia-se para esta matéria Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II..., pp. 707-722.

5. AS PEREGRINAÇÕES E A FÉ

5.1. Rituais de fé no período Barroco

O Período Moderno trouxe uma nova forma de encarar a religião. O alargamento do Barroco à Igreja, e à forma como se encarava a fé, teve interessantes repercussões. A população Moderna apreciava ver e representar o sofrimento. Mais do que experimentar as agruras por que Jesus e os seus discípulos tinham passado, procurava senti-las e vivê-las, através de representações, nas procissões, pinturas, esculturas... A intenção era mexer com os sentimentos, apelar à compaixão.

A procissão tinha, no Período Moderno, funções catequizantes e moralizantes. Nela desfilava o clero, ladeando uma relíquia que era levada pelas ruas da vila ou da cidade, de forma a ser exibida aos populares, tanto os que iam na procissão como os que ficavam nas varandas e janelas a assistir. Uma das mais importantes procissões da época era a do Corpo de Cristo onde, por norma, desfilavam todas as confrarias do concelho sendo, além de um momento religioso, uma ocasião de afirmação dos poderes concelhios e da hierarquia das instituições nele existentes.⁽¹³³⁾

A procissão assemelhava-se a uma minúscula peregrinação. No entanto, as peregrinações tinham ainda, nesta época, um peso muito significativo na vida das pessoas. Não eram já as que passavam por terras longínquas, predominantes no período mediável, (Roma, Jerusalém e Santiago de Compostela), mas sim as dos termos das vilas e cidades. Eram romarias realizadas a pequenas

(133) A este propósito confira-se Gouveia, António Camões, «Procissões», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., pp. 334-345. Sobre as procissões das Misericórdias e os lugares ocupados pelos irmãos, nas mesmas, veja-se Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filípes*, vol. 5..., 2006, p. 27.

capelas e santuários, localizados em sítios ermos e isolados, como os cimos dos montes, podendo-se demorar entre um a três dias, para lá chegar.

Estas peregrinações, feitas em zonas de proximidade, tornaram-se muito apreciadas na Época Moderna. Tais eram as suas forças que as próprias entidades eclesiásticas e, por vezes, régias, mandaram edificar, templos maiores nesses locais e abrir caminhos, para facilitar os acessos. Surgiram, em alguns casos, novas povoações nestes espaços, uma vez que eram necessários taberneiros e hospitaleiros para acolher os peregrinos. Em alguns casos, esta população acabou por se fixar. Foi que aconteceu na freguesia da Gavieira, em Arcos de Valdevez, onde surgiu uma povoação junto ao santuário da Senhora da Peneda.

Os santos destes templos atingiram fama de milagreiros e, por isso, a eles acorriam muitas pessoas com promessas. Iam agradecer quando as suas preces tinham sido atendidas, ou iam em situação de desespero, pedir ajuda pessoalmente, ao próprio santo. Desta forma, podiam ajoelhar-se em frente à imagem, olhar o seu rosto e deixar que o santo “visse” o sofrimento dos seus olhos. Acreditavam que, desta forma, mais facilmente as suas súplicas seriam atendidas. Não raras vezes, levavam oferendas, desde bens alimentares, pão ou cereais a roupa e ouro, no caso dos mais abastados. Outros queimavam cera em honra do santo. Chegavam a ficar vários dias junto ao santuário, em novena e jejum.

A partir do século XVII, este tipo de romarias deixou de ter uma função contratual, para ter mais uma função penitencial. Os peregrinos passaram a deslocar-se ao templo como penitência para obterem o perdão dos seus pecados, o que era incentivado pelas bulas que alguns santuários ofereciam a quem lá rumava. Nesse local, o peregrino podia confessar-se a um pároco desconhecido, com quem sentiria maior confiança para contar as suas práticas.

O santuário de Sítio, na Nazaré, chegou a receber 20.000 devotos em 1742, para a sua festa anual.⁽¹³⁴⁾ Algumas destas peregrinações eram coletivas, organizadas pelas entidades eclesiásticas e pelas confrarias, que depois se faziam representar nas procissões, ou mesmo pelos municípios. Reis, rainhas, famílias nobres com os seus séquitos, criados e pobres, todos se juntavam nestas celebrações, cada um ocupando o espaço a ele destinado e devidamente hierarquizado. Tornavam-se, desta forma, momentos de demonstração de poder, de exibição pública.

(134) Leia-se a propósito Penteadó, Pedro, «Peregrinações e Santuários», in Azevedo, Carlos Moreira, *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., p. 350.

Na sequência do culto à virgem, ganharam força os santuários marianos, como foi o caso do santuário de Nossa Senhora de Guadalupe, na Estremadura espanhola, e de Nossa Senhora de Monserrat, na Catalunha, tendo sido o primeiro visitado pelos reis portugueses D. Manuel I e D. João III. Contudo, a Guerra da Restauração terá diminuído as peregrinações portuguesas a estes santuários.⁽¹³⁵⁾

Em muitos destes espaços sagrados, os devotos encontravam relíquias. Na Época Moderna o gosto por estas preciosidades havia-se transformado num negócio. Existiam relíquias de todo o género e de qualquer santo, desde olhos, a ossos, carvões, madeira, pregos, dentes, pele... todo o tipo de objeto que tivesse estado em contato com um santo milagroso era passível de se tornar motivo de adoração. A sua importância era tal que valiam tanto como caríssimas joias e eram presentes com que se agradavam reis e rainhas. Se tinham tamanho poder atrativo sobre as camadas eloquentes da época, podemos imaginar que muito mais impressionariam a população inculta e pobre que, perante os males da sua vida, só desejava tocar numa destas peças, para mais facilmente obter o milagre pretendido.⁽¹³⁶⁾ As relíquias de São Pedro de Rates, em Braga, eram muito procuradas por mulheres grávidas, por acreditarem que o santo as ajudaria no momento do parto.⁽¹³⁷⁾

Além das peregrinações e procissões, outra manifestação de culto era a participação na missa e a comunhão eucarística. O milagre da transubstanciação, que os protestantes puseram em causa, tornou-se imperativo para os católicos que, na Páscoa, passaram a expor a hóstia sagrada, no Lausperene, ou seja, 40 horas, tantas quantas Jesus esteve no sepulcro. Nessa altura, os devotos podiam ir à igreja e rezar ajoelhados, em frente ao Corpo de Cristo exposto.

Também muito apreciada nesta altura era a Via-Sacra. Muitos conventos começaram por ter um local afastado, para reflexão sobre os últimos episódios da vida de Jesus. No entanto, rapidamente evoluiu para a construção de cruzeiros ou capelas onde se representavam, pictoricamente, os últimos passos dados pelo Senhor, numa tentativa de envolver o devoto na cena e fazê-lo

(135) Veja-se Penteado, Pedro, «Peregrinações e Santuários», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., pp. 346-359.

(136) Para esta questão consulte-se Marques, João Francisco, «Os Itinerários da Santidade: Milagres, Relíquias e Devoções», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., pp. 359-367.

(137) Confira-se Penteado, Pedro, «Peregrinações e Santuários», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., pp. 346-359.

percorrer o mesmo caminho que Jesus havia percorrido. Exemplo disso foi a construção do Bom Jesus de Braga, em inícios do século XVIII, cujo escadório, que se estende ao longo da encosta, possui capelas com representações dos últimos momentos de vida terrena de Cristo.

Além destas manifestações de fé e das tentativas de remir os pecados, a salvação da alma tornou-se, para o homem Moderno, uma preocupação constante, não só em vida, mas também após a morte. Por isso, eram deixadas, em testamento, grandes somas de dinheiro, para que fossem celebradas missas para sua salvação, ou legava-se aos pobres, para que estes rezassem pela sua alma.⁽¹³⁸⁾

Os autores não chegam a consenso sobre o momento em que nasceu a ideia do Purgatório, como o local onde as almas teriam de passar pela expugnação dos seus pecados. Contudo, concordam que foi no contexto pós Trento que a imagem deste terceiro lugar se difundiu, causando a já referida preocupação com a salvação da alma. A esmola era a forma mais simples de diminuir o tempo de purgatório, uma vez que por cada uma, o benfeitor receberia uma séria de orações feitas pelo pobre agraciado. Tornou-se habitual, além das esmolas e dos testamentos, onde uma parte do dinheiro que se deixava devia ser aplicado em missas pela alma do testador, instituírem-se legados em dinheiro ou em bens de raiz às Misericórdias e a outras confrarias, mas também a igrejas paroquiais, colegiadas entre outros, em troca de sufrágios pela alma. Este terá sido um dos motivos da enorme riqueza patrimonial que muitas Santas Casas conseguiram angariar.⁽¹³⁹⁾ Não obstante, outras confrarias e instituições recebiam, igualmente, legados.⁽¹⁴⁰⁾

5.2. O compromisso da peregrinação

Empreender uma peregrinação, deixando tudo para trás e arriscando a vida ao longo dos caminhos era um ato de grande despreendimento e devoção,

(138) Para esta questão veja-se Marques, João Francisco, «A renovação das práticas devocionais», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II..., pp. 558-601.

(139) Leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, pp. 22-25, 31.

(140) Sobre a instituição de legados veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga* (séculos XVII-XVIII), Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017, pp. 15-35.

para com os santos e divindades, especialmente, quando implicava viagens demoradas de semanas, meses ou anos. Se, por um lado, as pessoas sentiam necessidade de sacrificar o seu corpo numa longa jornada, de forma a expiarem os seus pecados, por outro, tinham consciência dos perigos que correriam e da possibilidade de não voltarem mais à sua terra e ao seio da sua família. Estes medos eram bem conhecidos pela própria Igreja Católica que impulsionava estas manifestações de fé. No caso de Compostela, o incentivo à peregrinação era tal que a catedral oferecia regalias e indulgências a quem lá rumasse.⁽¹⁴¹⁾ Além destas contrapartidas havia outras. Quem morresse durante a peregrinação tinha todos os seus pecados expiados.⁽¹⁴²⁾ Perante estas condições não é difícil entender a atração que as peregrinações exerciam sobre a população.

A partir do momento em que alguém se comprometia a fazer uma determinada romaria, era imperativo que chegasse ao destino, quaisquer que fossem as dificuldades. Só poderia falhar por motivos muito graves como ter-se tornado enfermo perpétuo. Neste caso, podia remir-se através da doação de uma esmola, que equivaleria ao despendido na viagem, ou através de jejuns e muitas orações. Fazer uma promessa e falhar seria faltar com a palavra dada ao santo e, por isso, bastante grave. Só não tinham obrigação de cumprir a promessa as mulheres e aqueles que tivessem feito votos de reclusão. As primeiras de forma a evitarem os perigos do caminho, os segundos porque após os votos não poderiam mais sair do interior dos recolhimentos ou conventos.⁽¹⁴³⁾

Durante a peregrinação deixava-se para trás a família e o conforto dos locais conhecidos. Pela frente havia terras estranhas e perigos variados desde doenças, a assaltos e assassinatos. Temia não só o peregrino, mas também quem ficava, por não saber se voltaria a ter notícias do seu ente querido,

(141) Como a «promoção de beneficiados ao presbiterado, contando que [fizessem a peregrinação] dentro de um ano». O 13º sínodo compostelano ordenava «sob pena de excomunhão, que os arcepresbiteros, clérigos e capelães da cidade e da diocese de Compostela anunciassem e publicassem ao povo as indulgências que a Igreja de Santiago podia conceder, exortando-os a irem lucrá-las na condição de peregrinos». Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», in *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, novembro de 1989, pp. 13-14, 22.

(142) Empreender a peregrinação a Santiago removia 1/3 dos pecados, e a participação em todas as procissões feitas na catedral dava direito a quarenta dias de indulgência, «[...] a participação em certas festas proporcionava duzentos dias de perdão; a vigília e a festa de Santiago, bem como o dia da dedicação da sua igreja proporcionavam a possibilidade de lucrar trezentos dias; a assistência à missa celebrada por um prelado ou por um cardeal no altar do Apóstolo S. Tiago garantia duzentos dias de indulgências». Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 14.

(143) Confira-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 20-27.

especialmente quando as peregrinações eram para zonas longínquas. Eram tais as agruras que o arcebispo de Braga D. Frei Telo, (1279-1292), ordenou, em 1281, que nenhum clérigo deveria empreender uma peregrinação sem autorização.⁽¹⁴⁴⁾ Não era, portanto, levemente que alguém se comprometia a viajar para locais distantes. Ainda assim, a força na crença da salvação da alma levava estes indivíduos a partir de suas casas, deixando para trás a sua família e a terra que conheciam, buscando um lugar no paraíso eterno.

5.3. Embustes sofridos pelos peregrinos

Conquistar o Céu era, todavia, uma tarefa exigente. Obrigava a muito sofrimento e esforço, a começar pelos caminhos que estavam repletos de agruras para o romeiro, desde assaltos de malfeitores até à exploração por parte dos hospedeiros que se aproveitavam da extrema fragilidade destes indivíduos. Estes, segundo o *Liber Santi Jacobi*, «vendiam-lhes sidra, em lugar do vinho, e davam-lhes carne e peixe de três dias, de modo que os romeiros chegavam a adoecer [...] negavam-lhes água, só para eles comprarem vinho, iam à estrebaria roubar a cevada das cavalgaduras, as camas eram más e as medidas falsificadas».⁽¹⁴⁵⁾ Mas não era apenas em albergarias que estas situações aconteciam. Os próprios cambistas e vendedores enganavam os pobres passageiros e a eles juntavam-se os falsos monges que confessavam e ficavam com dinheiro para a celebração de missas fictícias. Não faltavam, também, os mendigos que fingiam ter feridas, usando-as como pretexto para pedir pelos caminhos, apelando à caridade cristã.

O peregrino era, portanto, vítima de todo o tipo de embustes. Por isso, é de destacar o papel desempenhado pelas Santas Casas, locais onde se podiam albergar de forma gratuita, sem serem explorados ou enganados, como muitas vezes sucedia nas hospedarias. Estes perigos eram conhecidos, desde há muito, tendo Afonso X, nas *Sete Partidas* e no *Fuero Real*, legislado sobre os mesmos.⁽¹⁴⁶⁾ Além de vítima fácil de outras pessoas, o peregrino podia facilmente contrair doenças ou ser já portador delas. A incerteza quanto às

(144) Leia-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, p. 28.

(145) Veja-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 111-112.

(146) Consulte-se para este tema Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 22.

intenções e estado de saúde destes desconhecidos levava a que fossem vistos com desconfiança pelas povoações por onde passavam.⁽¹⁴⁷⁾

Juntavam-se a todas estas dificuldades, as que os próprios infligiam a si mesmos. Acreditava-se que o sofrimento, tal como a esmola, apagava os pecados. Desta forma, era necessário suportar várias amarguras. Assim, os peregrinos caminhavam descalços, faziam a romaria de joelhos, rezavam, acendiam velas e candeias, «carregavam ferro ou chumbo para as obras da basílica, [e outros] fazendo penitência e chorando os pecados, traziam aos ombros barras de ferro e algemas». Os próprios nobres se humilhavam desta forma, procurando assim assemelhar-se a Jesus Cristo. Por fim, quando chegavam aos santuários, rezavam junto dos altares, com as suas velas acesas, criando efeitos luminosos apreciáveis e festejavam tocando flautas, violas, pífaros, cítaras e cantando salmos.⁽¹⁴⁸⁾

5.4. Os santuários

Os romeiros buscavam vários santuários, não só o do apóstolo. Ao longo de todo o reino, de Sul para Norte, as vias que se dirigiam para Compostela estavam repletas de outros templos.⁽¹⁴⁹⁾ Alguns destes dedicavam-se a santos de grande devoção da época como S. Vicente em Lisboa, a Rainha Santa Isabel em Coimbra, ou S. Frutuoso em Braga, onde, no século XVIII, também o Bom Jesus do Monte se viria a tornar local de grandes peregrinações.⁽¹⁵⁰⁾ Havia ainda aqueles que eram devotados a santos militares e os santuários marianos.⁽¹⁵¹⁾ Os romeiros procuravam estes locais pois consideravam que,

(147) Sobre esta questão veja-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, vol. 2, 1986, pp. 83, 85.

(148) Confira-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, p. 110.

(149) Leia-se a propósito Marques, José, «Os Santos dos Caminhos Portugueses», in *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, p. 245.

(150) Entre estes estavam também S. Frei Gil, em Santarém; S. Teotónio e os Santos Mártires de Marrocos; Princesa Santa Joana, em Aveiro; o corpo de Donato, discípulo do apóstolo S. Tiago, em Ovar; S. Pantaleão, no Porto; S. Gualter, a Senhora da Oliveira e S. Torcato, em Guimarães; Santa Senhorinha de Basto; e S. Geraldo, Santa Susana e Cucufate, em Braga. Consulte-se Marques, José, «Os Santos dos Caminhos Portugueses»..., pp. 258-259.

(151) Havia ainda os mártires militares como o cavaleiro Henrique, venerado em Lisboa; os sete cavaleiros de Tavira; o Infante Santo, D. Fernando, na Batalha; o Beato D. Nuno Álvares Pereira, herói nacional de Aljubarrota. E os santuários marianos: Nossa Senhora do Cabo, Santa

pela proximidade com as relíquias, havia maior possibilidade de as suas preces serem ouvidas e dos seus sofrimentos serem aplacados. Ao longo do tempo, foram surgindo, pelas “estradas” de Santiago, capelas ou povoações cujo patrono era o apóstolo, o que se pode tomar como sinal de uma passagem constante de peregrinos por esses locais.

Na Época Moderna, o movimento das peregrinações diminuía consideravelmente, face ao Período Medieval, época de expansão da fé cristã e de um forte fervor religioso. Contudo, apesar de já estarem em diminuição os fluxos de romeiros, em meados do século XV, aquando das festas do jubileu de Canterbury, cerca de 100 mil ingleses acercaram-se do santuário e milhares continuavam a embarcar rumo a Santiago.⁽¹⁵²⁾

.....
Maria de Cárquere, Nossa Senhora da Luz, em Pedrógão Grande, Senhora de Guadalupe, em Santarém, Nossa Senhora da Nazaré e Santa Maria do Espinheiro. Leia-se Marques, José, «Os Santos dos Caminhos Portugueses»..., pp. 159, 260.

(152) Confira-se Clay, Rotha Mary, *The Medieval Hospitals Of England*, London, s. n, 2009, é uma reprodução da 1ª ed. de 1909 e tem partes em fac-símile, pp. 1-7.

6. SANTIAGO DE COMPOSTELA – UM DESTINO PREFERENCIAL

Um dos principais locais de peregrinação europeu, a partir do século XI, foi Santiago de Compostela, onde o túmulo do apóstolo Tiago havia sido descoberto por volta de 814. Poderia equiparar-se a Roma ou a Jerusalém, tal foi a fama que conquistou, levando milhões de devotos, séculos a fio, até ao seu santuário.⁽¹⁵³⁾ Entre eles, encontraram-se reis e rainhas, bispos e cardeais, pobres e enfermos.

Santiago foi tido como o patrono da reconquista cristã recebendo, por isso, desde muito cedo, grande atenção por parte dos reis de Navarra, Castela, Leão e Galiza. Neste período, já o Papa Calixto II escrevera o famoso *Códice Calixtino*⁽¹⁵⁴⁾, um guia para peregrinos, cuja existência só se pode justificar devido ao imenso fluxo de pessoas que deviam rumar a Santiago. Tão forte movimento de peregrinos, em torno de Compostela, fez desenvolver as povoações que se encontravam ao longo dos seus caminhos, criando infraestruturas para acolher os romeiros que, muitas vezes, seguiam as antigas estradas romanas.⁽¹⁵⁵⁾

Na peregrinação, misturavam-se pessoas de todas as qualidades. Os condes portugalenses D. Henrique e D. Teresa terão sido dos primeiros governantes portugueses a rumar a este santuário. A eles seguiram-se o rei D. Afonso III, a rainha Santa Isabel e D. Manuel I, muitos bispos com as suas comitivas e muitos pobres, a ponto de o povo ainda hoje afirmar que «quem não vai a

(153) Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 105, 106.

(154) *O Códice Calixtino ou Liber Sancti Jacobi*, foi escrito pelo Papa Calixto II que viveu na segunda metade do século XI e inícios do século XII. A obra que conta a história dos discípulos de Santiago na Galiza, tornou-se um guia para os peregrinos Medievais. Mendes, Ana Catarina, *Peregrinos a Santiago de Compostela: uma etnografia do caminho português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, pp. 5-6.

(155) Sobre esta questão veja-se Mendes, Ana Catarina, *Peregrinos a Santiago de Compostela...*, p. 6.

Santiago em vida, irá depois de morto».⁽¹⁵⁶⁾ Esta crença fora, já na época, motivo para que alguns dos que cumpriam a peregrinação ao apóstolo não fossem por promessa própria, mas sim por alguém que não teve a possibilidade de lá se deslocar, possivelmente, algum defunto. Muitos outros seguiriam os passos que a própria realeza dava, como o embaixador alemão Lanckman de Valckenstein que, em 1451, fez um relato da sua peregrinação a Santiago, passando por Portugal. Na década seguinte foi a vez de Leão de Rozmítal, cunhado do rei da Boémia, e anos depois Damião de Góis e Cosme de Medici seguiram os seus passos.⁽¹⁵⁷⁾

O culto a Santiago, no Minho, era já bastante anterior à fundação da nacionalidade, sendo o apóstolo orago de várias paróquias. E só não terá havido maior número de monarcas portugueses, pelo menos conhecidos pela historiografia, a empreender uma peregrinação até Compostela, devido aos conflitos existentes com os vizinhos galegos e com os seus monarcas. Caso contrário, o fluxo da realeza em direção a Santiago teria sido bastante mais elevado, uma vez que o apóstolo era alvo de grande devoção tanto pelo povo, como pelos reis portugueses. No entanto, apesar de impossibilitados de lá se deslocarem, os monarcas nunca deixaram de enviar importantes oferendas, como foi o caso de D. Dinis que legou 300 maravedis ao cabido compostelano.⁽¹⁵⁸⁾

Tal era a importância atribuída a São Tiago que, à volta do seu templo, se juntavam pessoas vindas de vários cantos conhecidos da terra, fomentando o contacto entre culturas, nações e idiomas bastante diferentes. Os próprios muçulmanos mostraram respeito ao apóstolo quando Almançor invadiu e conquistou a cidade de Santiago, destruindo tudo exceto o túmulo de Tiago, que mandou proteger.⁽¹⁵⁹⁾ Esta atitude de consideração para com um santo cristão, por parte de um muçulmano, é bastante significativa da importância e reverência que todos lhe deviam.

(156) Leia-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 117-120.

(157) Confira-se para esta matéria Mendes, Ana Catarina, *Peregrinos a Santiago de Compostela...*, pp. 11-12.

(158) Consulte-se para este assunto Marques, José, «O culto de S. Tiago no Norte de Portugal», 2ª série, 4 (1992), pp. 100, 105.

(159) Confira-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 107-109, 112.

O peregrino que se dirigia a Compostela ia identificado com alguns símbolos: um bordão benzido, uma cabaça e as vieiras, símbolo do apóstolo, que adquiria em Santiago e usava como prova da sua chegada ao destino.⁽¹⁶⁰⁾

A viagem de volta, feita igualmente a pé, era bem mais animada que a ida. Se iam a mortificar-se, voltavam já mais leves dos seus pecados, com a promessa cumprida e o espírito repleto de animação. Expressavam a felicidade com cânticos e tocando búzios.⁽¹⁶¹⁾ Contudo, quando os festejos extravasavam o conveniente, e se iniciavam ainda no interior dos locais sagrados, a situação tornava-se bastante problemática. Conhecem-se queixas sobre indivíduos que comiam e bebiam dentro dos templos e episódios de luxúria e bailaricos nas igrejas.⁽¹⁶²⁾

Na Época Moderna, contudo, o número de nobres a rumar a Santiago diminuiu consideravelmente face ao período anterior. Os caminhos percorridos a pé foram preteridos em relação às viagens de barco, mais rápidas e seguras.⁽¹⁶³⁾

(160) Leia-se a propósito Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 110-111; García de Cortázar, José Ángel, «El Hombre Medieval como “Homo Viator”: peregrinos y viajeros», in Iglesia Duarte, José Ignacio (coord. científico), *IV Semana de Estudios Medievales, Nájera*, 2 al 6 de agosto de 1993, Instituto de estudios riojanos, 1994, p. 17, consultado a partir do site: <https://dialnet.unirioja.es>, acedido a 13 de janeiro de 2017.

(161) Veja-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, p. 111.

(162) Consulte-se para esta questão Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 29, 111.

(163) Para este assunto leia-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago», in *Estudos Regionais*, nº 13/14, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1993, p. 59.

7. AS VIAS E CAMINHOS DE PEREGRINAÇÃO

Qualquer percurso permitia chegar ao apóstolo de Compostela, no entanto, nem todos eram iguais. Uns apresentavam-se mais longos outros mais curtos, uns perigosos outros seguros, uns mais movimentados outros menos, uns com maiores possibilidades de assistência outros mais isolados, uns a passar em centros urbanos outros por florestas, uns íngremes e difíceis outros mais a favor do peregrino.⁽¹⁶⁴⁾ Desta forma, além de dar esmola, facilitar o caminho aos peregrinos tornou-se uma obra meritória muito praticada pelas pessoas das elites, que ordenavam a construção de pontes, suprimindo uma das grandes dificuldades do viajante, a travessia de rios. Colocavam também barcas gratuitas, em alguns cursos fluviais, como é o caso da barca de Moledo no Minho, e da do Lago no Cávado, chamadas «barcas por Deus» ou «por amor de Deus»⁽¹⁶⁵⁾. Em determinados casos chegavam a mandar calcetar caminhos.⁽¹⁶⁶⁾

Relativamente ao percurso seguido pelos peregrinos faltam ainda estudos de conjunto que mostrem as principais rotas. O Porto, Braga e Guimarães tornaram-se centros de partida de várias vias. Contudo, as antigas estradas romanas que ligavam as principais cidades foram, ao longo do tempo, suplantadas pelas que ligavam os principais centros a povoações próximas.

No final da Idade Média, de Coimbra para Norte, os caminhantes utilizavam o percurso Coimbra-Viseu-Castro Daire e Coimbra-Águeda. De Coimbra a Lisboa seria Coimbra-Rabaçal-Tomar-Santarém, só se desenvolvendo o caminho por Leiria e Alcobaça, no século XVII. Pelo Norte usavam-se

(164) Veja-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., pp. 62- 63

(165) Sobre esta questão confira-se Marques, José, «Os Santos dos Caminhos Portugueses»..., pp. 246-247.

(166) Confira-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal»..., pp. 47-49.

essencialmente a vias Porto-Barcelos ou Braga- Ponte de Lima- Valença e Marco de Canaveses-Guimarães-Braga-Arcos-Monção. Os caminhos que partiam do Porto- Barcelos/Guimarães/Braga-Ponte de Lima-Valença eram dos mais utilizados pelos peregrinos que desejavam chegar a Santiago.⁽¹⁶⁷⁾ Desta forma, temos em análise no nosso estudo duas Misericórdias por onde passaria o grosso dos peregrinos que rumavam a Santiago, a de Ponte de Lima e a de Braga, ambas locais de confluência das principais vias de peregrinação, supracitadas.

A partir do século XVI surgem, também, com significativa importância, embora menor que as anteriores, a via marítima Porto-Vila do Conde-Viana da Foz do Lima-Caminha-Valença.⁽¹⁶⁸⁾ Esta era mais procurada pelos peregrinos do Mediterrâneo que vinham de barco até um dos portos portugueses e pelos que vinham das Américas e da Índia.⁽¹⁶⁹⁾

A Misericórdia vianense encontrava-se numa vila que além de «ponto de passagem terrestre, seria igualmente demandada por navios que transportavam peregrinos em direção à Galiza vindos do centro e do Sul de Portugal e também da Europa mediterrânica».⁽¹⁷⁰⁾

A região minhota era, portanto, o principal local de passagem de peregrinos. Pelo contrário, a de Trás-os-Montes seria menos procurada, encontrando-se aí a via que partia de Viseu- Lamego-Vila Real-Vila Pouca de Aguiar-Chaves, bastante mais rápida que a via romana XIX, entre Bracara Augusta a Astorga, e a via que chegava a Bragança vindo por Penamacor-Almeida-Escalhão-Freixo de Espada à Cinta. Esta rota era especialmente utilizada por mercadores ou peregrinos espanhóis que por ali atalhavam caminho em direção a Compostela.⁽¹⁷¹⁾ Todavia, quando a intenção era ir para Castela ou Roma esta região tornava-se muito mais concorrida.⁽¹⁷²⁾

(167) A propósito leia-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago...», pp. 77- 78

(168) Consulte-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal»..., p. 50.

(169) Para Viana da Foz do Lima veja-se o estudo de Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., pp. 63.

(170) Confira-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago...», p. 79.

(171) Para esta questão veja-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago...», pp. 79-81.

(172) Relativamente a esta temática leia-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal»..., p. 50.

Relativamente aos peregrinos ou viandantes da região do Algarve, em grande parte, recorreriam aos transportes marítimos para chegarem ao seu destino. Em caso de peregrinação a Santiago, iriam de barco até Viana da Foz do Lima de onde seguiriam a pé para a Galiza. Contudo, se desejassem fazer o percurso todo a pé podiam utilizar as estradas que ligavam o Algarve a Beja, Évora ou Santarém.⁽¹⁷³⁾

A existência de caminhos privilegiados, quando tantos outros podiam e serviam os viandantes, explica-se pelo facto de estarem em melhores condições e facilitarem os percursos. É o caso de Barcelos. A passagem do caminho de Santiago por Barcelos estava intrinsecamente ligada à existência de uma ponte que facilitava a travessia do rio. O mesmo acontecia em Ponte de Lima. A necessidade de adequar os caminhos à passagem de peregrinos ou viandantes foi, como vimos, expressa em muitos testamentos Medievais cujos legatários discriminavam valores e obras que deveriam ser feitas, de forma a facilitar o percurso dos romeiros.

(173) Leia-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago...», p. 84.

8. CONTEXTO ASSISTENCIAL DOS VIANDANTES

A assistência aos viajantes e, especialmente, aos peregrinos era uma obra meritória muito reconhecida, no Período Medieval. Desde o século IX que os reis de León e os nobres deixaram importantes testemunhos sobre o respeito que nutriam por aqueles que abandonavam tudo, alimentando-se da sua fé, para cumprirem uma promessa.⁽¹⁷⁴⁾ Mas porque se tornou tão importante assistir estes indivíduos? O que os fazia tão diferentes? A resposta parece bastante clara. Era o grande sofrimento a que se votavam, aliado à pobreza e às penitências das longas jornadas, às quais qualquer bom cristão jamais poderia ficar indiferente, especialmente, quando tudo era feito por amor a Deus. Ajudá-los era, por isso, o mesmo que auxiliar o Criador.

O sacrifício do peregrino e de quem lho diminuía devia ter como agradecimento o perdão divino, apagando os pecados e facilitando um lugar no Paraíso. Neste sentido, no século VI, S. Bento ao escrever a sua Regra destacava que «os pobres e peregrinos sejam recebidos com cuidado e solicitude muito particulares, porque é principalmente na pessoa deles que se recebe a Cristo».⁽¹⁷⁵⁾ Os mosteiros beneditinos foram, portanto, locais onde se acolhiam e auxiliavam romeiros durante as suas jornadas, surgindo para o efeito enfermarias anexas aos edifícios que eram administradas pelos monges.⁽¹⁷⁶⁾ Isto mesmo verificava-se no Mosteiro de Tibães, casa-mãe dos beneditinos portugueses. Séculos mais tarde, o *Códice Calixtino*, cujo Livro V se tornou um guia para os peregrinos Medievais, voltava a reiterar o quanto era importante

(174) Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 22.

(175) Regra do glorioso S. Bento, traduzida do latim e anotada pelos Monges de Singeverga, Mosteiro de Singeverga, Edições «Ora et Labora», 1951, através de Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 27.

(176) A propósito leia-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 17.

assistir romeiros. Acreditava-se, na época, que quem o recusasse podia esperar severo castigo por parte de Deus:⁽¹⁷⁷⁾

«[...] Los peregrinos, tanto pobres como ricos, han de ser caritativamente recibidos y venerados por todas las gentes cuando van o vienen de Santiago. Pues quienquiera que los reciba y diligentemente los hospede no sólo tendrá como huésped a Santiago, sino también al Señor».⁽¹⁷⁸⁾

A importância do peregrino, na Época Medieval, era tão expressiva que lhe eram conferidas regalias. Não pagava impostos sobre os bens que adquiria, para a peregrinação, nem tinha de pagar portagens, um dos grandes condicionamentos à circulação da época. Além de que, por correr risco de morte, podia fazer o seu testamento a qualquer altura da jornada.⁽¹⁷⁹⁾ Desta forma, na Idade Média, ao longo dos caminhos, o viandante encontrava locais onde se podia recolher durante a noite, de forma gratuita e onde podia tomar refeições.

8.1. As albergarias

Sendo local de grande trânsito, a região do Minho possuía uma rede de hospedarias muito significativa em relação ao resto do reino, especialmente quando comparado com Trás-os-Montes. No entanto, seria em Lamego que estaria a mais densa rede de albergarias do reino, o que se explica pela existência de uma via que ligava Évora a Viseu.⁽¹⁸⁰⁾

Ao todo existiriam cerca de 180 estalagens espalhadas por todo o reino, em finais da Idade Média. Porto e Coimbra tinham, cada uma, seis hospedarias, sendo a via que ligava as duas cidades muito utilizada pelos viandantes. A do Rocamador era a principal da cidade portuense, possuindo um sobrado sobre o qual ficavam os homens honrados e por baixo os pobres. Na totalidade, julga-se que a Norte do Douro, existiriam quarenta e sete albergarias, sete das

(177) Uma mulher cujo pão que recusou ao peregrino se transformou em pedra, uma aldeia cujas casas que recusaram auxílio a um romeiro arderam totalmente, exceto a única que o albergou. Veja-se Moralejo, A.; Torres C.; Feo, J., *Códice Calixtino...*, pp. 84-85.

(178) Confira-se Moralejo, A.; Torres, C.; Feo, J., *Códice Calixtino: Libro V – Siglo XII – Guía del Peregrino Medieval*, Santiago de Compostela, Alvarellos, 2016, p. 84.

(179) Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», pp. 10-13.

(180) Na região de Bragança havia 19 estalagens. Consulte-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago...», p. 81.

quais estavam na cidade de Braga, onde existiam, também dois hospitais. Em Ponte de Lima, na serra da Labruja, existiria uma albergaria que perdurou até ao século XVII. Em Monção havia duas e o mesmo número existiria em Viana da Foz do Lima, uma na rua do Postigo e outra no Campo do Forno.⁽¹⁸¹⁾ Na vila de Ponte de Lima havia ainda uma albergaria e um hospital para os peregrinos, que no Período Moderno foi integrado na Misericórdia. Também a Misericórdia de Arcos de Valdevez acolheria no seu hospital os passageiros em trânsito pela vila.⁽¹⁸²⁾

Estes edifícios eram, muitas vezes, antigas casas privadas adaptadas para recolher romeiros. Não apresentavam, por esse motivo, as condições necessárias. O facto de permanecerem de portas abertas durante a noite, para que quem chegasse a más horas pudesse entrar, também não abonava a favor destes locais. Além destes espaços, também as capelas existentes ao longo dos caminhos tinham continuamente as portas abertas e possuíam, muitas vezes, galilés onde os transeuntes se abrigavam do sol ou das intempéries, chegando a pernoitar lá.⁽¹⁸³⁾



Figura 2 – Capela de Santiago de Francelos, Prado, Vila Verde
Fotografia da autora.

(181) Leia-se a propósito Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 62.

(182) Para Ponte de Lima veja-se o trabalho de Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial», in *Actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Risco e Desafios*, Braga, 2006, p. 481.

(183) Confira-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal»..., pp. 51-57.

Na imagem anterior, observamos uma capela que se encontra situada no caminho de Santiago, entre Braga e Ponte de Lima. O seu patrono é precisamente o apóstolo e pode verificar-se a existência de uma galilé onde os peregrinos se poderiam abrigar. Embora esta seja uma construção do século XVII, possivelmente existiria, no local, uma antiga ermida.

Ter alojamento para os peregrinos era uma preocupação dos monarcas Medievais. O rei Ordonho, no século IX, mandou vender alguns terrenos em Ponte de Lima para com o dinheiro auxiliar peregrinos. O mesmo objetivo teve o rei Ramiro de Leão que ofereceu uma vila ao mosteiro de Guimarães para sustento dos «*hospitum, adveniencium, peregrinorum et pauperem*»; em 959, o conde Hermenegildo Gonçalves, marido de Mumadona Dias, testou a favor dos menos favorecidos, nos quais incluiu os peregrinos. Também D. Afonso Henriques referiu, em várias cartas de couto, a obrigação de os proprietários hospedarem peregrinos. A preocupação com o auxílio aos peregrinos era muito significativa, no Período Medieval.⁽¹⁸⁴⁾

8.2. Os hospitais

Neste período, os hospitais não eram destinados a doentes, mas sim, em grande parte, a acolher viandantes.⁽¹⁸⁵⁾ Alguns deles conseguiram importantes privilégios o que é indicador da influência que tinha a passagem substancial de passageiros, por estas terras. Era o caso do hospital “velho” da vila de Viana da Foz do Lima,⁽¹⁸⁶⁾ fundado em 1468, e que em 1459 conferia 700 dias de indulgências a quem desse esmolas para o seu sustento, e da vila de Ponte de Lima onde muitas pessoas testavam em favor dos albergues que recolhiam peregrinos.⁽¹⁸⁷⁾ Também em Inglaterra, em 1393, o bispo de Ely ofereceu indulgências a quem contribuísse para o sustento do hospital de Brentford, onde se acolhiam viajantes.⁽¹⁸⁸⁾ Em Vila Nova de Cerveira haveria, igualmente, um hospital, contudo em 1473 estaria já sem condições para receber romeiros.

(184) Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», pp. 15-16; Marques, José, «O culto de S. Tiago no Norte de Portugal...», pp. 107-108.

(185) Para esta questão leia-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 19.

(186) Este hospital era sobradado e possuía quartos e uma cozinha. Veja-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal...», pp. 51-57.

(187) Confira-se Marques, José «A assistência aos peregrinos...», p. 20.

(188) Veja-se Clay, Rotha Mary, *The Medieval Hospitals Of England...*, p. 8.

A vila de Santarém possuía, em finais da Época Medieval, várias albergarias e hospitais de peregrinos, localizadas nas principais vias, destacando-se, entre eles, os hospitais do Rocamador, o de Palmeiros, o de Ronçasvales e o hospital dos Cativos de Santa Maria dos Santos, sendo os primeiros para auxiliar os peregrinos de Santiago e o último para acudir aos cruzados. No século XV, todas estas unidades foram integradas no hospital de Jesus Cristo, fundado por João Afonso de Santarém, possuindo seis camas para peregrinos.⁽¹⁸⁹⁾

Destacamos ainda o hospital dos Palmeiros que possuía várias unidades, em diferentes vilas e cidades portuguesas, desde Santarém ao Porto. Havia sido instituído por iniciativa de cruzados ingleses, tendo por objetivo auxiliar, durante três noites, os passageiros estrangeiros. Também o hospital de Santa Maria de Palhais, que estava junto à saída para a estrada que ia para Coimbra, prestou assistência permanente a peregrinos, desde pelo menos o século XIII até inícios do XIX.⁽¹⁹⁰⁾

Estes hospitais ofereciam aos viandantes que neles se instalavam um local seguro de descanso para se abrigarem durante a noite. A par disto, forneciam azeite para manterem candeias acesas, lenha para fogueiras, água, sal, uma esteira para dormirem e, por vezes, uma refeição.⁽¹⁹¹⁾ Braga tinha um hospital na rua Nova, onde os peregrinos pernoitavam, contudo, seria encerrado em inícios do século XVI, sendo estes recebidos, a partir daí, no hospital de São Marcos, criado em 1508. Esta instituição passou, em 1559, para administração da Misericórdia. Nele havia um hospitaleiro e um capelão cujas funções eram precisamente cuidar dos peregrinos. A parte desta instituição, também o arcebispo e a Ordem Terceira de S. Francisco esmolavam os viajantes que lhes batiam à porta.⁽¹⁹²⁾

(189) Sobre o apoio prestado aos peregrinos em Santarém veja-se Custódio, Jorge, «O Palácio da doença em Santarém», in Mata, Luís (coord.), *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, p. 33.

(190) Confira-se Custódio, Jorge, «O Palácio da doença em Santarém»..., pp. 33, 40.

(191) Leia-se Marques, José «A assistência aos peregrinos....», p. 21.

(192) Consulte-se a propósito Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 234-254.



Figura 3 – Fachada principal do hospital de São Marcos, em Braga
Fotografia da autora

Por norma, estes hospitais estavam localizados nas bermas das estradas, fora de muralhas, de forma a permitir que os viajantes pudessem entrar já de noite e sair ainda pela madrugada. A grande maioria não surgiu do investimento de organismos públicos, mas sim da iniciativa de particulares que os dotavam de meios de subsistência.⁽¹⁹³⁾ Outros estavam sob a alçada de mosteiros e podiam ter até privilégios régios.⁽¹⁹⁴⁾ Muitos acabaram, no entanto, por ser integrados na administração dos municípios ou das Misericórdias.⁽¹⁹⁵⁾ No “hospital de Fora” de Ponte de Lima que, como o próprio nome indica, estava situado extramuros, quem aí se alojava tinha direito a lenha e azeite para as candeias, mantas e louça, contudo, só albergava viajantes pelo máximo de três noites.⁽¹⁹⁶⁾ Já em Inglaterra, no hospital de St. Thomas, em Canterbury,

(193) Para esta questão veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os hospitais de Ponte de Lima...», p. 489.

(194) Veja-se Marques, José, «A assistência aos peregrinos...», p. 22.

(195) Sobre a incorporação dos hospitais nas Misericórdias consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Fazer a História das Misericórdias*, vol. I..., 2002, pp. 25-27.

(196) Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os hospitais de Ponte de Lima...», p. 490.

onde eram recebidos doentes e peregrinos, os segundos, quando estando saudáveis, só podiam ficar uma noite.⁽¹⁹⁷⁾

Estes edifícios, no entanto, começaram a desaparecer a partir do século XIV, quando dar estalagem e refeição se tornou um negócio para os taberneiros, que passaram a oferecer estes serviços em troca de pagamento.⁽¹⁹⁸⁾ Consciente da necessidade e importância de albergar de forma gratuita os viajantes e peregrinos, a rainha D. Leonor⁽¹⁹⁹⁾ determinou «no compromisso do hospital das Caldas da Rainha, fundado em 1485, que se “algum pobre peregrino sãoo quiser dormir e repousar no dito espirital, ho dito provedor ho mandarà agasalhar na casa dos peregrinos principalmente os Romeiros que vam pera Santiago. E lhe mandarà dar cama e comer e beber pella primeira noyte”». ⁽²⁰⁰⁾ O hospital dos peregrinos ficaria anexo à ala sul do hospital principal e terá sido mandado erigir por ordem da rainha, contava com dois pisos, sendo o térreo destinado às estrebarias e o superior às camas para os viajantes.⁽²⁰¹⁾

Mais tarde, a mesma rainha fundaria a primeira Santa Casa da Misericórdia do reino, em Lisboa, durante o ano de 1498, cuja atuação se pautava pelo cumprimento das 14 obras de misericórdia.

O Período Moderno marcou uma diferença muito significativa em relação a Época Medieval, tanto a nível dos modelos de assistência, quanto às peregrinações que entraram em declínio, primeiro na sequência da Peste

(197) Veja-se para esta matéria o trabalho de Clay, Rotha Mary, *The Medieval Hospitals Of England...*, p. 7.

(198) Consulte-se Almeida, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal»..., p. 52.

(199) D. Leonor nasceu em 1458, no seio da parentela real. Casou em 1471, aos 13 anos, com o primo D. João, herdeiro da Coroa e futuro D. João II, do qual teria um filho que morreria antes do pai, deixando o reino sem sucessor. A rainha convenceu o marido a deixar por herdeiro o seu irmão D. Manuel que assumiria o reino em 1495, após a morte do cunhado. Quando em 1497 D. Manuel I se ausentou para Espanha, a fim de reclamar o trono vizinho, então sem herdeiro direto, D. Leonor ficou como regente. Foi neste contexto que em agosto de 1498 a “rainha velha” fundou a Misericórdia de Lisboa, numa capela da Sé. Sobre a vida da rainha D. Leonor veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *De princesa a rainha-velha - Leonor de Lencastre, Maia*, Círculo de Leitores e autora, 2011.

(200) Leia-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, p. 30.

(201) Sobre o hospital das Caldas da Rainha leia-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1840-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, pp. 205-206, dissertação de doutoramento policopiada.

Negra, no século XIV, e ainda devido às fortes críticas dos protestantes, na sequência da Reforma do século XVI.⁽²⁰²⁾

Apesar de o fluxo das peregrinações ter diminuído, os passageiros não deixaram de circular e de procurar os locais sagrados. Contudo, como vimos, já não os moviam somente motivos religiosos. Muitos indivíduos começaram a empreender jornadas com o objetivo de conhecer novos locais, novas culturas, diferentes formas artísticas, outras Cortes europeias, especialmente quando nos referimos às camadas sociais superiores: burguesia e nobreza.⁽²⁰³⁾ Os alemães e italianos seriam dos povos que mais viajavam por questões culturais ou curiosidade intelectual e os habitantes da Flandres por questões mercantis.⁽²⁰⁴⁾ Por outro lado, os espanhóis continuariam a ter por principal motivação a fé, o que se pode explicar pela proximidade ao mundo árabe e aos conflitos constantes. Era comum os cativos, libertos da prisão em território inimigo, dirigirem-se a um determinado santuário em forma de agradecimento pela libertação.

Contudo, a diminuição do auxílio aos peregrinos, nos territórios protestantes, e a animosidade, tornaram-nos dificilmente habitáveis para os católicos. Assim aconteceu com os irlandeses que emigraram, em grande número, para os reinos ibéricos, quando em meados do século XVII, Cromwell expulsou os católicos. Além dos espanhóis e portugueses, os franceses e os italianos terão sido quem mais continuou a peregrinar, especialmente em direção a Santiago de Compostela, fazendo-o em grupos organizados.⁽²⁰⁵⁾

Relativamente ao tipo de viajantes, são identificados três grupos: os que iam e voltavam, cumprindo uma promessa ou levando a cabo um determinado serviço, como é o caso dos reis, dos peregrinos, soldados e mensageiros; os que só iam, como os exilados; e os que iam sem destino, os pregadores, trovadores e exploradores.⁽²⁰⁶⁾ Neste último caso podemos referir o príncipe

(202) Veja-se a propósito Lacarra y de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago...», p. 32.

(203) Foi o caso de Filipe II de Espanha que peregrinou a Santiago de Compostela, quando se dirigia para Inglaterra. Consulte-se Lacarra Y Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago...», pp. 33, 36.

(204) Sobre as causas que podiam levar um indivíduo a empreender uma peregrinação consulte-se o trabalho de García de Cortázar, José Ángel, «El Hombre Medieval como “Homo Viator”...», pp. 13-23.

(205) Leia-se Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, pp. 34-43.

(206) A propósito confira-se García de Cortázar, José Ángel, «El Hombre Medieval como “Homo Viator”...», pp. 19-22; Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres...*, p. 27.

D. Manuel Bartolomeu, irmão do rei D. João V, que fugiu de Portugal para a Holanda, aventurando-se pela Europa fora, durante grande parte da sua juventude.⁽²⁰⁷⁾

8.3. O alvorecer das Misericórdias e o surgimento de uma nova forma de assistência

Mais do que a diminuição dos fluxos das peregrinações, a Época Moderna trouxe inovações. Diminuíram significativamente os legados destinados a apoiar os peregrinos nas suas jornadas, melhorando estradas ou construindo hospitais e albergarias. Por essa altura, iniciou-se uma política, um pouco por toda a Europa, de incorporação de pequenas instituições de acolhimento a viajantes, em grandes unidades hospitalares, com espaços diferenciados para acolher doentes ou peregrinos. Foi neste contexto que surgiram os grandes hospitais de Roncesvalles, em Navarra, Burgos, León, Santiago, Oviedo, entre outros.⁽²⁰⁸⁾

Em Portugal, a má administração dos hospitais levou a Coroa, no século XV, a promover a sua aglutinação em edifícios maiores, o que constitui a reforma hospitalar, sendo muitos incorporados nas Misericórdias.⁽²⁰⁹⁾ D. Duarte e D. Afonso V foram os primeiros monarcas portugueses a debruçar-se sobre a reforma dos hospitais. Mas o caso mais significativo terá sido, em 1479, quando D. João II conseguiu autorização papal para edificar o hospital de Todos os Santos de Lisboa que fundiu, num só, vários pequenos hospitais da cidade. Seguiu, desta forma, o modelo dos hospitais italianos, à época considerados os mais avançados da Europa. Possuía dois pisos: no rés-do-chão, entre várias repartições, estavam as salas destinadas aos viajantes que

(207) Para este assunto veja-se Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia Absoluta...*, pp. 248-249

(208) Sobre a temática dos hospitais modernos veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Os Hospitais entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno», in *Congresso comemorativo do V centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora, Actas*, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996, p. 44. Para um melhor entendimento da evolução hospitalária veja-se Gallet, Mercedes, «Historia e historia de los hospitales», in *Revista d'História Medieval*, nº 7, 1996, pp. 179-191. Sobre o mesmo assunto pode, ainda, consultar-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Reforma da Assistência nos Reinos Peninsulares»..., pp. 192-196.

(209) Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Os Hospitais entre a assistência medieval...», pp. 92, 98.

estes podiam ocupar por apenas três noites. Todo o restante espaço estava dividido por sexo, doença e função médica.⁽²¹⁰⁾

Surgidas em 1498, aquando da criação da Misericórdia de Lisboa, as Santas Casas rapidamente se espalharam pelas vilas e cidades, em Portugal e no ultramar. A adesão das elites locais foi fundamental. Todavia, nem todas conheceram o mesmo sucesso. Houve casos que não vingaram e outras que fracassaram e mais tarde voltaram e erguer-se. Não eram, no entanto, instituições inovadoras, pois já existiam em Itália. Contudo, em Portugal, ganharam uma essência que as diferenciou de todas as suas homólogas europeias. As Santas Casas portuguesas dedicavam-se a cumprir as 14 obras de misericórdia, enquanto as suas congéneres praticavam apenas algumas delas.⁽²¹¹⁾

Estas confrarias foram recebidas pacificamente por todo o reino, pois constituíam uma possibilidade de enobrecimento para os grupos superiores.⁽²¹²⁾ Isabel Sá apontou como motivo preponderante para a ajuda da difusão das Santas Casas o facto de a Corte ser itinerante e se encontrar continuamente em fuga de locais com peste, acabando por incentivar a criação de Misericórdias nas vilas e cidades onde se estabelecia. Terá, igualmente, existido uma política de “propaganda”, por sua parte, divulgando e incentivando a criação destas confrarias por todo o reino.⁽²¹³⁾

Desde a instituição da primeira, as Santas Casas proliferaram por todo o território português, auxiliando os necessitados que batiam à sua porta. Só durante o reinado de D. Manuel I, entre 1498 e 1521, estavam já em funcionamento 77 Misericórdias.⁽²¹⁴⁾ Foi tal a sua propagação que extravasaram os limites terrestres do reino, espalhando-se pelo ultramar português, desde

(210) Para um melhor conhecimento da organização espacial do real hospital de Todos os Santos e a centralização médica confira-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 39-47, 51-53.

(211) Sobre a ação das Misericórdias italianas e espanholas veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, pp. 29-31.

(212) Confira-se a propósito Sá, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Fazer a História das Misericórdias*, vol. 1..., 2002, pp. 19-45.

(213) Leia-se sobre esta questão Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas...*, pp. 24-30. Sobre as diversas motivações que levaram à instauração de Misericórdias veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*, vol. 6..., 2007, pp. 2-19.

(214) Veja-se Sá, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. 3..., 2004, pp. 7-21

o Brasil até à Índia, e chegando a outros territórios, como as Filipinas.⁽²¹⁵⁾ Vários fatores contribuíram para o seu sucesso. A proteção régia foi um dos mais importantes, pois deu-lhes uma preponderância significativa, face às restantes confrarias.⁽²¹⁶⁾ Apesar de se terem constituído a partir do exemplo da Misericórdia de Lisboa, cada uma das Santas Casas era autónoma na sua administração, possuindo um importante património que conseguiram arrecadar graças aos legados que recebiam. Também a coroa as agraciou várias vezes com privilégios.⁽²¹⁷⁾

Ao longo do século XVI, as Santas Casas cresceram e afirmaram-se. Passaram a ter edifícios próprios, onde os irmãos se reuniam e onde recebiam doentes, pobres e peregrinos. No âmbito do nascimento dos hospitais modernos, incorporaram alguns antigos hospitais e construíram outros de raiz, trabalhando neles médicos, boticários, enfermeiros, capelães, porteiros, entre outros assalariados.⁽²¹⁸⁾ São expressão dos hospitais modernos o real hospital de Todos os Santos, em Lisboa, onde estavam aglutinadas várias antigas pequenas unidades hospitalares, possuindo 100 camas.⁽²¹⁹⁾ Junta-se a este o das Caldas da Rainha com outras 100, das quais 20 estavam reservadas a peregrinos.⁽²²⁰⁾ Este último recebia doentes apenas de abril a setembro, contudo, entre outubro e março os seus funcionários organizavam o necessário para a próxima temporada de curas. Apesar da lotação ser de 100 camas, o hospital registou continuamente mais de 100 enfermos diários, durante vários anos, ritmo que se quebrou em 1579-1580, quando, em vinte dias, registou apenas sete enfermos.⁽²²¹⁾ No Minho, entre as Santas Casas que incorporaram hospitais estavam Viana da Foz do Lima, Caminha, Ponte de Lima, Braga e Arcos de Valdevez. Mas estas instituições foram além do

(215) Consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães, De princesa a rainha-velha - Leonor de Lencastre..., p. 182

(216) Sobre esta questão veja-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas...* pp. 34-36.

(217) Para este tema confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «A Reforma da Assistência nos Reinos Peninsulares»..., pp. 185-188.

(218) Relativamente a este assunto leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, Lopes; Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas...*, pp. 40-48.

(219) Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres...*, pp. 48, 51.

(220) Sá, Isabel dos Guimarães, «Os Hospitais entre a assistência medieval...», pp. 94, 95.

(221) Sobre o hospital das Caldas da Rainha leia-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses...*, pp. 858-859, 921-922.

cumprimento das 14 obras de caridade: dedicaram-se também a dotar donzelas pobres ou fazer empréstimos a juro.

Os Habsburgo, durante a governação de Portugal, utilizaram sabiamente as Misericórdias para afirmarem o seu poder no reino, determinando que alguns assuntos das mesmas fossem deliberados em Madrid. Por este motivo, o reinado dos Filipes foi um dos períodos de maior sucesso para estas instituições. Se em 1580 havia cerca de 209 Misericórdias em funcionamento, durante a monarquia conjunta foram criadas mais 102. Estas confrarias revelaram-se um mecanismo eficaz da Coroa fazer chegar a sua influência até às periferias, através das elites locais que nelas desempenhavam cargos.⁽²²²⁾

A crise do ouro do Brasil, entre outros fatores, na segunda metade do século XVIII, levou muitos burgueses e nobres a empobrecer, não conseguindo pagar os empréstimos que contraíam junto das Santas Casas, arrastando-as, para uma situação de fragilidade económica.⁽²²³⁾ Desta forma, as instituições viam-se na necessidade de encontrar alternativas para obter lucro. A criação das lotarias foi uma delas. Em situações mais graves, pediram elas próprias, empréstimos. Guimarães, Lagos, Aveiro e Ponte de Lima foram algumas das instituições que sentiram o peso da crise. No entanto, e apesar de ter sido um período de maiores dificuldades, estas irmandades não deixaram de inaugurar novos hospitais e de continuar a assistir todos aqueles que necessitavam da sua ajuda.⁽²²⁴⁾

(222) Consulte-se Abreu, Laurinda; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, vol. 5..., 2006, pp. 7-30; Araújo, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Estabilidade, grandeza e crise: Da Restauração ao final do reinado de D. João V*, vol. 6..., 2007, p. 15.

(223) Sobre a atividade creditícia das Misericórdias portuguesas veja-se Sá, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal...*, pp. 49-52; Araújo, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Estabilidade, grandeza e crise: Da Restauração ao final do reinado de D. João V*, vol. 6..., 2007, pp. 19-29

(224) Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, História breve das misericórdias portuguesas... pp. 74-80; Lopes, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7..., 2008, pp. 7-35.

CAPÍTULO III

O AUXÍLIO DAS MISERICÓRDIAS DE BRAGA E PONTE DE LIMA AOS VIAJANTES E PEREGRINOS



Figura 4 - Escultura representativa de um peregrino que se encontra junto à porta da Igreja da Misericórdia de Ponte de Lima
Fotografia da autora

1. DIFICULDADES DO VIANDANTE: MORTE E DOENÇA AO LONGO DO CAMINHO

O viajante encontrava-se, ao longo das suas jornadas, num estado de grande desamparo. Sozinho, longe da sua terra, rodeado por estranhos, em locais com línguas diferentes da sua e sem grandes meios de subsistência, tornava-se uma vítima fácil para todo o tipo de problemas, desde os assaltos até às doenças.

Em terra desconhecida, por caminhos distantes, no meio da floresta, muitas vezes já ao anoitecer ou ainda durante a madrugada, o peregrino acabava por ser surpreendido por grupos de malfeitores que o atacavam para lhe retirar o pouco que levava consigo. Destas situações ficaram registos nos livros de despesas das Misericórdias, a quem, depois de espoliados, estes pobres viandantes recorriam em busca de algum consolo. Desta forma, a Misericórdia de Viana da Foz do Lima refere várias esmolas entregues a viajantes que haviam sido roubados e apoios dados a pessoas que foram assaltadas por estrangeiros. Assim aconteceu em 1603, quando deu 240 reis a «siquo omes roubados de ingleses»⁽¹⁾ e 120 a «hú frances roubado de ingleses».⁽²⁾ Torna-se evidente que nem sempre o forasteiro era a vítima. Muitas vezes este era o próprio atacante pois, para suprir as suas necessidades, em vez de recorrer às instituições que o poderiam auxiliar, optava por assaltar os pobres que cruzavam o seu caminho. Será o caso deste grupo de ingleses que, entre 1602-1603, parecia atacar permanentemente os mais desprotegidos, em Viana da Foz do Lima.

Não conseguimos apurar quem eram estes indivíduos. Podia ser um grupo de viajantes que se estabeleceu durante algum tempo na vila, podiam ser grupos de passagem ou corsários que atacavam a população que habitava junto à costa. Não podemos excluir, no entanto, que fosse um grupo com outra origem. Sabemos que nestes dois anos a presença inglesa foi bastante

(1) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livro de Receita e Despeza 1602-1603, nº 3.22.3.1, fl. 19v.

(2) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza 1602-1603*, nº 3.22.3.1, fl. 27v.

notada em Viana. Em fevereiro de 1603, a Santa Casa da vila deu 320 reis a um grupo de dezoito ingleses que solicitaram esmola. Dois meses depois deu outro tanto a outros quatro ingleses. Em maio, mais seis britânicos, portadores de cartas de guia, pediram esmola à instituição.⁽³⁾ Ao contrário do que verificámos para os registos dos estrangeiros, estes indivíduos, provenientes da Inglaterra, parecem viajar em grupo. Ficámos, no entanto, sem saber quem eram, o que os trouxera a Portugal e se foram eles os autores dos assaltos supracitados. Certo é que a Misericórdia ajudou alguns deles a embarcar para regressarem à sua terra natal.

Não eram apenas estes os perigos que esperavam o viandante. Os longos dias de caminhada e a debilidade dos corpos mal alimentados propiciavam o surgimento de doenças. São muitos os casos referidos de despesas com os funerais de estrangeiros ou viajantes. Pensamos que estas pessoas morriam, muitas vezes, totalmente desamparadas. Os livros de despesas do tesoureiro e do mordomo referem alguns enterros de indivíduos alheios à comunidade. Entre 1658 e 1700, na Misericórdia de Braga, enterraram-se vinte e dois forasteiros. Em 1669, a irmandade gastou 320 reis na missa, cova e mortalha de «hua estrangeira que faleceu no Eirado dos Chãos».⁽⁴⁾ Vários casos semelhantes se sucederam. Estes indivíduos faleceram provavelmente sozinhos e sem apoio, talvez caídos de cansaço, sem tempo de serem socorridos. Alguns, no entanto, tiveram melhor sorte, sendo auxiliados por habitantes da cidade, e acabando por falecer em suas casas.⁽⁵⁾ Entre os vinte e dois defuntos, atrás referidos, estão quatro soldados, aos quais foi paga mortalha, missa e cova.⁽⁶⁾

As cerimónias fúnebres dos peregrinos eram superiores às dos pobres, «a quem a Santa Casa apenas mandava rezar uma missa [pois] os peregrinos não eram pobres iguais aos restantes. A sua pobreza decorria da situação em que encontravam enquanto viajantes».⁽⁷⁾ Em Oviedo, era o cabido da

(3) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despesa*, nº 3.22.3.1, fls. 1-36.

(4) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despesa do Mordomo*, nº 687, fl. 259.

(5) Assim aconteceu, em abril de 1672, com um homem que faleceu em casa de um habitante da cidade e que «se não sabia donde era». ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despesa do Mordomo*, nº 687, fl. 294v.

(6) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despesa do Mordomo*, nº 686, fls.194, 204v; *Livro de Despesa do Mordomo*, nº 687, fls. 35v., 83.

(7) Sobre esta questão veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A*

catedral quem oferecia estadia, apoio médico e enterrava os peregrinos que faleciam no hospital de San Juan, criado em 1096, para atender os romeiros de Santiago de Compostela.⁽⁸⁾

No “Hospital de Fora” de Ponte de Lima, onde os viajantes eram assistidos, entre 1620 e 1800, cerca de 18% dos seus defuntos eram «passageiros de outros concelhos», uma vez que este hospital se «especializou em assistir mulheres e homens de proveniência exterior à vila», acudindo essencialmente a mulheres que constituíam 60,3% dos óbitos, contra 39,7% dos homens. Havia ainda 20% de defuntos que possuíam origem galega, castelhana, entre outras, sendo os restantes moradores na vila.⁽⁹⁾ Em Évora, entre 1554-1750, cerca de 63,5% dos doentes tratados no hospital do Espírito Santo eram exteriores à cidade e muito provavelmente migrantes que buscavam trabalho nos grandes latifúndios do Sul.⁽¹⁰⁾

Cuidar dos estrangeiros nos hospitais era uma tarefa que se encontrava dificultada pelas barreiras das diferentes línguas faladas. Muitas vezes «o escrivão reconhecia não poder registar a identificação do enfermo, por ninguém o entender».⁽¹¹⁾ A este propósito não poderíamos deixar de citar Manuel Moreira que ao analisar as peregrinações que passavam por Viana da Foz do Lima, em direção a Santiago, afirmou ser uma realidade quotidiana da paisagem minhota a passagem de grupos de peregrinos estrangeiros cujos falares as populações locais não entendiam:

«[...] Como seria belo e encantador ver-se os camponeses largar a fouchinha ou o arado para, em correria, aproximarem-se da estrada, contemplar o espetáculo

.....
intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, p. 247.

(8) Para a assistência prestada em Oviedo aos peregrinos veja-se Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XXXIX, Fascículo 104, 1991, pp. 134-137.

(9) Sobre os defuntos do hospital “de Fora” de Ponte de Lima leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 527.

(10) Relativamente aos assistidos do hospital do Espírito Santo de Évora confira-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Tese de Doutoramento, Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2013, pp. 80-81, dissertação de Doutoramento policopiada.

(11) Sobre esta problemática veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 654.

da passagem de ranchos de peregrinos italianos ou armênios desembarcados num dos portos portugueses, com seus trajés e falares característicos [...]».⁽¹²⁾

Mais do que entender a proveniência e o nome, seria difícil analisar os sintomas das doenças e, conseqüentemente, seguir com os tratamentos adequados. Para fazer face a estas dificuldades o hospital de Roncesvalles, em Navarra, mantinha um médico francês, uma vez que por ali passavam e se socorriam muitos peregrinos franceses.⁽¹³⁾ No entanto, a realidade é que vários foram os estrangeiros assistidos e curados nas Misericórdias minhotas. A Santa Casa de Viana da Foz do Lima assistiu e enterrou muitos forasteiros, essencialmente habitantes da Galiza e de outras regiões espanholas, devido à forte proximidade e ligações comerciais que uniam os territórios.⁽¹⁴⁾

Portugal foi um destino atrativo para os migrantes galegos. Quando as suas terras registavam um sobrepovoamento, o território português, graças às grandes deslocações de massas humanas geradas pela expansão marítima, oferecia oportunidades de estabelecimento.⁽¹⁵⁾ No entanto, também encontramos, no Minho, franceses, flamengos, ingleses, entre outros.⁽¹⁶⁾ No ano de 1612, a Santa Casa da Misericórdia de Viana da Foz do Lima enterrou, entre vários casos, «hú frances por nome Francisco Valid do lugar de Dido bispado de Clemam [...] reino de França»,⁽¹⁷⁾ e em 1633 enterrou a «Izabel galega do Cabo de Fisterra».⁽¹⁸⁾ Neste período, a Península Ibérica possuía importantes portos marítimos, graças à forte expansão ultramarina, atraindo a presença

(12) Para o caso de Viana da Foz do Lima consulte-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago», in *Estudos Regionais*, nº 13/14, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1993, p. 61.

(13) Consulte-se a propósito Lacarra Y Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la Edad Moderna», in *Príncipe de Viana*, nº 27, 102-103, 1966, p. 42.

(14) Veja-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Edição da Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013, p. 428.

(15) Sobre a questão das migrações galegas confira-se González Lopo, Domingo L., «Migraciones Históricas de los Gallegos en el Espacio Peninsular (siglos XVI-XIX)», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 12, 2003, p. 172.

(16) Leia-se Magalhães, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima...*, p. 428.

(17) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza 1612-1613*, nº 3.22.3.11, fl. 214.

(18) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza 1632-1633*, nº 3.22.4.8, fl. 170v.

dos mercadores e comerciantes europeus sendo comum misturarem-se, em Portugal, várias nacionalidades.⁽¹⁹⁾

Todavia, nem todos os forasteiros vinham falecer às Misericórdias portuguesas. Havia também casos de sucesso, como aconteceu em 1635, na Santa Casa de Ponte de Lima, quando se curou «hua Catarina Gonçalves romeira que ia para Sam Tiago que disse ser de Lixboa de São João da Praça e adoeceu aqui entrou na enfermaria em onze no Novembro e despedio em dezoito do dito».⁽²⁰⁾

(19) Relativamente a esta temática veja-se o trabalho de Franch Benavent, Ricardo, «El comercio en el Mediterráneo español durante la edad moderna: del estudio del tráfico a su vinculación con la realidad productiva», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 17, 2008, pp. 77-112. Leia-se também Salas Auséns, José António, «Inmigrantes en una Tierra de Emigración: Extranjeros en Galicia en la Segunda Mitad del Siglo XVIII», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 13, 2004, pp. 163-194.

(20) ASCMPL, *Livro de Receita e Despeza 1635-1636*, nº 453, fl. 43v.

2. QUEM ESTAVA EM TRÂNSITO NO PERÍODO MODERNO?

Relativamente aos “passageiros”, a pesquisa desenvolvida ajudou a ter uma percepção de quem eram, podendo neste momento identificar-se dois grupos distintos: os doentes ou pobres que viajavam entre terras, sendo alguns deles transportados para um hospital ou para as caldas, e os que estavam a fazer viagens longas, como era o caso dos peregrinos de Santiago ou dos estrangeiros. Santiago era um destino privilegiado, contudo não podemos afirmar que alguns peregrinos não se dirigissem para outros locais sagrados, ou não passassem por eles, durante o caminho para Compostela.⁽²¹⁾

Os números de peregrinos que passavam em Portugal, e diziam ter por destino Santiago, não equivalia, segundo Ofelia Rey Castelao, aos que chegavam à cidade compostelana. Estes eram bem menores. Estamos, portanto, perante dois cenários possíveis: ou estes indivíduos apontavam a catedral de Santiago como destino, para obterem o estatuto de peregrinos religiosos e beneficiarem da misericórdia das instituições a que recorriam, e na verdade era apenas um pretexto para emigrarem para a Galiza; ou, como na cidade do apóstolo os romeiros eram mal recebidos, por se temer que fossem vagabundos oportunistas, os verdadeiros peregrinos poderiam preferir passar incógnitos. Segundo a historiografia Santiago estaria atulhado de mendigos que morriam de fome, num cenário dantesco que obrigou as autoridades a tomarem atitudes. Em 1608 o cabido e o arcebispo decidiram que o mosteiro beneditino da cidade devia cuidar dos pobres naturais de Santiago e em 1628, definiu-se que os forasteiros, contabilizados em mais de quinhentos, deviam ficar a cargo do arcebispo.⁽²²⁾

(21) Consulte-se sobre esta temática Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições “Brotéria”, 1957.

(22) Sobre os vagabundos que em Santiago se faziam passar por peregrinos confira-se Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998, p. 32.

Muitos destes indivíduos eram “falsos peregrinos” e utilizavam esta desculpa para entrarem em Espanha, com as famílias, e aí se estabelecerem. Era uma prática corrente entre os franceses. A par deles vinham também hereges e espiões de guerra, disfarçados de romeiros.⁽²³⁾ Em Évora, as autoridades também se preocuparam em fazer distinguir os “ratinhos” dos naturais e procuraram controlar esses forasteiros que, não raramente, em vez de buscarem trabalho preferiam vadiar pelas ruas. Foi, por isso, ordenada em 1702 a prisão para os homens que ficassem na praça, local de recrutamento de trabalhadores, todas as manhãs, após as seis da manhã.⁽²⁴⁾

Entre os viandantes encontramos ainda outro grupo que embora menos significativo era suficientemente relevante para se fazer notar: os soldados. Estes surgiam, pontualmente, em anos marcados por conflitos e eram referidos como prisioneiros, fugitivos ou inválidos. Em 1649, a Misericórdia de Braga deu de esmola 120 reis a «tres soldados que fogirão da galizza».⁽²⁵⁾ A Santa Casa de Ponte da Barca, no ano administrativo de 1658-59, enterrou cinco e gastou 2.060 reis com cerca de uma centena de soldados doentes.⁽²⁶⁾ Neste período, o reino estava em plena Guerra da Restauração pelo que era comum o trânsito de soldados entre Portugal e Espanha, muitos deles desertores.⁽²⁷⁾ Terá sido neste contexto que, em 1653, foram presos na cadeia do castelo de Braga o «tenente João Baptista e [o] capitão dom Diogo de Navarra e [o] alferes Martim de globa naturais do Reino de Castela» a quem a Santa Casa ordenou que se desse «sento e sincoenta reis cada somana [...] sincoenta reis a cada um».⁽²⁸⁾

(23) Veja-se, sobre este tipo de práticas, Lacarra de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la Edad Moderna»..., pp. 40-41.

(24) Sobre as soluções encontradas em Évora leia-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, p. 96.

(25) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despezas do Thezoureiro 1647-1653*, nº 664, fl. 99.

(26) ASCMPB, *Livro de Despesa do Thezoureiro 1650 – 1660*, nº 131, fls. 126-129v.

(27) Confira-se Oliveira, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. III, Coimbra, Palimage, 2015, pp. 1433-1465. Sobre esta questão veja-se também o trabalho de Martins, Vitorino, «As Finanças na Guerra da Restauração», in *Revista de História Militar*, vol. 92, 1940, pp. 808-820.

(28) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 14 de Março de 1645 athe 7 de Dezembro de 1653*, nº 6, fl. 174. Nas atas deste período são, também, feitas várias referências a um grupo de «prezos galegos», a quem, continuamente a Santa Casa acrescentava o pão que lhe dava para a sua alimentação. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Dezembro de 1653 athe 20 de Dezembro de 1661*, nº 7, fls. 144v-116v.

Por fim, poderíamos falar dos comerciantes, mas sobre estes as informações são bastante mais escassas. Certamente que os havia, mas não estão identificados. No entanto, encontramos-os a recorrer à Misericórdia de Braga para solicitarem empréstimos. É o caso de Francisco Monteiro Peres e de Francisco Henriques, negociantes castelhanos que em 1756 pediram à Santa Casa 720 mil reis, a juro, deixando como «pinhor dezanove pesas de seda que foram avaliadas pelo menor preço em noventa e cinco mil reis [...]».⁽²⁹⁾ Podemos supor que este género de indivíduos teria bens suficientes para procurar outros alojamentos e não necessitar de caridade. Na mesma situação se encontrariam os nobres cujas referências são muito raras. Encontramos duas na Misericórdia de Braga, uma em 1649, quando deu 300 reis a «Lionardo Cerca doliveira natural de Val de Telhas bispado de Miranda pessoa nobre»,⁽³⁰⁾ e outra em 1778, quando a mesma instituição deu 480 reis a um «conde estrangeiro», portador de carta de guia.⁽³¹⁾

Quando assistidas pelas Misericórdias, estas pessoas de primeira condição, nobres ou clérigos, eram diferenciados dos restantes passageiros, obtendo maiores regalias. Enquanto ao comum viajante, por exemplo, a Misericórdia de Braga oferecia apenas uma esmola pequena, lenha, candeia, azeite e vinagre, sem dar alimentação, às pessoas honradas disponibilizava «outras camas, mesas, castiçais e vasos para comerem e beberem, espetos, grelhas, temperes, púcaros, cântaros, panelas e infusas, [...] utensílios para poderem confecionar e tomar as refeições», preparadas possivelmente na cozinha do hospital.⁽³²⁾

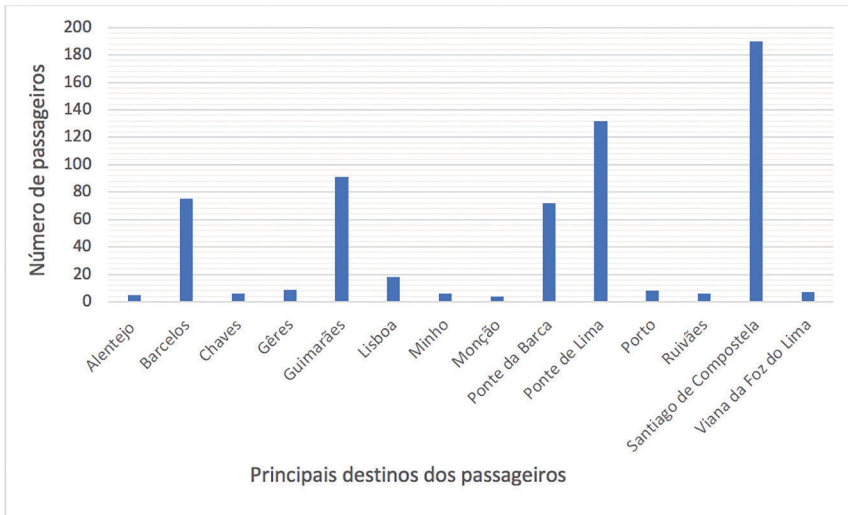
(29) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 30 de Junho de 1751 até 11 de Novembro de 1757*, nº 15, fls. 228v., 229.

(30) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Thezoureiro 1647-1653*, nº 664, fl. 102v.

(31) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 24 de Maio de 1769 até 20 de Março de 1776*, nº 17, fl. 130v.

(32) Sobre este assunto veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», p. 246.

Gráfico 1 - Principais destinos dos viajantes auxiliados pela Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livros de Despesas do Thezoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674.

Dos 629 passageiros auxiliados pela Misericórdia de Braga e cujo destino conseguimos apurar, entre 1609-1790, 190 dirigiam-se para Santiago de Compostela. Contudo, eram também destinos bastante concorridos Ponte de Lima (132 pessoas), Ponte da Barca (72), Guimarães (91) e Barcelos (75). Para Lisboa iam apenas 18 indivíduos.⁽³³⁾ Dos viajantes registados em Évora, entre 1635, 1650-63 e 1700-50, 12,2% dirigiam-se para Santiago de Compostela, à semelhança do que acontecia na cidade bracarense. Os restantes dirigiam-se para localidades próximas como Lisboa, Elvas e Caldas da Rainha, entre outras, e eram trabalhadores migrantes.⁽³⁴⁾ Em Coimbra, entre 1750-1783, um destino preferencial era Braga, tanto pelas atrações que a mesma possuía a nível religioso e comercial, como por ser ponto de passagem para Santiago.

(33) Há ainda 25 passageiros cujo destino referido são «Caldas». Por não sabermos em que localidade ou localidades estas Caldas se situavam, optamos por não as colocar no gráfico 1. A mesma Santa Casa de Braga auxiliava ainda quem precisasse de ir tomar banhos às «ondas» no mar. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro de termos de 30 de Março de 1746 até 29 de Junho de 1751, nº 14, fl. 124.

(34) Sobre os viajantes assistido no hospital do Espírito Santo de Évora leia-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, p. 89.

Contudo, das cartas de guia passadas pela Santa Casa coimbrã, entre 1783-1800, 48% dos indivíduos dirigiam-se para Norte do reino e 29% para Sul. Lisboa, Porto, Braga, Caldas da Rainha e Góis, onde havia um hospital que tratava doentes venéreos, eram os principais destinos dos viajantes que pediam esmola à Misericórdia de Coimbra.⁽³⁵⁾ Para a segunda metade do século XIX, em Braga, Manuela Machado apurou diferenças nos destinos. Em maior número, os passageiros iam para Vizela, (16%). Seguiam-se com percentagens inferiores a 5% Taipas, Porto, Lisboa, Viana da Foz do Lima e Guimarães. As restantes percentagens espriavam-se por diversas localidades, quase todas portuguesas, muitas das quais registadas nas terras circunvizinhas.⁽³⁶⁾ Inferimos destes dados que, no século XIX, além de haver menos pessoas a recorrer à ajuda das Misericórdias para viajar, quando o faziam era em caso de viagens para localidades não muito longínquas.

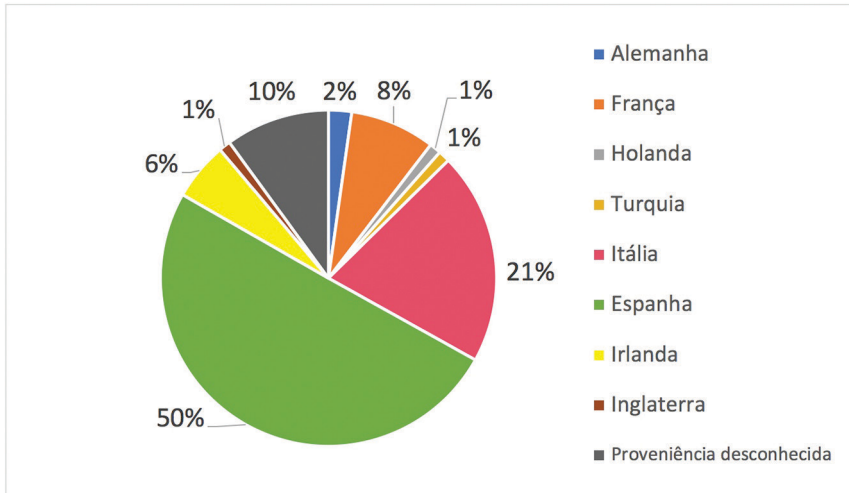
A busca de cura para doenças nas águas termais movimentou muitas pessoas e isso torna-se notório, no século XVIII, nos registos de despesas da Misericórdia de Braga, quando era frequente pedir um apoio à instituição para ir às caldas, muitas vezes do Gerês. Desde o Império Romano que as termas eram locais cujos benefícios terapêuticos estavam reconhecidos. Contudo, só a partir do século XIII estas águas passaram a ser distinguidas consoante os seus componentes e atribuídas, pelas suas características, à cura de determinado tipo de maleitas.⁽³⁷⁾

(35) Relativamente ao destino dos viajantes auxiliados pela Misericórdia de Coimbra veja-se Lopes, Maria Antónia, Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850, vol. I, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 88.

(36) Para o destino dos viajantes que recorreram à Misericórdia de Braga, no século XIX veja-se Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX» in Esteves, Alexandra (coord.), *Viaggi, assistenza, pellegrini e viaggiatori nei secoli XVI-XX*, Comunicação apresentada no VIII Congresso AISU, *La città, il viaggio, il turismo*, Nápoles, 6-9 de setembro de 2017, p. 51. O artigo pode ser consultado através do site <http://www.iconograficittaeuropea.unina.it>, acedido a 17 de setembro de 2017.

(37) Sobre as termas e o hospital termal de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha confira-se Rodrigues, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1840-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, pp. 61-73.

Gráfico 2 - Viajantes estrangeiros auxiliados pela Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livros de Despesas do Thezoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674.⁽³⁸⁾

Quanto à nacionalidade dos viajantes, de 1042 passageiros com proveniência registada nos livros de despesas da Santa Casa de Braga, 72% eram portugueses e 28% eram estrangeiros.

Os 28% estrangeiros correspondem a 270 indivíduos, na sua maioria homens, alguns deles acompanhados pelas famílias. A proximidade geográfica leva a que 50% fossem originários da atual Espanha e 20% de Itália.⁽³⁹⁾ Em 1745 a Santa Casa de Braga deu de esmola 480 reis a dois padres de Cister do «Reino da Ungria».⁽⁴⁰⁾ *Já em 1615, a Misericórdia de Viana havia recebido o arcebispo da Macedónia, quando este ia em peregrinação a Santiago*

(38) Não se encontra representado no gráfico um passageiro maltês, por o seu peso percentual ser insignificante.

(39) Em 1679 a Santa Casa da Misericórdia de Braga esmolou com 5 tostões uns «frades italianos». ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 10 de Agosto de 1676 athe 2 de Julho de 1694*, nº 9, fl. 10v.

(40) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 athe 26 de Março de 1694*, nº 13, fl. 380v.

de Compostela, dando-lhe 1.600 reis de esmola.⁽⁴¹⁾ Na segunda metade do século XIX, o número de estrangeiros auxiliados em Braga, desceria para 7,5%, e eram essencialmente espanhóis.⁽⁴²⁾ Em meados de setecentos 14% dos homens e 3,5% das mulheres internadas no hospital Real de Coimbra também eram estrangeiros. Destes 59% eram espanhóis. Mas o seu número subiria para 71% nas últimas duas décadas do século.⁽⁴³⁾

Como se constata, a presença de estrangeiros na cidade Moderna Bracarense era significativa e muitos deles precisavam da Misericórdia para os auxiliar em momentos difíceis. Vejamos, a título de exemplo, o que se passava também em Viana da Foz do Lima.

Tabela 1 – Viajantes estrangeiros auxiliados pela Misericórdia de Viana da Foz do Lima (1602-03)

Nacionalidade	Nr. ° de viajantes
Ingleses	30
Flamengos	6
Galegos	1
Polacos	1
Franceses	1

Fonte: ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, Livros de Receita e Despesa, nº 3.22.3.1, 3.22.3.11, 3.22.3.20, 3.22.3.21, 3.22.4.8, 3.22.4.18, 3.22.5.9, 3.22.5.19, 3.22.6.3, 3.22.6.13, 3.23.1.2, 3.23.1.13, 3.23.2.9, 3.23.3.2, 3.23.3.13, 3.23.4.7, 3.23.4.17, 3.23.5.9, 3.23.6.3, 3.23.6.13, 3.23.6.23, 3.24.1.10.

Já acima analisámos a presença dos grupos ingleses em Viana da Foz do Lima, entre 1602-1603. Quanto aos flamengos, encontramos uma família de quatro pessoas, pais e dois filhos pequenos e mais dois indivíduos sozinhos, que a Misericórdia ajudou a embarcar para regressarem à Flandres. Um deles

(41) Veja-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 72.

(42) Confira-se a propósito Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX»..., p. 51.

(43) Sobre esta questão veja-se Lopes, Maria Antónia, «Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime», in Hernández Borge, Júlio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp. 4-5.

havia estado preso na vila.⁽⁴⁴⁾ A instituição deu ainda 470 reis a um «capitão da Polónia que veio por aqui e foi cativo».⁽⁴⁵⁾

Importa referir que, grande parte das vezes, o motivo da viagem dos estrangeiros não ficou registado na documentação, exceto no caso dos peregrinos, facto que impede de apurar o que motivou a sua presença em território nacional. Todavia, tendo por base os registos e o gráfico 2, podemos considerar que parte significativa destes forasteiros estavam em Portugal por motivos religiosos e comerciais. Relativamente às motivações religiosas estas poderiam ser a intenção de participar numa peregrinação a Santiago de Compostela ou algo mais complexo, como foi o caso dos católicos que fugiram dos reinos protestantes. Este é, de forma óbvia, o caso dos irlandeses que, recorrentemente, procuraram refugiar-se nos reinos peninsulares escapando aos conflitos e à intolerância religiosa da sua terra natal.⁽⁴⁶⁾ Em Portugal eram protegidos pela Coroa, sendo as câmaras obrigadas a dar-lhes esmola para ajudar à sua circulação.⁽⁴⁷⁾ Por esse motivo encontramos referências frequentes a famílias irlandesas auxiliadas pelas Santas Casas.

Em Oviedo, nos anos de 1788 e 1795 até 1803, 69% dos peregrinos tinham origem espanhola e eram provenientes de todos os cantos do reino, logo seguidos por 20% de franceses, uma vez que a cidade ficava no “caminho francês”. Os portugueses representavam 4% e os restantes 7% tinham proveniências variadas: italianos, flamengos, suíços, alemães, prussianos e turcos, um pouco à semelhança do que acontecia em Braga.⁽⁴⁸⁾ Em 1747, a Santa Casa bracarense deu 240 reis a «Mathias Bento Francisco turco de nação

(44) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, nº 3.22.3.1, fl. 30v.

(45) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, nº 3.22.3.1, fl. 27v.

(46) Leia-se sobre esta questão Rey Castelao, Ofelia, «Exiliados irlandeses en Galicia de fines del XVI a mediados del XVII», in Mestre Sanchís, António; Giménez López, Enrique (coords.), *Disidencias Y Exilios en la España Moderna - Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna*, Alicante, Universidad de Alicante, 1997, pp. 99-116.

(47) Veja-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 69.

(48) Confira-se para este assunto Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII»..., p. 141.

e convertido à fé». ⁽⁴⁹⁾ Metade deste valor foi dado, em 1752, a um escocês e outro tanto a um casal húngaro convertido à fé católica. ⁽⁵⁰⁾

Já o *Liber Sancti Jacobi* referia, talvez exagerando ligeiramente segundo Mário Martins, mas não tanto quanto possa parecer a julgar pelos dados que temos, a existência de romeiros «escoceses, francos, normandos, teutões, gente das Baleares, e da Provença, ímpios navarros, flamengos, alemães, noruegueses, russos, italianos, romeiros de Creta e Jerusalém, búlgaros, gregos, africanos, abissínios e romeiros de terras muçulmanas». ⁽⁵¹⁾ Só em Roncesvalles, Navarra, em meados do século XVII distribuir-se-iam por volta de trinta mil refeições a passageiros e peregrinos, o que equivaleria a cerca de 5 ou 6 mil pessoas, por ano, acolhidas à ida e à volta de Santiago, durante três dias. O hospital da confraria de Paris terá recebido, em 1368, cerca de dezassete mil peregrinos, número que diminuiu com as guerras de religião voltando a aumentar apenas no século XVII. Por esta altura, a catedral do apóstolo Santiago tinha já confesores que falavam diferentes línguas, para conseguir atender à necessidade de confessar os romeiros que ali acorriam. ⁽⁵²⁾

A grande maioria dos viajantes “passaria o seu caminho” de forma solitária, havendo, no entanto, quem viesse acompanhado por um ou dois “camaradas”. ⁽⁵³⁾ Nos vinte anos estudados, na Misericórdia de Braga, de entre 148 indivíduos que são referidos como acompanhados, aproximadamente 74%, ou seja 110 pessoas, tinham consigo as famílias e 26%, 38 indivíduos, estavam com colegas de jornada.

As famílias eram maioritariamente de origem portuguesa. Deslocavam-se entre as regiões do reino e recorriam, para isso, ao auxílio da Santa Casa. Não sabemos o que motivava a deslocação. Poderia ser a procura de tratamentos em hospitais maiores, como o do Porto, ou migrações internas. Havia ainda alguns que percorriam o reino em busca de auxílio por alguma desgraça que

(49) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 30 de Março de 1746 athe 7 de Junho de 1751*, nº 14, fl. 92.

(50) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 30 de Junho de 1751 athe 11 de Setembro de 1757*, nº 15, fls. 56v.– 64v.

(51) A propósito consultar Martins, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média...*, p. 110.

(52) Veja-se Lacarra de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la Edad Moderna»..., pp. 42-44.

(53) Não foram encontradas referências claras a peregrinos que caminhassem, especificamente, em grupos superiores a dois ou três companheiros, exceto os ingleses já referidos.

lhes havia sucedido, como um incêndio ou um naufrágio.⁽⁵⁴⁾ Relativamente às famílias estrangeiras estas deslocavam-se, quase sempre, em peregrinação para Santiago de Compostela e eram essencialmente de origem irlandesa.

Não era incomum encontrarem-se mulheres grávidas que acabavam por dar à luz pelo caminho.⁽⁵⁵⁾ Em 1606, em Viana da Foz do Lima, um casal de peregrinos franceses teve um filho, quando regressava de Santiago, sendo batizado na igreja matriz da vila.⁽⁵⁶⁾ Quanto aos “camaradas” a maioria eram homens, alguns deles grupos de soldados, migrantes, peregrinos ou doentes que iam acompanhados.⁽⁵⁷⁾ Estudos desenvolvidos na cidade de Oviedo concluíram que 59% dos peregrinos viajavam com a família ou com pessoas conhecidas. No ano de 1788, foram contabilizadas 11 famílias espanholas, 3 francesas, 5 italianas, 1 alemã e 4 portuguesas, compostas por um casal sozinho ou com os filhos, sendo as segundas as mais comuns. Por outro lado, 12% dos espanhóis e 60% dos franceses viajavam com outros peregrinos.⁽⁵⁸⁾

Relativamente aos viajantes nacionais, registados como tal, nos vinte anos analisados entre 1609-1790, na Misericórdia de Braga, 15% eram originários de Lisboa, 11% do próprio distrito de Braga, 7% de Vila Real, 5% do Algarve e 5 % de Coimbra. Havia, no entanto, viajantes provenientes de todas as regiões portuguesas, incluindo as ilhas dos Açores e da Madeira.⁽⁵⁹⁾ No século XIX, os passageiros que chegavam a Braga vinham, essencialmente,

(54) Em 1709, a Misericórdia de Braga deu 240 reis a João Domingues e sua mulher e filhos «que vinhão pedindo com provisão de Sua Magestade por lhe ter sucedido hu incendio». Note-se que este casal não era peregrino. Estava, como dissemos, a mendigar devido a um infortúnio que lhe aconteceu. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despezas do Thezoureiro de 1702 a 1711*, nº 669, fl. 177v.

(55) Para este tema veja-se Bande Rodríguez, Enrique «Registo del Paso de Peregrinos por las Rutas Jacobeanas Orensanas Segun los Libros Parroquiales», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XLII, Fascículo 107, 1995, pp. 25-37.

(56) Leia-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 72.

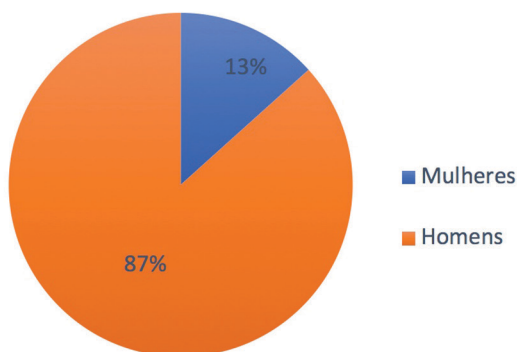
(57) No ano administrativo de 1719-20, a Misericórdia de Braga “esmolou” com 360 reis e uma cavalgadura «António Rangel e sua molher e hum filho para S. Thiago» e com 150 reis a «João Gonçalves e seis marinheiros naturais da Ilha 3ª». ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Thezoureiro 1711-1724*, nº 670, fls. 276v.-277.

(58) Para este assunto leia-se Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeanos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII»..., pp. 143-146.

(59) Optamos por não discriminar todos os locais de origem de passageiros e o seu respetivo peso percentual, uma vez que o seu número era bastante disperso. Propomos, por isso, a consulta do Anexo, onde está especificado o número de viajantes oriundos de cada distrito do reino e auxiliados na Misericórdia de Braga, entre os séculos XVII e XVIII.

do termo da cidade e das terras circunvizinhas. Referimos, a título de exemplo, passageiros originários de Vila Real (4,9%), de Viana da Foz do Lima (4,2%) e de Ponte de Lima (2,6%).⁽⁶⁰⁾ Os viajantes do século XIX parecem ter origem em zonas mais próximas de Braga do que os dos séculos XVII e XVIII. Quanto à proveniência dos forasteiros assistidos no hospital do Espírito Santo, em Évora, entre 1554-1750, 29,8% eram da Beira, 18,2% do Minho, 16,2% do Alentejo e 7,9% da Estremadura. Havia ainda espanhóis provenientes da Andaluzia, Estremadura espanhola e Galiza. Os indivíduos assistidos em Évora eram, portanto, maioritariamente originários do norte e centro de Portugal. Estaremos, pois, a falar dos “ratinhos” que anualmente corriam ao Alentejo para os trabalhos agrícolas, o que é comprovado pelas datas em que a suas entradas representam um pico, entre julho e setembro, época das ceifas e das vindimas.⁽⁶¹⁾

Gráfico 3 - Género dos viajantes auxiliados na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, *Livros de Despesas do Thezoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674.

Quanto ao género dos viajantes de passagem pela Santa Casa bracarense, dos 1.199 indivíduos cujo sexo está identificado, a grande maioria eram homens, 87%, para apenas 13% de mulheres. Para o século XIX estes números alteraram-se

(60) Para a totalidade dos locais de origem e respetivas percentagens, no século XIX, veja-se Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX»..., p. 51.

(61) Confira-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, pp. 80-86.

para 67% de homens e 37% mulheres.⁽⁶²⁾ Do número total de homens e mulheres registados na segunda metade do século XIX apurou-se, entre os que tinham o estado civil registado, que 34% dos homens eram solteiros, 29% casados e 10% viúvos, já as representantes do sexo feminino eram 47% solteiras, 17% viúvas e 16% casadas. Desconhece-se, portanto, a situação familiar de 20% das mulheres e de 27% dos homens. Manuela Machado conseguiu, ainda, analisar as médias de idades. Os indivíduos do sexo masculino tinham a idade média de 39 anos e as elas de 41, havendo, no entanto, 11% de passageiros entre os 60-82 anos.⁽⁶³⁾ Em Évora, entre 1635-1750, 89% das cartas de guia passadas pelo hospital do Espírito Santo a forasteiros foram entregues a homens. Entre aqueles que foi possível identificar o estado civil percebeu-se que eram, predominantemente, casados. Também as mulheres forasteiras que passaram pelo dito hospital, e cuja situação conjugal foi passível de ser verificada, eram essencialmente casadas.⁽⁶⁴⁾ Embora desconheçamos a resposta, permanece a dúvida se estes indivíduos migrariam em família. Apesar da distância, constatamos existir uma enorme semelhança relativamente aos sexos dos viajantes.

Também na Misericórdia de Coimbra, entre 1750-1783, 80,5% dos viajantes auxiliados eram homens e o seu número aumentou para 84,3% entre 1783-1800.⁽⁶⁵⁾ Já em Oviedo os peregrinos assistidos no hospital, em 1788, eram 90% homens e 9% mulheres, semelhantes aos valores que verificáramos para a Misericórdia de Braga. No entanto, os números mudaram significativamente no início do século seguinte, contabilizando-se, em 1803, 63% de homens e 36% de mulheres.⁽⁶⁶⁾ No hospital Real de Santiago, quando avaliada a entrada de estrangeiros, verifica-se para os anos de 1662 e 1678, respetivamente, uma percentagem masculina de 98% e 95% e feminina de 2% e 5%. Cem anos depois, a percentagem masculina desceria para os 80%, como se verifica em 1793, e a feminina ascenderia a 20%.⁽⁶⁷⁾ Regista-se, portanto, um

(62) Veja-se Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX»..., p. 51.

(63) Para os viajantes do século XIX, em Braga, leia-se Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX»..., p. 51.

(64) Veja-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora*..., p. 89.

(65) Confira-se para este assunto Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*..., p. 87.

(66) Desconhece-se o sexo de 1% dos passageiros auxiliados. Sobre esta questão veja-se Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII»..., p. 140.

(67) Consulte-se Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos*..., p. 176.

aumento da presença de mulheres em circulação a partir de finais do século XVIII e inícios do XIX. Desconhecemos o que motiva estes números. Talvez as mulheres se vissem mais necessitadas a circular em busca de trabalho do que nos períodos anteriores, ou talvez estejamos perante uma diminuição dos homens em circulação, permitindo evidenciar o volume do sexo feminino. A nossa hipótese prende-se com o facto de os fluxos de passageiros, a recorrer aos auxílios das instituições de assistência a pobres viandantes, no século XIX, terem diminuído bastante, o que poderia indicar que as pessoas teriam outros recursos para viajar. No entanto, as mulheres continuariam a ser um grupo desfavorecido e mais necessitado precisando, por isso, de recorrer a este género de apoios. Estes números podiam também ser reflexo da emigração.

Em finais do século XVIII e inícios do século XIX, muitos homens emigraram para destinos ultramarinos, como o Brasil. Neste sentido, o número de homens em circulação, em Portugal e em Espanha, poderá ter diminuído. As mulheres que viviam sós, tendo necessidade de deslocação, viam-se obrigadas a fazê-lo, de forma solitária. Estas são algumas das hipóteses que apresentamos. Não sabemos, contudo, a verdadeira razão para estes números ou se eles são resultado de uma conjugação de diferentes fatores.

Importa salientar o facto de algumas mulheres surgirem registadas sozinhas, deixando a impressão de que viajariam desacompanhadas, como é o caso de «Estefania Ajlam natural do Reino de Valencia» que ia para Santiago com carta de guia e foi auxiliada com 50 reis pela Misericórdia de Braga, em 1720.⁽⁶⁸⁾ Pouco depois a mesma confraria despendeu 480 reis com «Maria das Chagas natural da Arifana de Souza parida com 4 crianças».⁽⁶⁹⁾ Não seria comum encontrarmos mulheres desacompanhadas nesta altura, uma vez que o seu lugar era no interior de casa e sob controlo dos seus pais ou maridos. Estamos em crer que só no caso de serem viúvas ou mulheres de honra duvidosa é que se aventurariam a circular sozinhas entre diferentes localidades.⁽⁷⁰⁾ Contudo, apesar destas questões, a pobreza levaria algumas mulheres a deambularem com os filhos, pedindo auxílio.

(68) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Thezoureiro 1711-1724*, n.º 670, fl. 299.

(69) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Thezoureiro 1711-1724*, n.º 670, fl. 301.

(70) Sobre a condição feminina, durante o Antigo Regime, leia-se Sá, Isabel dos Guimarães, «Estatuto Social e Discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime», in Leandro, Maria Engrácia; De

Em Coimbra, no Hospital Real, entre as mulheres estrangeiras assistidas, encontram-se em maioria as espanholas. Foi registada, no entanto, também a presença de uma francesa, uma alemã e uma italiana, entre 1750-1754. Nas últimas duas décadas do século juntam-se a estas somas, duas brasileiras. Relativamente aos emigrantes que se encontravam em Coimbra, os homens eram 38% dos enfermos do hospital supracitado e as mulheres 57%, números que se explicam pela falta de suporte familiar que os auxiliasse na doença, tendo, por isso, que recorrer às instituições que se encarregavam de prestar esses cuidados.⁽⁷¹⁾

Em Espanha, as mulheres eram encontradas e registadas nos movimentos migrantes, em família ou quando iam para as colónias a mando dos maridos, já lá estabelecidos. As migrações femininas eram bastante menos comuns que as masculinas, uma vez que se considerava que o lugar da mulher era em casa. Acrescia o facto de não serem obrigadas a fugir do serviço militar e de estarem dependentes, grande parte das vezes, da autorização dos maridos ou dos pais, para saírem do seu lar. A sua condição piorava por serem, maioritariamente, analfabetas. Acresce ainda o facto de os seus braços serem importantes no trabalho agrícola familiar, especialmente nas regiões densamente povoadas do Minho e Galiza, onde os homens emigravam em grande número. Por outro lado, quando viajavam era para se juntarem a familiares, em outras terras, de forma a ampliarem as suas possibilidades de contrair matrimónio ou para servirem em alguma casa, até terem idade de esposar. Isto não exclui que existissem mulheres a migrar para trabalhar, como era o caso das «segadoras» que iam da Galiza para Castela, trabalhar nas ceifas, e das enfermeiras, que iam da Cantábria para Madrid. A situação era diferente quando nos referimos às deslocações em grupo como as fugas de grupos judeus, huguenotes ou católicos ou então quando eram deslocalizados para povoarem um determinado território. Nestes casos, as mulheres não só iam como eram essenciais.⁽⁷²⁾ Também em Portugal as mulheres se moviam. Nesta situação encontrámos as tecedeiras que, para poderem exercer o seu ofício, se

.....
Araújo, Maria Marta Lobo; Silva e Costa, Manuel (org.), *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, 2002, pp. 315-318.

(71) Coimbra era uma cidade bastante atrativa para muitos, uma vez que aí se aprendiam vários ofícios. Sobre estas questões veja-se Lopes, Maria Antónia, «Dos campos para Coimbra...», pp. 6-7, 11-13.

(72) Sobre o papel das mulheres nas viagens leia-se Rey Castelao, Ofelia, «Las migraciones femininas de antiguo régimen en su contexto europeo», in Hernández Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Mujer y emigración – una perspectiva plural. Actas del*

viam obrigadas, por exemplo, a ir a Coimbra fazer exame, e as amas de leite, muitas vezes moradoras em terras distantes e que se deslocavam à cidade para acolher crianças e usufruir assim do respetivo salário.⁽⁷³⁾

Se ser peregrino já era um estado de fragilidade, ser mulher aumentava em muito essa situação. A propósito Baquero Moreno relatou:

«[...] um incidente verificado no trajecto de Castelo de Vide para Nisa envolvendo dois peregrinos alemães [...] Pedro e Jacobina, de nacionalidade alemã, queixaram-se a Álvaro Diaz, juiz da vila de Nisa, de que no referido caminho quando seguiam na companhia de um irmão de Pedro, haviam sido assaltados por três vaqueiros que “tomaram a dieta molher e per força dormjram com ella” [...]».⁽⁷⁴⁾

Tabela 2 – Características dos forasteiros assistidos na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)

Condição Social	Número de assistidos	Condição física e mental	Número de assistidos
Militares	82	Doentes	112
Religiosos	60	Aleijados	22
Presos	13	Cegos	3
Marinheiros	5	Náufragos	1
Cativos	4	Paridas	1
Servos	3	Amputados	1
Fidalgos	2	Insanos	1
Arcebispo	1		
Ermitão	1		
Capitão de navio	1		
Doutor	1		
Regedor	1		
Contra-mestre	1		
Pedreiro	1		

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livros de Despesas do Thesoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674.

.....
coloquio internacional sobre migraci3ns, Santiago de Compostela, Servizo de Publicaci3ns e Intercambio Científico, 2008, pp. 40-52.

(73) Sobre esta temática veja-se Lopes, Maria Ant3nia, «Mulheres e Trabalho em Coimbra (Portugal) no s3culo XVIII e in3cios do XIX», in Iglesias Rodrigu3ez, Juan Jos3; P3rez Garc3a, Rafael M.; Fern3ndez Chaves, Manuel F. (eds.), *Comercio y cultura en la Edad Moderna. Comunicaciones de la XIII reuni3n cient3fica de la Fundaci3n Espa3ola de Historia Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2005, pp. 1775-1776, 1783-1785.

(74) Confira-se Moreno, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrina33o a Santiago de Compostela na Idade M3dia», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I S3rie, vol. 2, 1986, p. 82.

Relativamente à condição social dos viajantes auxiliados pela Misericórdia de Braga, verificamos que a maioria estava ligado à vida militar. Estes resultados podem estar relacionados com o facto do período, em estudo, ser marcado por bastantes conflitos, desde a Guerra da Restauração às invasões francesas. A segunda condição social melhor representada era o sacerdócio, sendo vários os párocos que se deslocavam recorrendo ao auxílio das Santas Casas. Quanto ao estado físico dos passageiros que recorriam ao apoio das Misericórdias, bastantes apresentavam-se debilitados fisicamente, com doenças ou deficiências. Encontramos, portanto, entre os assistidos na Misericórdia de Braga, 82 indivíduos com cargos militares, 62 religiosos e 13 presos.

No início do século XIX a condição social dos auxiliados pela instituição mantinha-se. Eram soldados, marinheiros, pedreiros, criados de servir, mas acrescentam-se as enfermeiras e os jornaleiros.⁽⁷⁵⁾

Era comum as Misericórdias darem esmolas a quem precisava ou se via obrigado, por ser degredado, a ir para o ultramar ou para uma terra longínqua em território nacional. A Santa Casa de Viana da Foz do Lima auxiliou, várias vezes, degredados. Foi o caso de Salvador Miranda que, em novembro de 1602, recebeu dois mil reis da confraria para ir cumprir o seu degredo.⁽⁷⁶⁾ Para os apoiar e reduzir os custos destas viagens, em 1632, a Misericórdia conseguiu autorização régia para que os navios que estavam aportados na cidade, e partissem para o Brasil, levassem neles os degredados. Uma forma de atenuar as despesas com estes indivíduos era enviá-los para locais com os quais o tráfego comercial fosse grande, de forma a terem constantemente disponíveis navios a partir.⁽⁷⁷⁾ Além de degredados, as Santas Casas assistiram também naufragos. A Misericórdia de Braga deu esmola, em 1719, a Manuel da Costa, natural da Ilha do Pico, que naufragara na Viscaia.⁽⁷⁸⁾ A sua congénere de Viana da Foz do Lima, em 1546, enterrara 9 naufragos que vinham

(75) Machado, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX»..., p. 52.

(76) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de Receita e Despeza*, nº 3.22.3.1, fl. 12.

(77) Leia-se Magalhães, António, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. X, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 144-146.

(78) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza do Thezoureiro*, nº 670, fl. 274.

numa nau de São Tomé.⁽⁷⁹⁾ Havia, também, quem desejasse ir para o ultramar de livre vontade, tentando a sua sorte. Foi o caso de José António Pereira que, em 1748, recebeu da Santa Casa de Braga 4.800 reis para se preparar para partir para o Brasil, por ser religioso, pobre e órfão. A confraria auxiliou ainda dois estrangeiros: Carlos António e António Teixeira, este último estudante em Salamanca.⁽⁸⁰⁾

Também a Santa Casa de Viana da Foz do Lima foi assídua no auxílio a quem desejava embarcar para o ultramar. Na época, a vila possuía um importante porto marítimo com forte ligação ao comércio com as colónias, o que levou a que por ali passassem muitos indivíduos vindos de outros territórios e que buscavam oportunidades de melhorar a sua vida, como a possibilidade de emigrarem para o Brasil.⁽⁸¹⁾ Muitas destas pessoas acabavam por recorrer à Santa Casa, de forma a obterem alguma ajuda para comprarem as passagens de barco. Foram muitas as vezes que a Misericórdia de Viana do Lima ajudou pessoas a embarcar, alguns deles seus antigos serventes. Em 1692, a instituição referiu, em Mesa, que:

«[...] alguns serventes desta santa caza tendo continuado o serviço dou ou tres annos pedião lhe desem modo de vida ou para tomarem officio ou se embarcarem para as partes do Brazil e muitas vezes com este pretexto faltavão algumas obrigaçõs na esperança de que sendo expulsos se lhes havia de satisfazer o trabalho como se o tiverão merecido».⁽⁸²⁾

Perante este problema, os irmãos assentaram que não se desse nenhum apoio a quem deixasse o serviço antes de cumpridos cinco anos de trabalho ou a quem fosse expulso no entretanto. Anos mais tarde, em 1717, um antigo servo da Casa, de nome Vitoriano, pediu ajuda à instituição para se embarcar para o Brasil. Deram-lhe «o mesmo que era costume» aos outros, isto é, «vinte e quatro mil reis e seis alqueires de trigo para sua

(79) Veja-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 70.

(80) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livro de termos de 30 de Março de 1746 até 7 de Junho de 1751, nº 14, fl. 129v.

(81) Confira-se Magalhães, António, «Estrangeiros numa Vila Litoral...», p. 253.

(82) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de acórdãos de 04 de Junho de 1559 a 18 de Abril de 1728*, nº 3.24.3.3, fl. 301.

passagem e se vestir [...]».⁽⁸³⁾ Em 1751, a esmola para o servo Luís Rodrigues que servira a casa onze anos atingiu, já, os 28 mil reis.⁽⁸⁴⁾

As Misericórdias assumiram, também, o papel de ajudar na libertação de presos. Neste sentido, além de custearem em dinheiro as burocracias da sua libertação, pagavam a sua deslocação para o julgamento no Porto, quando os seus processos subiam ao tribunal da Relação, ou para as suas terras, quando já libertos. A verdade é que para além de auxiliarem os pobres dos seus termos, ajudavam os forasteiros que ali se viam encarcerados sem qualquer outro meio de apoio. Os crimes são desconhecidos, mas poderemos estar a falar de pequenos roubos cometidos por indivíduos que estavam de passagem e que acabavam na cadeia da vila ou da cidade, sendo muitas vezes estrangeiros ou de outras regiões ou vilas próximas. Todavia, estas confrarias não auxiliavam presos por dívidas. A este propósito a Misericórdia de Viana da Foz do Lima tinha transcrita, nos seus *Estatutos de 1674*, uma ordem régia de 1517, à mesma vila, onde se ordena que não se prendessem forasteiros por dívidas:

«[...] muitos taverneiros e taverneiras e outras pessoas aqui moradores dam de comer e beber sobre talha a Ribeirinhos e pessoas vadias e de toda a sorte os quais depois de lhe serem em soma de dívida citam e demandam perante vos e requerem que lhos mandeis prender te lhe pagarem de feizam que por este respeito sam presos muitos homens e se prendem cada dia, e querendo nos a histo prover avemos por bem que tanto que este virdes mandeis noteficar que daqui por diante nenhúa pessoa nom ade ser presa pelas sobre ditas comidas e bebidas [...]».⁽⁸⁵⁾

Várias vezes as Santas Casas viram-se na obrigação de auxiliar presos de outras regiões, o que significa que estariam em viagem e por alguma malfeitoria foram parar à cadeia. Foi o caso de Manuel dos Santos, marinheiro de Setúbal⁽⁸⁶⁾, de «Francisco Paiva [...] pobre e desamparado e estrangeiro»⁽⁸⁷⁾

(83) Confira-se Magalhães, António, «Estrangeiros numa Vila Litoral...», p. 253.

(84) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de acórdãos de 04 de Junho de 1559 a 18 de Abril de 1728*, nº 3.24.3.3, fl. 192.

(85) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Estatutos 1674*, nº 3.27.5 cx. 3-59, fl. 23.

(86) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de acórdãos de 04 de Junho de 1728 a 30 de Junho de 1757*, nº 3.24.3.4, fl. 219.

(87) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1662-1676*, nº 8, fl. 241v.

e de «Hierónimo Bajeto de nação genovês»,⁽⁸⁸⁾ a quem as Santas Casas de Viana da Foz do Lima e Braga aceitaram as petições para fazer correr os seus livramentos. Em Coimbra, na cadeia da Portagem, 20% dos presos masculinos e 45% das femininas eram imigrantes na cidade. Números altos e que se explicam pela falta de um suporte familiar, o que lhes permitia ou levava a enveredarem por caminhos considerados menos corretos, como se pode ver pelas mulheres, que em grande parte se dedicavam à prostituição.⁽⁸⁹⁾

Auxiliar os presos tornava-se, assim, uma obra de caridade muito nobre, uma vez que dentro da cadeia o pobre aumentava a sua pobreza. As condições das cadeias portuguesas eram hediondas. Não havia higiene e os edifícios além de insalubres aparentavam ruína. Eram, por isso, locais de enorme propagação de doenças.⁽⁹⁰⁾ Os presos, sem bens próprios e impedidos de trabalhar, viam-se obrigados a pagar o cárcere, a alimentação, o vestuário e tudo o que mais lhe fizesse falta.⁽⁹¹⁾ Dependiam, por isso, da caridade alheia para se alimentarem e até para beberem água, sendo auxiliados pelas Santas Casas para cobrir estas necessidades. A Misericórdia de Ponte de Lima registava, semanalmente, a despesa de dar carne aos presos e o salário da mulher que lhes levava água.⁽⁹²⁾ Segundo Laurinda Abreu, existiria uma grande taxa de sucesso por parte das Misericórdias na libertação dos presos, conseguindo solucionar 50% dos pedidos que lhes chegavam.⁽⁹³⁾

Muitos cativos quando se viam libertos iam em peregrinação a algum santuário, para agradecerem ao santo com o qual se apegaram aquando do seu

(88) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 166v.

(89) Leia-se a propósito Lopes, Maria Antónia, «Dos campos para Coimbra...», pp. 22-23.

(90) Sobre o estado das cadeias veja-se, para o caso de Coimbra, Lopes, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», In Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 1-12.

(91) Magalhães, António, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias...», pp. 143-148.

(92) Para a assistência prestada pela Misericórdia de Coimbra aos presos veja-se Lopes, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional...», p. 15.

(93) Sobre o ajuda das Misericórdias aos presos veja-se Abreu, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014, pp. 285-334.

cativeiro.⁽⁹⁴⁾ Embora a libertação de cativos fosse em Portugal prerrogativa da Ordem da Santíssima Trindade, era comum aparecerem nas Misericórdias pessoas a pedir para os resgatar. Estes indivíduos, normalmente portugueses, feitos cativos em África ou vice-versa, eram vítimas de um negócio de resgates, levado a cabo por ambas as partes. A libertação destas pessoas estava sujeita ao pagamento de uma quantia que os pobres não possuíam e, para a juntarem, corriam o reino a pedir pelas casas de caridade. Existiam, mesmo, ordens religiosas que se dedicavam a acudir a estes indivíduos, como os Trinitários.⁽⁹⁵⁾ A Coroa possuía, também, indivíduos cuja função era fazer peditórios pelo reino, para esse fim, os denominados mamposteiros dos cativos. No entanto, por várias vezes, a Santa Casa de Braga aceitou dar esmolas a pessoas que, individualmente, andavam a pedir para libertar familiares cativos.⁽⁹⁶⁾ Como podemos verificar, as Misericórdias eram procuradas pelas pessoas mais desprotegidas e frágeis da sociedade, encontrando nelas ajuda para vários problemas.⁽⁹⁷⁾

Utilizamos, nas análises supra, essencialmente os dados extraídos dos registos da Misericórdia de Braga por serem os mais consistentes, uma vez que os assentos são bastante detalhados, dando-nos a possibilidade de trabalhar com maior segurança os elementos neles contidos.

(94) Sobre as questões de Fé, no Período Moderno, veja-se Penteadó, Pedro, «Peregrinações e Santuários», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, p. 349.

(95) Consulte-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 22.

(96) Consulte-se Magalhães, António de, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias...», pp. 150-152.

(97) Sobre a presença de estrangeiros na vila de Viana da Foz do Lima leia-se Magalhães, António, «Estrangeiros numa Vila Litoral. A intervenção da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no apoio a pobres de passagem (séculos XVI – XVIII)», in Ferreira, A.; Abreu, J.; Pinho, I; Costa, J. (coords.), *I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, p. 256.

3. O AUXÍLIO PRESTADO AOS VIAJANTES

As Misericórdias tinham, semanalmente, gastos com viajantes que dependiam das esmolas que estas confrarias lhe davam para conseguirem progredir no seu caminho e chegar ao destino. Por este motivo, as irmandades procuraram estabelecer limites de gastos com os passageiros, de forma a organizarem a sua despesa mensal e a que esta não extraviasse as receitas, como tantas vezes acontecia. Em 1635, a Santa Casa de Braga definia que de três mil e quinhentos reis

«[...] ficassem cu [sic] esmoler [...] mil e quinhentos [reis] para despender co [sic] pobres passageiros, cartas de gia e doentes de febres e mais doenças que não forem prolongadas [e] aos que trouxerem carta de gia dará a cada hua das pessoas que vier nessa hu vintém e mais petições dará des reis de esmola e avendo sobras as tomara a meza [...]».⁽⁹⁸⁾

Nas duas Misericórdias estudadas era prática comum dar 20 reis de esmola às cartas de guia, no entanto, em alguns casos, os passageiros recebiam de esmola apenas 10.⁽⁹⁹⁾ Relativamente à Misericórdia de Ponte de Lima verificou-se que a irmandade se viu obrigada a limitar o valor atribuído às cartas de guia. Em 1730, o provedor proibiu que passasse de um vintém, «exceto no caso de serem religiosos, podendo nestes casos a esmola ir até meio tostão».⁽¹⁰⁰⁾ Colocamos, no entanto, como exceção a Misericórdia de Ponte da

(98) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, 3º *Livro de Termos de 10 de Outubro de 1632 até 12 de Março de 1645*, nº 5, fls. 57-57v.

(99) Em Évora, no ano de 1657, Rute Pardal conclui que se mandava prover com 40 reis cada portador de carta de guia saído do hospital do Espírito Santo e com 20 reis os restantes. Veja-se Pardal, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora...*, 2013, p. 93.

(100) Sobre este assunto leia-se Araújo, Maria Marta Lobo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 653.

Barca que só um século mais tarde viria a atualizar a sua tabela de esmolos, em 1751, quando o provedor e irmãos em Mesa

«[...] asentaram de se dar desmola aos passageiros que trazem carta de guia hum vintém de esmola costuma por acharem a antiga [10 reis] deminuta e em nenhuma Misericórdia se dar tão deminuta esmola como nesta se dava [...]».⁽¹⁰¹⁾

Por outro lado, a Misericórdia de Braga ordenou, em 1722, que se aumentassem as esmolos a quem trouxesse carta de guia, passando esta a ser de meio tostão, ou seja, 50 reis.⁽¹⁰²⁾

O controle das esmolos era difícil, especialmente aquelas que eram entregues aos portadores de carta de guia, que pela urgência normalmente apresentada precisavam das petições acudidas de forma rápida, nem sempre podendo esperar que a Mesa se reunisse para avaliar a sua real necessidade.⁽¹⁰³⁾ No entanto, em 1610, a Misericórdia de Viana da Foz do Lima ordenou, precisamente que para evitar

«[...] daqui por diante muitos inconvenientes» quando fosse para esmolar pobres envergonhados, doentes e caminantes com cartas de guia, «as não faça nhuã pessoa particular nem pvedor por si só nem thezoureiro antes aquella contya que se ouver de dar de esmolla se passara por bilheta que ho pvedor dará nomeadamente por sua letra da peçoa et contia q. ouver de dar et em sua auzencia ho escrivão ou peçoa q. por elle servir [...]».⁽¹⁰⁴⁾

Relativamente a estes “passaportes de caridade”⁽¹⁰⁵⁾ além das informações que continham sobre o seu portador, sabemos que possuíam uma imagem da Virgem da Misericórdia, uma vez que em ata de 1775 a Santa Casa de

(101) ASCMPB, *Compromisso da Misericórdia de Lisboa* - 1674, nº 61, fl. 56.

(102) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 athe 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 247.

(103) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 athe 31 de Maio de 1723*, nº 11, fls. 80, 80v.

(104) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de acórdãos de 04 de Junho de 1559 a 18 de Abril de 1728*, nº 3.24.3.3, fl. 94.

(105) Terminologia utilizada por Marta Lobo e Alexandra Esteves. Confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridad: las “cartas de guía” de las Misericordias Portuguesas (Siglos XVII-XIX)», in *Estudios Humanísticos. Historia*. nº 6, 2007, pp. 207-225.

Braga ordenava a pintura de uma coroa na cabeça da dita Senhora que estava representada num quadro do altar mor, uma vez que se encontrava sem ela e:

«[...] ser indesente esta falta quando maiormente ella se acha em figura de Imperatris como na prezente acção e por isso em todas as Mizericórdias se acha deste modo, o que bem se persuada, porque não há carta de guia em que a pintura da Senhora não venha coroada como se vê nas que se pação desta caza [...]».⁽¹⁰⁶⁾

Alguns anos depois, em 1642, a Mesa da Santa Casa bracarense voltou a reiterar que «se desse cada somana para esmollaria sinco mil e trezentos reis por [terem agora] enfermos e passageiros...».⁽¹⁰⁷⁾ Estávamos em plena Guerra da Restauração e, como veremos, as dificuldades económicas fizeram sentir-se nas quatro instituições estudadas, uma vez que os impostos aumentaram para sustentar o exército, crescendo a pobreza das populações.⁽¹⁰⁸⁾ Julgamos, portanto, que as Santas Casas apesar das dificuldades acorreriam, primeiramente, os habitantes da vila ou cidade onde estavam estabelecidas e só depois os passageiros. Os critérios estariam relacionados com a capacidade de cada uma das instituições, embora «o sentimento de “pertença” à Casa Real e a vontade de serem participar no esforço nacional tê-las-á levado a disponibilizar bens, serviços e capitais à Coroa».⁽¹⁰⁹⁾

A Misericórdia de Braga revela bem as dificuldades que sentiu durante os anos 50 e 60 do século XVII, devido ao conflito. O provedor do hospital de São Marcos queixou-se, frequentemente, de não ter como auxiliar os muitos doentes que lhe chegavam, pedindo ajuda à Casa, como aconteceu em 1664, quando esta lhe deu 80 mil reis.⁽¹¹⁰⁾ No entanto, em agosto de 1672 a situação era de tal gravidade para a Misericórdia que, em Mesa, o provedor Domingos

(106) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 24 de Maio de 1769 athe 20 de Março de 1776*, nº 17, fl. 236.

(107) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *3º Livro de Termos de 10 de Outubro de 1632 athe 12 de Março de 1645*, nº 5, fl. 144v.

(108) Leite, António Sérgio Teixeira, «Contributo para o estudo da geografia da pobreza em Braga: a ação da Misericórdia na segunda metade do século XVII», in *A Intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos...*, p. 220.

(109) Araújo, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias E A Guerra Da Restauração: a contribuição financeira da Santa Casa do Porto: actas», in *JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS*, 2, Penafiel, Arquivo Municipal, 2009, p. 289.

(110) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1662-1676*, nº 8, fl. 59v.

Pereira de Távora e os irmãos assentaram cortar «estes dois meses de Agosto e Setembro a esmollaria em razão do gasto que se faz com os soldados e mais passageiros».⁽¹¹¹⁾ A guerra foi tremenda para as populações, especialmente as raianas, a ponto de um padre de Trás-os-Montes ter chegado a Braga a pedir esmola, por o inimigo lhe ter queimado todos os bens.⁽¹¹²⁾

Relativamente aos quantitativos das esmolas a Misericórdia de Braga, no início de 1652, procurou estabelecer um limite, definindo que «não se desse na esmollaria mais que cinco mil reis a saber os coatro mil seiscentos e noventa pera o Rol, e o mais pera passageiros e doentes».⁽¹¹³⁾ Estabeleceu-se, portanto, somente 310 reis para se gastar com doentes e passageiros, o que nunca foi cumprido, uma vez que todos os meses as despesas com passageiros atingiam vários milhares de reis. No entanto, havia exceções. No ano de 1649-50, a Misericórdia ajudou com 100 reis «João home veneziano grego de nasão»⁽¹¹⁴⁾ e com 50 reis «Tomas franses estrangeiro».⁽¹¹⁵⁾ Para não falar das cavalgadas que faziam sempre os gastos disparar. Uma cavalgada para Guimarães rondava os 120 reis e para Ponte de Lima 280.⁽¹¹⁶⁾ Quanto maior a distância, mais elevado era o custo das cavalgadas que, por vezes, chegavam aos 480, 600 ou 800 reis.⁽¹¹⁷⁾

A preocupação com a distinção entre falsos e verdadeiros pobres foi enorme na Época Moderna.⁽¹¹⁸⁾ Era comum os “ociosos, vagabundos e malfeitores” aproveitarem-se da caridade sendo, por isso, necessário encontrar formas de os controlar, como vimos no capítulo precedente. Uma delas foi a passagem de cartas de guia. Em Mesa de 1632, a Santa Casa de Braga abordou o assunto, ordenando que:

(111) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1662-1676*, nº 8, fl. 15v.

(112) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1662-1676*, nº 8, fl. 21v.

(113) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *3º Livro de Termos de 10 de Outubro de 1632 athe 12 de Março de 1645*, nº 5, fl. 131v.

(114) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza 1647-1653*, nº 664, fl. 108v.

(115) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza 1647-1653*, nº 664, fl. 112v.

(116) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza 1619-1620*, nº 660.

(117) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza 1749-1750*, nº 671.

(118) Sobre a pobreza e as dificuldades enfrentadas pelas sociedades para lidarem com a mesma confira-se Woolf, Stuart, *Los Pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

«[...] tanto que na dita mesa e serviço della entrarem os irmãos novamente elleitos que [...] se mandasse hua carta de gia assinada por eles a casa da Santa Misericordia de Lixboa para com ella cotejarem para com isso se atalhar o se falsificare como faziam té agora [...]».⁽¹¹⁹⁾

Grande parte dos viajantes utilizava, portanto, a carta de guia para atestar a sua necessidade de auxílio o que lhes garantia, quase sempre, uma esmola de 20 reis. Por outro lado, os denominados “passageiros” que não traziam este documento eram “esmolados” frequentemente com 10 reis como já vimos. Em agosto de 1655, a Santa Casa de Braga explicita precisamente esta questão, dizendo:

«[...] que para evitar envençois com que muitas vezes vem gente bagabunda e estrangeira com cartas de guia e sem ella hua e muitas vezes que para melhor conhecimento delles corresse com a esmollaria destes tais em todo este anno hu irmão só [...] com declaração que aos passageiros sem cavaladura, ou sem carta de guia, não dará mais que hum vintém [...]».⁽¹²⁰⁾

Contudo, o uso excessivo destes documentos tornou-se problemático. A Misericórdia de Santarém conservou um testemunho onde essa questão está registada. Numa reunião da Mesa, já em meados do século XVIII, os irmãos debateram-se com um ofício expedido pela Santa Casa de Braga onde se falava do uso exagerado destes “passaportes de caridade” e exigiam que estes passassem a fazer uma descrição minuciosa dos seus portadores, tornando a sua identificação clara de modo a que as cartas de guia não pudessem ser transmitidas a terceiros.⁽¹²¹⁾

(119) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1598-1632*, nº 4, fl. 134 v.

(120) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 21 de Dezembro de 1653 athe 20 de Dezembro de 1661*, nº 7, fls. 43-43v.

(121) Leia-se a propósito Rodrigues, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004, p. 252.

4. AS CASAS DOS PASSAGEIROS

O trabalho das Misericórdias não se cingia a dar esmolas aos passageiros. Algumas delas, entre as quais a de Braga, Ponte de Lima e Viana da Foz do Lima acolhiam-nos “dentro de portas”, permitindo-lhes pernoitar e recuperar, em caso de doença. É necessário salientar que a pernoita era o maior auxílio prestado pelas Santas Casas aos viajantes, uma vez que lhes permitia descansar num local onde estavam, aparentemente, em segurança. Por norma, os viajantes ficavam num dos hospitais pertencentes às Misericórdias e separados dos doentes. Este afastamento foi, aliás, implementado em inícios do século XVI, quando surgiram locais específicos para passageiros, no interior dos hospitais, estabelecendo-se uma separação dos doentes.⁽¹²²⁾ No hospital de São Marcos os passageiros ficavam numa sala, na ala esquerda do rés-o-chão, ao lado da porta principal, assim os viandantes entravam e saiam sem calcorrear mais espaço que o essencial. Para assegurar o bom funcionamento destes locais havia assalariados a desempenhar a função de hospitaleiros dos peregrinos. Em 1651, a Misericórdia de Braga readmitiu o hospitaleiro Francisco Afonço, após este ter sido despedido, uma vez que «Madanella Soares, [tinha] dous officios incompatíveis dos passageiros perigrinos, e enfermeira dos doentes». Francisco Afonço ficou, então, responsável pelo tratamento dos enfermos.⁽¹²³⁾

(122) Sá, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. 3..., 2004, p. 9.

(123) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 14 de Março de 1645 athe 7 de Dezembro de 1653*, nº 6, fls. 121-121v.



Figura 5 – Fotografia aérea do Hospital de São Marcos

Fonte: Google Earth

O “hospital de fora” de Ponte de Lima, apesar de ter rendas próprias, era muito pobre e, em 1603, acabou por ser integrado na Misericórdia da vila, tendo sido remodelado em meados do mesmo século, por ordem dos irmãos da Santa Casa.⁽¹²⁴⁾ Ali podiam ficar os viajantes por apenas três noites. Foram os próprios instituidores que, em vida, asseguraram as despesas do hospital e o dotaram de bens próprios.⁽¹²⁵⁾

Vejamos, em termos comparativos, o que acontecia, no mesmo período, em outras Misericórdias minhotas e em algumas instituições assistências espanholas.

Na vila de Ponte da Barca, a sua Santa Casa, não possuía hospital no século XVII. É possível que a confraria auxiliasse os viajantes monetariamente e que estes pernoitassem no hospital fundado, em 1590, por D. Isabel de Meneses para abrigar os peregrinos de Santiago. Este ficaria em funcionamento pelo menos até 1700, não havendo mais referências, sobre ele, a partir desta data. Só em 1748 é que a Santa Casa passou a ter hospital próprio para acudir os

(124) Sobre o hospital de Ponte de Lima confira-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial», in *Actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Risco e Desafios*, Braga, 2006, p. 490.

(125) Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 373.

doentes, com apenas duas camas.⁽¹²⁶⁾ Também, em Viana da Foz do Lima o “hospital velho”, antigo hospital da vila, permaneceu em funcionamento a par do da Santa Casa da Misericórdia. Em 1587, a Misericórdia iniciou a construção do seu próprio hospital que só ficou pronto em 1603.⁽¹²⁷⁾ Neste, havia um espaço dedicado ao acolhimento de romeiros.⁽¹²⁸⁾ No entanto, os peregrinos pernoitariam no antigo hospital, a acreditar na decisão da Mesa de 22 de junho 1672, a propósito da obrigação de Bento da Rocha Pereira «prover o ospital velho com doze mantas e 12 enxergons, e mais couzas necessarias [...] para ser em utilidade dos pobres paçajeiros que ahi se agazalhavão».⁽¹²⁹⁾

Contudo, nem todos aqueles que batiam à porta dos hospitais conseguiam ser atendidos. Em Oviedo, em finais do século XVIII, por exemplo, os peregrinos só podiam ficar uma noite no hospital e caso algum tivesse dormido fora dele o hospitaleiro não o devia aceitar na noite seguinte.⁽¹³⁰⁾ Em Santiago de Compostela, o forte fluxo de peregrinos levou os reis católicos a mandarem erigir o hospital Real. Este, em 1546, possuía 44 camas para romeiros que poderiam ser ocupadas por três dias apenas, contra 181 ocupadas por enfermos.⁽¹³¹⁾

A estância de homens e mulheres na “casa dos peregrinos” nem sempre foi pacífica, tendo sido até, por vezes, bastante problemática. No estudo das visitas e devassas feitas ao hospital de São Marcos apurou-se que, logo em 1654, os peregrinos não eram bem-recebidos, uma vez que lhes faltava palha para dormirem, azeite para terem luz e lenha para se aquecerem. Havia ainda queixas do barulho que eles faziam e de ficarem mais tempo que o permitido, situação que também motivava descontentamento no hospital de Portel.⁽¹³²⁾

(126) Relativamente ao hospital de Ponte de Lima veja-se Pereira, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008, pp. 279-280.

(127) Leia-se, a propósito do hospital de Viana da Foz do Lima, Magalhães, António, *Práticas de Caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima...*, pp. 226-228.

(128) Confira-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., p. 66.

(129) ADVC, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, *Livro de actas de 04 de Junho de 1559 a 18 de Abril de 1728*, nº 3.24.3.3, fls. 174-174v.

(130) Sobre o hospital de Oviedo veja-se Roberto López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII»..., p. 137.

(131) Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos...*, p. 175.

(132) Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga...», p. 254.

No ano seguinte, nova devassa em São Marcos e mais uma vez houve lamúrias por falta de palha, a qual não era suficiente para o volume de pessoas albergadas. Ficou também estabelecido que as portas do hospital fossem fechadas à noite, de forma a evitar o constante vai e vem de pessoas, madrugadas dentro. Na devassa de 1659, em plena Guerra da Restauração, a queixa era devido aos muitos vagabundos disfarçados de peregrinos que ocupavam as instalações do hospital e andavam amancebados lá dentro, urgindo ter mão neles.⁽¹³³⁾ Contudo, em 1718, a Mesa da Misericórdia reconhecia, em São Marcos, outro problema bastante grave. Homens e mulheres passageiros, não sendo casados, dormiam juntos na casa dos peregrinos. Foram, então, mandados separar, ordenando-se para isso que

«[...] se soalhace a caza que ficava junto ao Hospitaleiro de fora e que este quando fossem oras de dormir fizesse apartar as mulheres para se recolherem na dita caza e não consentisse que na antiga dos peregrinos ficasse mulher alguma [...]».⁽¹³⁴⁾

Mas esta não era a única dificuldade. Ainda no mesmo ano se dava conta de outra. Tal como vimos nas devassas do século anterior, muitos passageiros continuavam a permanecer mais tempo que o devido no hospital, o que fazia aumentar os gastos da instituição, pelo que se estabeleceu que o hospitaleiro os deixasse ficar apenas por três dias e se algum, passado o prazo de estadia, se recusasse a sair, seria obrigado a dar «parte logo ao provedor ou tizoureiro para lhe dar o remedio conveniente a sua saída».⁽¹³⁵⁾ É importante ressaltar que a partir de 2 de Julho de 1718 era provedor D. Luís Álvares de Figueiredo, bispo de Dranapólis que, a julgar pelas atas da Mesa, parece ter tido como intenção acabar com todos os antigos maus hábitos da casa, tornando o seu funcionamento muito mais eficaz e equiparado a outras Misericórdias.⁽¹³⁶⁾ No entanto, foi o cónego Manuel Pereira de Araújo que, em 1726, enquanto provedor, mandou reformar a “casa dos passageiros”, ordenando que lá se colocassem catres, camas e enxergões, por ela estar muito pouco apetrechada

(133) Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», pp. 253-256.

(134) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 161.

(135) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 170.

(136) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fls. 177-178v.

e mandou também proceder à limpeza da mesma, por estar «pouco decente para nella se recolherem os pobres».⁽¹³⁷⁾ O estado de degradação deste local deveria ser grande, uma vez que são feitos consertos e melhoramentos com alguma recorrência, como aconteceu, em 1741.⁽¹³⁸⁾ Contudo, em 1742, continuavam a existir queixas de homens e mulheres a dormirem juntos e de as portas permanecerem continuamente abertas, pondo em causa, além do bom nome da instituição, a sua segurança.⁽¹³⁹⁾

A espreteza de alguns hospitaleiros também dificultava a pernoita dos peregrinos. Foi o que aconteceu em 1731 quando o mesmo ocupou a casa dos passageiros para desenvolver o seu serviço de sapateiro. Por ordem superior viu-se, no entanto, obrigado a libertar a casa dos objetos do seu ofício, no prazo de dois dias.⁽¹⁴⁰⁾

O cargo de “hospitaleiro de fora” deu grandes problemas à Santa Casa de Braga. Em 1740 foi publicado um edital para contratar um homem para cuidar dos passageiros,⁽¹⁴¹⁾ e logo no ano seguinte o mesmo foi despedido por não cumprir a sua obrigação.⁽¹⁴²⁾ Nos anos posteriores, contudo, o hospitaleiro dos peregrinos parece ter desempenhado o seu trabalho com maior esmero a ponto de, em 1747, a Misericórdia o ter presenteado com 3.200 reis, «à conta do trabalho que tem na dita ocupação».⁽¹⁴³⁾ Contudo, em 1748, o dito hospitaleiro acabou expulso, sendo substituído pelo boticário do hospital.⁽¹⁴⁴⁾

Julgamos, portanto, que ocupar este cargo seria difícil e trabalhoso. A dificuldade em lidar com os peregrinos levaria, por vezes, ao esgotamento

(137) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 31 de Maio de 1723 athe 17 de Janeiro de 1734*, nº 12, fls. 121v.-122.

(138) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 athe 26 de Março de 1694*, nº 13, fls. 248v.-249.

(139) Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga...», p. 257.

(140) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 31 de Maio de 1723 athe 17 de Janeiro de 1734*, nº 12, fls. 252-253v.

(141) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 athe 26 de Março de 1694*, nº 13, fls. 221-221v.

(142) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 athe 26 de Março de 1694*, nº 13, fl. 261.

(143) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 30 de Março de 1746 athe 7 de Junho de 1751*, nº 14, fl. 46v.

(144) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 30 de Março de 1746 athe 7 de Junho de 1751*, nº 14, fls. 113-114v.

dos hospitaleiros. Conseguir um homem com perfil adequado para estas funções não era tarefa fácil, possivelmente, por ninguém querer protagonizar episódios como o sucedido em 1781 quando, numa devassa, o hospitaleiro João Batista foi acusado de agredir fisicamente um peregrino.⁽¹⁴⁵⁾ A acusação foi feita pelo cirurgião. Eram comuns as rivalidades e os conflitos entre os assalariados da instituição.⁽¹⁴⁶⁾ No entanto, não é de estranhar que o episódio tenha sido real e entre os variadíssimos motivos que o podem ter provocado poderia estar o álcool ou a desobediência às regras do hospital.

A par da pernoita, os passageiros poderiam receber, em algumas situações, refeições. No entanto, isto verificar-se-ia, quase sempre, apenas em caso de doença e internamento na enfermaria. Nas restantes situações, a esmola seria usada para adquirir alimentação ou, em casos como o da Santa Casa de Braga, alguns passageiros podiam cozinhar.⁽¹⁴⁷⁾ Também em Viana da Foz do Lima, a Misericórdia oferecia aos romeiros abrigo, esmola, mas também cuidados de higiene, medicamentos para a feridas dos pés e uma refeição, uma vez que podiam partilhar da «sopa dos pobres», no dia de chegada. Aqui os viajantes só podiam ficar por uma noite, contrariamente a Braga e a outras Misericórdias, onde pernoitavam três. No mosteiro de San Isidoro de León em Espanha, por exemplo, os peregrinos tinham direito a alimentação, partilhando com os monges as refeições.⁽¹⁴⁸⁾

Antes de iniciarem a sua jornada diária, os peregrinos assistiam à missa. Contudo, nem sempre foi fácil para as Misericórdias assegurarem a existência destas celebrações. Na Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, em reunião de uma Mesa em 1763, os capelães das missas “de alva” apresentaram

(145) Veja-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», p. 259.

(146) A título de exemplo, podemos referir um episódio bem ilustrativo destas conflitualidades ocorrido em 1656. Neste ano, o provedor e os irmãos da Santa Casa de Braga sentiram obrigação de gerir as desavenças entre o hospitaleiro de São Marcos e a enfermeira, sua sogra. Ele era acusado de não a ajudar, mas «antes a enquietar». O genro foi, então, mudado de ofício, sendo transferido para o exterior da enfermaria e encarregue de guardar a porta do hospital e a lâmpada da igreja dos peregrinos. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Dezembro de 1653 até 20 de Dezembro de 1661*, nº 7, fls. 73v.-74.

(147) Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga....», p. 237.

(148) Sobre o San Isidoro de León veja-se Suárez González, Ana, «La hospitalidade en San Isidoro de León según los manuscritos de su archivo (siglos XII-XIII)», in Otero, Horacio (coord.), *El Camino de Santiago, la hospitalidad monástica y las peregrinaciones*, Santiago Salamanca, Junta de Castilla y León e Consejería de Cultura y Turismo, 1992, p. 61.

uma petição para o aumento do seu pagamento. Os mesários decidiram, então, que se lhes aumentasse a esmola para 120 reis e ordenaram ainda que os ditos padres fossem «advertidos de que por serem aquellas missas que buscavão os invergonados e viageiros não ouvesse falta na satisfação, e que se ouvesse ficava ao arbítrio da meza multalos ou despedilos [...]».⁽¹⁴⁹⁾

Situação análoga aconteceu em 1751, na Santa Casa de Viana da Foz do Lima quando esta ordenou que se dissesse uma missa ao meio-dia para servir as muitas pessoas que passavam pela vila, em direção a diversos destinos. Posteriormente, acordou-se que o celebrante recebesse 150 reis, por cada eucaristia.



Figura 6 – Antiga porta que estabelecia a ligação entre o interior da igreja e o claustro do hospital de São Marcos
Fotografia da autora

(149) ASCMPL, *Livro dos Cabidos Gerais 1641-1764*, nº 2, fl. 249v.

5. AS DESPESAS DAS SANTAS CASAS DE BRAGA E PONTE DE LIMA COM A POPULAÇÃO EM TRÂNSITO, NA ÉPOCA MODERNA

Para a análise das despesas nas duas instituições em causa, ao longo dos séculos XVII e XVIII, elegemos como metodologia o levantamento dos registos de dez em dez anos. Desta forma, conseguimos obter uma visão das oscilações dos gastos, por década, nos 200 anos em estudo. No entanto, verificámos que, alguma vezes, surgiram discrepâncias significativas de um ano para o seguinte. Nestes casos, optámos por estudar os dois, embora pertençam à mesma década, de forma a mostrar que nem sempre há uma linearidade nas despesas, o que poderá ser explicado pela variação anual de viajantes ou pelas maiores ou menores capacidades económicas das instituições, para auxiliarem estes necessitados.

O mês de julho era dos mais procurados pelos peregrinos para irem a Santiago de Compostela, por ser o mês em que se celebrava a festa do apóstolo, mas também porque era tempo de Verão, pelo que encontrariam condições meteorológicas mais favoráveis. Como os dias eram maiores, podiam caminhar durante mais tempo. A pausa dos trabalhos agrícolas, neste período, também libertava os camponeses destes afazeres e favorecia a viagem. Relativamente à variação anual de viajantes, em finais de quinhentos, os surtos de peste levavam à restrição da circulação de pessoas; a perseguição de Filipe II aos apoiantes de D. António Prior do Crato, que se havia refugiado em Viana da Foz do Lima antes da fuga para as ilhas; e a guerra da Restauração, com os exércitos estacionados na fronteira minhota a provocarem razias permanentes

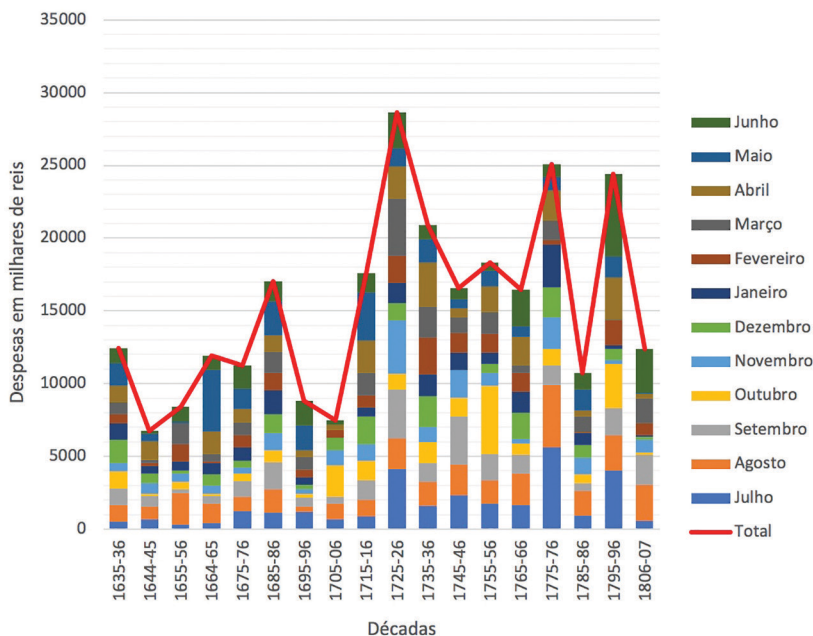
às vilas de uma e outra parte, terão sido alguns dos indicadores que afastaram os peregrinos e viajantes do Minho.⁽¹⁵⁰⁾

Apesar de o nosso estudo não contemplar o século XVI, por serem muito escassos os registos da Misericórdia para esse período, optamos por apresentar os resultados de Manuel Moreira, relativos a esse espaço temporal. Nos anos administrativos entre 1529-30 e 1698-99 os gastos foram variáveis, no entanto, as despesas mais baixas registaram-se em 1529-30, sendo de apenas 30 reis; e em 1534-35, com 300 reis; e 400 reis em 1555-56. Todas as restantes andaram na casa dos milhares, embora os anos de 1572 a 1574 e 1788 a 1799 apresentassem despesas na ordem da dezena de milhares, sendo os mais elevados gastos com viajantes registados no ano administrativo de 1595-1596, atingindo o valor de 28.504 reis. Em julho de 1588, a Armada Invencível fez surgir, a partir de novembro desse ano na Misericórdia vianense, sobreviventes que estavam de regresso a casa. Até 1593 houve, pontualmente, indivíduos ajudados e designados por sobreviventes da armada.⁽¹⁵¹⁾

(150) Veja-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., pp. 61, 68.

(151) Também em 1589, 11 anos depois da batalha de Alcácer-Quibir, a Misericórdia auxiliou um nobre que ficara cativo da dita batalha e viajava sozinho e doente. A propósito confira-se Moreira, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago»..., pp. 67, 69.

Gráfico 4 - Evolução das despesas com passageiros e sazonalidade das mesmas, na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ASCMPL, *Livros de Receita e Despesa*, nº453, 475B, 465, 471, 482, 490A, 497, 508, 517, 525, 532, 541, 550, 559, 567, 575, 578, 580.

Na Santa Casa de Ponte de Lima as despesas com os viajantes foram superiores no século XVIII. Fica clara a diminuição das despesas no período correspondente à Guerra da Restauração, à semelhança do que temos verificado nas anteriores instituições.

Sabemos que no século XVIII a Misericórdia de Ponte de Lima registou um claro aumento nas despesas com as esmolas dos pobres, verificando-se, igualmente, que a instituição «passava muitas cartas de guia, sobretudo na primeira metade do século».⁽¹⁵²⁾ Em 1762, a Misericórdia limiana estava numa situação de grande penúria. A Casa não tinha dinheiro para as despesas ordinárias que costumava fazer e «os devedores avizados pelo discurso destes quarenta dias, talvez pela penúria dos tempos não acodem aos pagamentos»,⁽¹⁵³⁾ o provedor José Gonçalves de Faria demonstrava, então, a urgên-

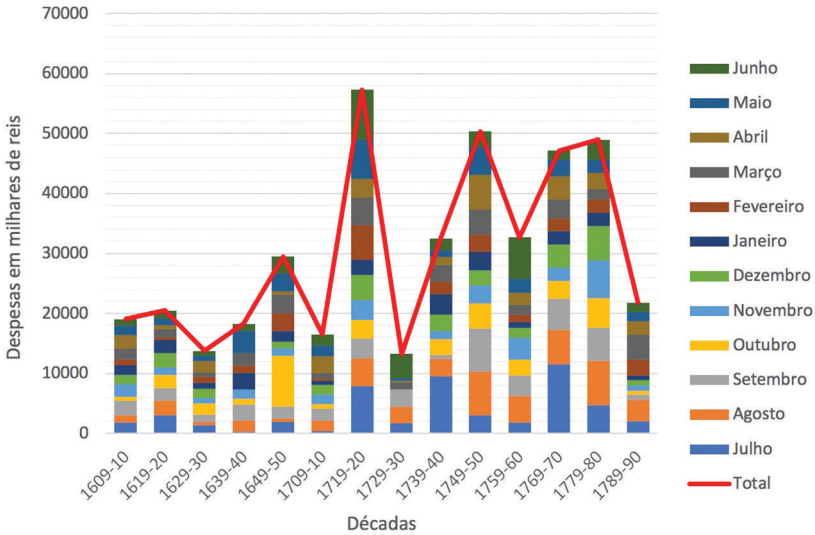
(152) Leia-se Araújo, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus...*, p. 653.

(153) ASCMPL, *Cabidos gerais – principia em 1641. Fim 1764*, nº 2 fls. 247-247v.

cia da instituição encontrar uma solução para receber as dívidas em atraso, de forma a manter as portas abertas. Uma vez mais, os pobres e peregrinos eram passados para um segundo plano, pois seria «escandaloso» continuar a ajudá-los. Neste período, a Santa Casa assistiu ao crescimento das despesas com o seu hospital, o “hospital da Casa”, permanentemente sobrelotado, deixando uma margem muito pequena das suas finanças disponíveis para socorrer outros pobres.

Também por esta altura, devidos a fatores diversos, como epidemias e dificuldades agrícolas, muitas pessoas caíram na pobreza, não conseguindo pagar os empréstimos que andavam a juro.⁽¹⁵⁴⁾ Em 1770, o provedor e os irmãos constataram que a despesa da Santa Casa nunca havia sido tão grande como nesse ano e não tendo dinheiro no cofre viam-se obrigados a recorrer a credores.⁽¹⁵⁵⁾ De credora, a Misericórdia de Ponte de Lima foi, assim, arrastada para a condição de devedora.

Gráfico 5 - Evolução das despesas com passageiros e sazonalidade das mesmas, na Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, *Livros de Despesas do Thesoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674.

(154) Para as dificuldades financeiras das Misericórdias no século XVIII, leia-se Sá, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas...*, p. 76.

(155) ASCMPL, *Livro dos Cabidos Gerais que principia este anno de 1764*, nº 3 fl. 28.

Excluimos do gráfico 5 os anos entre 1659 e 1700, pois as rúbricas das suas despesas referem apenas gastos em “esmolaria extraordinária”, não mencionando passageiros. É certo que estes se encontrariam incluídos sob este género de esmolos, contudo não conseguíamos identificar a fatia que lhe correspondia, o que inflacionava bastante os valores. Decidimos, por isso, não representar esse período.

As primeiras quatro décadas de seiscentos, na Misericórdia de Braga, registaram poucas despesas com viajantes o que poderia estar relacionado com as pesadas tributações impostas durante os reinados dos Filipes, mas não só. Neste período, o número de legados não era ainda tão elevado como na segunda metade do século, pelo que a Santa Casa teria menores capacidades financeiras para atribuir esmolos. Agravava esta situação o facto da Misericórdia ter elevados gastos com o hospital de São Marcos e no curativo dos doentes.

O ano de 1609 também não tinha sido pacífico, na cidade. A população estava descontente com as edificações e obras que o seu arcebispo, D. Agostinho de Jesus (1588-1609), havia feito e, revoltada invadiu e destruiu os jardins do arcebispado e do convento do Pópulo.⁽¹⁵⁶⁾

Em 1709 e 1710, os livros de despesas registaram uma passagem abundante de soldados pela cidade. Não é de estranhar, uma vez que estariam a servir na Guerra da Sucessão espanhola. Entre eles, havia portugueses e estrangeiros, muitos dos quais haviam ficado prisioneiros na Galiza, como António Nunnes que «veio prisioneiro da Batalha de Almança e passou por galiza [...] trazia carta de guia de Vianna» e recebeu 240 reis na Santa Casa de Braga.⁽¹⁵⁷⁾

As dificuldades financeiras estiveram, na maior parte das vezes, a ensombrar o apoio da Misericórdia de Braga aos seus assistidos. O estado de endividamento da Casa e do hospital de São Marcos, em junho de 1706, levou os irmãos a suspender as esmolos pelos meses seguintes, de forma a equilibrarem as contas da instituição.⁽¹⁵⁸⁾ Cinco anos depois, o hospital continuava em dificuldades e a Santa Casa viu-se obrigada a injetar-lhe 400 mil reis por,

(156) Sobre os descontentamentos em Braga veja-se Oliveira, António de, *Movimentos Sociais e Poder...*, pp. 54-60.

(157) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Despesas do thezoureiro de 1702 a 1711*, nº 669, fl. 170v.

(158) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 02 de Junho de 1694 athe 24 de Abril de 1709*, nº 10, fls. 247-247v.

nesse ano, ter entrado nele «muita contidade de doentes e os mantimentos era exervitantes [sic] preços e as galinhas muito carissimas».⁽¹⁵⁹⁾

Na primeira metade do ano de 1714 a Misericórdia, mais uma vez, não deu esmolas a pobres, mas sim apenas a doentes e passageiros.⁽¹⁶⁰⁾ Fica evidente que a confraria, perante a necessidade de reduzir as despesas com os assistidos, optou por excluir das suas prioridades os pobres do rol para atender às necessidades daqueles que não tinham outra forma de apoio, os doentes que precisavam do seu hospital e os passageiros que necessitavam do seu abrigo e da sua esmola. Os restantes pobres, como já teriam a sua condição sobejamente conhecida, tinham a possibilidade de ser ajudados por outras entidades da cidade que, desta forma, complementavam o papel da Santa Casa. Falamos do arcebispo, de algumas confrarias que ajudavam os seus irmãos, tal como a Ordem Terceira, e de alguns particulares. A Ordem Terceira auxiliava apenas os passageiros que apresentassem a «patente», provando ser irmãos da ordem. Este documento equivaleria, grosso modo, às cartas de guia passadas pelas Misericórdias, embora tivesse a particularidade de vincular o seu possuidor à Ordem e de possibilitar outras oportunidades que as cartas de guia não possuíam.⁽¹⁶¹⁾

O ano administrativo de 1719-20 é, seguramente, o que mais detalhe possui nos seus registos, documentando individualmente cada um dos passageiros assistidos, conhecendo-se, nos seus doze meses, 707 viajantes.⁽¹⁶²⁾ Embora não o tenhamos conseguido confirmar, através dos anos analisados, o fluxo de passageiros aumentaria nos anos santos jacobeus, devido ao aumento dos peregrinos que rumariam a Santiago de Compostela. No hospital Real de Santiago «la cifra media de peregrinos sanos y enfermos fue de 103 entre 1631 y 1643, ascendio a 485 entre 1655 y 1662 para bajar a 136 entre 1675 y 1679, mas [...] los años santos atrajeron a un número mayor – 537 en 1655, 567 en 1660, incrementos constatables también en 1571, 1802».⁽¹⁶³⁾

(159) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723*, nº 11, fl. 48v.

(160) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 2 de Julho de 1694 até 24 de Maio de 1709*, nº 10, fl. 98.

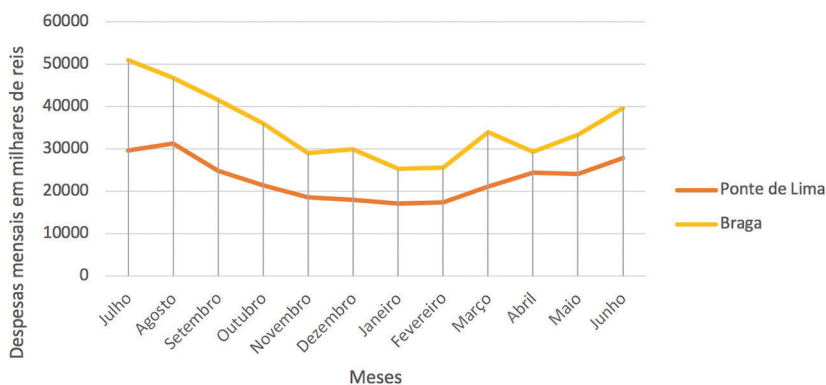
(161) Moraes, Juliana de Mello, «Peregrinos e viajantes no Norte de Portugal - As esmolas distribuídas pela Ordem Terceira Franciscana de Braga aos irmãos «passageiros» (1720-1816)», in *Cultura, Espaço & Memória*, CEM, nº 1, 2013, p. 266.

(162) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Despeza da Santa Casa 1719-1720*, nº 670, fls. 265-309.

(163) Barreiro Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos...*, p. 175.

A baixa despesa registada no ano administrativo de 1729-30 está relacionada com a inexistência de gastos com viajantes nos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Ou seja, durante metade do ano não foram dadas esmolas a passageiros. Levantamos duas hipóteses: ou efetivamente não se registou a passagem de viandantes durante estes cinco meses, o que estranhámos tendo em conta a localização da confraria; ou, embora não tenhamos encontrado termos da Mesa que o referissem a Misericórdia, devido a dificuldades financeiras, restringiu as esmolas a viajantes.

Gráfico 6 - Análise comparativa da evolução das despesas mensais, com passageiros, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, *Livros de Despesas do Thesoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674; ASCMPL, *Livros de Receita e Despesa*, nº453, 475B, 465, 471, 482, 490A, 497, 508, 517, 525, 532, 541, 550, 559, 567, 575, 578, 580;

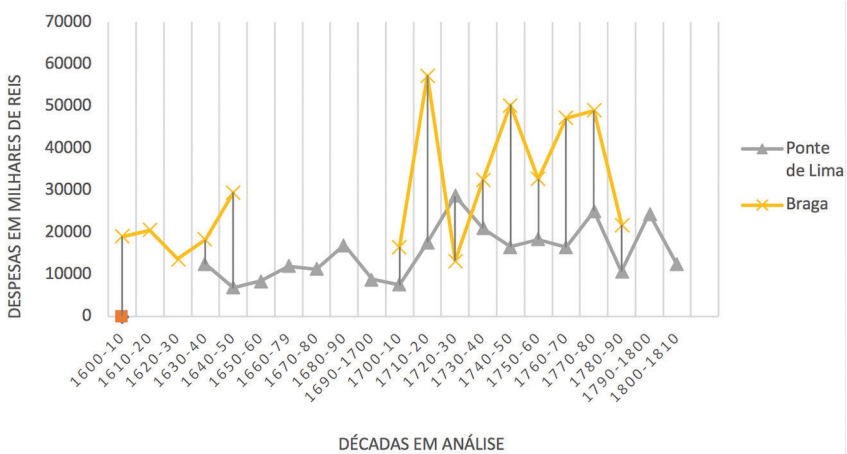
Relativamente à sazonalidade das esmolas, se analisarmos comparativamente as duas instituições, conseguimos encontrar algumas semelhanças. Os meses que registam maiores picos de viajantes auxiliados são junho, julho e agosto. Por outro lado, os menores fluxos correspondem aos meses de Inverno, dezembro, janeiro e fevereiro. Nota-se, claramente, uma relação entre os períodos de maior circulação de pessoas e as estações do ano.

O início da Primavera abriria portas ao aumento do número de passageiros em circulação, pelo que os fluxos de viajantes eram superiores no tempo de Primavera-Verão e final do Outono. Os primeiros coincidem com os períodos em que o clima era mais propício para viajar e os segundos com as pausas dos trabalhos agrícolas. Setembro, pelo contrário, é o mês mais atarefado

do calendário agrícola, uma vez que junta várias colheitas, e apresentou no gráfico uma diminuição das despesas motivada, possivelmente, pelo menor número de pessoas em trânsito.

Em Coimbra, entre 1750-1850, o mês em que se gastava mais com cartas de guia e cavalgadas era junho e os meses de menores gastos eram dezembro, janeiro e fevereiro. Havia, portanto, uma maior mobilidade nos meses de Primavera e Verão que no Inverno. Entre agosto e novembro eram despachadas muitas cavalgadas para pessoas que se dirigiam às Caldas da Rainha, para fazer caldas.⁽¹⁶⁴⁾ Grosso modo, os dados recolhidos para Coimbra coincidem com os recolhidos em Braga e Ponte de Lima.

Gráfico 7 - Análise comparativa da evolução das despesas com passageiros, por década, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, *Livros de Despesas do Thesoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674; ASCMPL, *Livros de Receita e Despesa*, nº453, 475B, 465, 471, 482, 490A, 497, 508, 517, 525, 532, 541, 550, 559, 567, 575, 578, 580.

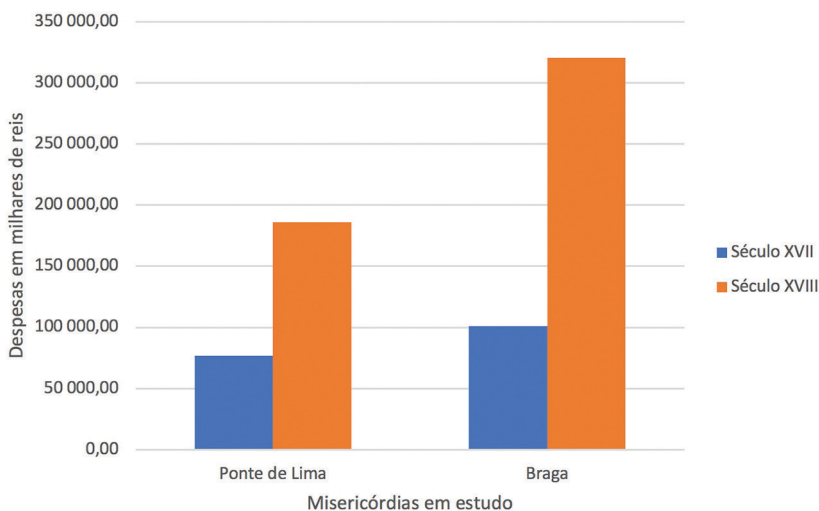
Através de uma análise comparativa das despesas com viajantes, de cada uma das Misericórdias, percebemos que Braga era a que mais gastava anualmente, com passageiros. O ano cuja despesas foram menores, ficando-se pelos 13.730 reis, corresponde a 1729-1730. Por outro lado, o ano mais dispendioso

(164) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol II..., pp. 85-86.

atingiu valores na ordem dos 57.274 reis, em 1719-20, dando uma média de despesas com peregrinos a rondar os trinta mil reis anuais.

Quanto às despesas da Santa Casa de Ponte de Lima, no ano em que foram mais baixas, o de 1644-1645, andaram pelos 6.771 reis. Já no ano em que foram registados maiores gastos com peregrinos e viajantes, em 1725-1726, a despesa atingiu os 28.640 reis. Neste caso, corresponderá a uma média anual de cerca de 15 mil reis despendidos com a população em trânsito. Também a Misericórdia de Coimbra apresenta gastos médios anuais, com viajantes, entre os 45 mil e os 52 mil reis.⁽¹⁶⁵⁾

Gráfico 8 - Análise comparativa da evolução das despesas com passageiros, por século, nas duas instituições em estudo (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, *Livros de Despesas do Thesoureiro*, nº 658, 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 674; ASCMPL, *Livros de Receita e Despesa*, nº453, 475B, 465, 471, 482, 490A, 497, 508, 517, 525, 532, 541, 550, 559, 567, 575, 578, 580.

As Misericórdias de Ponte de Lima e Braga registaram gastos com passageiros mais avultados no século XVIII do que no XVII, apesar da Santa Casa Limiana se ter debatido com pesadas dificuldades financeiras na segunda metade do século XVIII.

(165) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., p. 84.

Não podemos deixar de fazer notar que o século XVIII também ficou marcado, especialmente na primeira metade, pelo impacto do ouro no Brasil, o que permitiu a opulência característica do reinado de D. João V. Algumas Misericórdias terão visto as suas economias melhorarem graças a este desafogo económico que Portugal atravessava.⁽¹⁶⁶⁾

Quanto ao peso das despesas das duas instituições com viajantes, comparativamente os gastos totais anuais, ficam abaixo dos 10%, o que se explica pelo facto de a maioria das esmolas dadas a passageiros e cartas de guia rondarem apenas os 10 ou 20 reis, valores bastante baixos relativamente ao preço de alguns bens. Uma galinha, por exemplo, custava em Braga neste período, entre os 50 e 80 reis.⁽¹⁶⁷⁾ Mais uma vez os nossos dados vão de encontro dos estudos de Maria Antónia Lopes em Coimbra onde, em 1753, o peso total dos gastos com viajantes, nas despesas globais do mordomo, foi de apenas 6,8%. Em 1773 esse valor tinha já descido para 3,6% e continuaria a diminuir pelo século XIX dentro, apontando-se para isso a repressão dos mendicantes por parte da Intendência Geral da Polícia.⁽¹⁶⁸⁾

Grande parte destas despesas eram feitas com cartas de guia. Na Misericórdia de Ponte de Lima foram registados 999 portadores das mesmas, 546 passageiros, 131 cavalgaduras, 73 passageiros com cartas de guia e 11 cartas de guia com cavalgaduras, entre 1635 e 1807. As cartas de guia em Braga eram também muito utilizadas a ponto de, em 1735, durante uma reunião da Mesa, se mandar «fazer e imprimir [as ditas] com toda a brevidade por haver muito poucas e fosse hua resma dellas, que tudo era necessario pelo muito gasto que tem».⁽¹⁶⁹⁾

Em Coimbra, as cartas de guia com cavalgadura tinham de ser pedidas por escrito. Entre 1750-1791, a Misericórdia coimbrã, segundo Maria Antónia Lopes, passou uma média mensal de 71 a 76 cartas de guia, a quase 33 mil

(166) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. I..., p. 84.

(167) A galinha era um animal comum, possivelmente acessível a grande parte da população. A Santa Casa de Braga costumava despende 50 reis na compra de uma galinha sempre que queria dar esmola a uma “parida”. Pressupomos, portanto, que fosse este o preço de venda do animal. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro da despeza da casa da Misericórdia que comesou em 1627 e terminou em 1635*, 1629-1630, nº 661, fls. 50, 56v. A relação entre preços também pode ser feita consultado o site da Universidade de Lisboa: <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>, acessido em 25 de maio de 2017.

(168) Para Coimbra leia-se Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. II..., p. 85.

(169) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 athe 26 de Março de 1694*, nº 13, fls. 73-74.

peessoas. Contudo, em 1751 despacharam-se cerca de 157 cartas de guia mensais, número que foi decrescendo, tendo despachando apenas uma média de 108 por mês, no ano de 1785. Quanto às cavalgadas, foram passadas para o mesmo período 8.373, numa média mensal de 21. Contudo, anos como 1753, 1770 e 1773 registaram uma média mensal superior a 40.⁽¹⁷⁰⁾

As cavalgadas eram atribuídas, apenas, aos indivíduos que as Misericórdias consideravam não terem possibilidades de fazerem o percurso a pé, por estarem doentes ou aleijados. Na sessão de Mesa da Misericórdia de Braga, em 1609, foi assentado que

«[...] coando os doentes do Hospital e pobres de cartas de guias a que se mandar dar cavalgada se quiserem consertar com o esmoler sobre a cavalgada para irem a pee: não der [sic] o esmoler a tal pobre cavalgada nem dinheiro por quanto atenção [sic] da mesa no dar das cavalgadas has pessoas inhabilitadas a pedirem [sic] ir a pee [...]».⁽¹⁷¹⁾

Sugeriam-se, assim, duas alternativas para os diferentes estados das pessoas. Desta forma, abria-se a possibilidade de se adaptar o formato da esmola ao pobre em causa.

(170) Lopes, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra*, vol. II..., pp. 83.

(171) ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro de Termos de 1598-1632*, nº 4, fls. 61v.-62.

NOTAS FINAIS

As dificuldades que no século XVII e XVIII esperavam os viajantes quando estes abandonavam os seus lares, empreendendo uma longa jornada, eram imensas, como analisámos. Os desafios vividos iam da miséria, fome, cansaço, assaltos, doenças, prisão até à morte. Havia uma verdadeira panóplia de males que aguardavam o passageiro, ao longo dos caminhos que este percorria. Não obstante o panorama desanimador, a necessidade de se pôr ao caminho era maior do que os riscos.

Variadíssimos seriam os motivos que levavam os indivíduos da Época Moderna a viajar. Entre as causas para estas jornadas, como vimos, poderia estar uma peregrinação, uma guerra, o comércio, migrações sazonais, procura de cura para doenças, entre outras razões. Tornava-se, portanto, imperativo que entre os milhares de milhas percorridas se encontrassem organismos com a função de apoiar os viandantes. Entre estes equipamentos estavam as estalagens ou albergarias, onde o descanso era pago, por vezes, com preços inflacionados. Havia também os hospitais e casas de caridade entre os quais se destacam, no panorama nacional, as Santas Casas da Misericórdia. Estas instituições que davam cumprimento às 14 Obras de Misericórdia, sete corporais e sete espirituais, colocavam em prática, desta forma, a sexta corporal: “dar pousada aos peregrinos”.

Ao longo desta obra propusemo-nos analisar a forma como as Santas Casas auxiliavam os passageiros dando cumprimento ao prescrito no seu compromisso. No entanto, além de procurarmos investigar como eram ajudados estes indivíduos, pretendíamos também conhecê-los, obtendo várias informações relativamente à sua proveniência, destino, estatuto social e condições de saúde.

Começámos por analisar os conceitos que iríamos utilizar, principalmente o de “peregrino”, um dos mais recorrentes e que à época era atribuído a alguém que caminhava pelos campos e montanhas não só por motivações

de fé, mas por qualquer razão. Todo o caminhante era passível, por isso, de ser denominado peregrino.

Considerámos coroado de êxito o nosso esforço de identificação dos viajantes. Conseguimos apurar, num número significativo de casos, a sua proveniência e o seu destino. Em Portugal, os viajantes eram originários de todas as partes do reino, quanto aos estrangeiros eram essencialmente espanhóis, irlandeses, holandeses, flamengos, franceses e italianos. Na sua maioria pertenciam ao sexo masculino, não obstante, havia também a presença de algumas mulheres e crianças. Iam, em grande número, para Santiago de Compostela, pelo que pressupomos, apesar de pairarem algumas dúvidas, que fossem visitar o túmulo de São Tiago. Um número igualmente significativo procurava as vilas próximas, seriam doentes ou pobres da região que, precisando de se deslocar e não tendo posses, recorriam à Misericórdia. Havia igualmente muitos religiosos e soldados em circulação pelo reino e que pediam apoio à Santa Casa.

Contudo, e em conclusão, salta-nos à vista uma observação inquietante. O passageiro, cuja condição de viandante o transformava em pobre, assumia o estatuto de um necessitado sem qualquer rede familiar ou de amigos que lhe acudisse. Desta forma, além de ser um peregrino era, muitas vezes, um enfermo, esfarrapado, faminto, um preso, um defunto. As Santas Casas não se limitaram, por isso, apenas a dar “pousada aos peregrinos”, antes colocaram em prática todas as sete obras de misericórdia corporais e algumas das espirituais, na assistência que prestavam aos viajantes. As duas instituições que estudamos, e muitas outras, davam-lhes pousada, no máximo de um a três dias; em alguns casos permitiam-lhes comer ou cozinhar, e quando assim não era, davam-lhe uma esmola para adquirirem a alimentação necessária. Cumpriam assim as obras “dar de comer a quem tem fome” e “dar de beber a quem tem sede”; entre os casos que analisámos, foram vários os que falavam do internamento de viajantes doentes nos hospitais das Misericórdias, dando assim cumprimento à obra de caridade “assistir aos enfermos”.

Na nossa investigação não encontramos referências à dádiva de peças de vestuário a peregrinos, no entanto, vários outros autores notaram que estas instituições, em casos de necessidade, ofereciam sapatos ou uma peça de vestuário a viajantes que, por algum motivo, haviam rompido os seus. Não descuravam, também, o auxílio aos viajantes e estrangeiros que acabavam presos, ficando totalmente desamparados. Ajudavam-nos dando-lhes alimentação e água para beberem, e custeando a burocracia da sua libertação. Por fim, não raras vezes, enterraram forasteiros que havia morrido nos seus

hospitais ou em alguma rua próxima cumprindo, desta forma, a obra de “enterrar os mortos”.

Quanto às espirituais, encontramos as Santas Casas a “perdoar as injúrias” e a “corrigir com mansidão os que erram” quando aceitavam dar corrimento aos processos de libertação de alguns presos; a “rogar pelos vivos e defuntos”, a “ensinar os simples” e a “dar bons conselhos” nas missas que dedicavam aos passageiros mortos e nas missas de alva, muito concorridas pelos peregrinos que iam iniciar a sua jornada diária; a “sofrer com paciência as fraquezas do próximo” e a “consolar os tristes” ao rezarem e cuidarem deles, nas suas enfermarias e ao permanecerem a seu lado, quando moribundos.

Todavia, o auxílio a passageiros ia ainda mais para além do cumprimento das obras de Misericórdia supracitadas. Estas confrarias custeavam transportes para os peregrinos, quando estes não estavam em condições físicas de se deslocar, e pagavam os custos das viagens dos degredados, quando estes se viam obrigados a abandonar o reino e a suportar as despesas que o seu embarque exigia.

Apesar de o auxílio aos viajantes ser dos temas menos desenvolvidos em Portugal, no que diz respeito à ação das Santas Casas, conseguimos perceber, através do nosso estudo, o quanto esta obra era fundamental para as pessoas que diariamente estavam em circulação, no reino. Tal era a importância e consistência desta obra que, a mesma, implicava o cumprimento de outras práticas caritativas que se exigiam às Misericórdias. Auxiliar peregrinos era, assim, uma obra de caridade muito importante que implicava cerca de 10% do esforço financeiro das confrarias que analisámos. O peregrino assemelhava-se a Jesus e auxiliá-lo equivalia a auxiliar o próprio Cristo ou não estivesse escrito no Novo Testamento que, no Juízo Final, haviam de se salvar aqueles que, segundo Ele, o ajudaram: «tive fome e deste-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolheste-me, estava nu e destes-me que vestir, adoeci e visitastes-me, estive na prisão e fostes ter comigo».⁽¹⁾ Não era a Ele que Jesus se referia diretamente, mas sim a cada um dos seus «irmãos mais pequeninos», pois auxiliá-los tinha a mesma importância que auxiliá-lo a Ele próprio.⁽²⁾ Por este motivo, levar a cabo as obras de Misericórdia ajudavam bastante no caminho que cada um percorria para atingir a salvação eterna.

(1) *Bíblia Sagrada*, Fátima, Difusora BÍBLICA, 2015, São Mateus, 25, 35-36.

(2) *Bíblia Sagrada*, Fátima, Difusora BÍBLICA, 2015, São Mateus, 25, 35-36.

FONTES

Fontes manuscritas

ADB- ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA
Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga

Livros de despesas do tesoureiro

Livro de despesa do thezoureiro 1605-1610, nº 658.

Livro de despesa do thezoureiro 1614-1620, nº 660.

Livro de despesa da casa da Santa Misericórdia de comesou em 1627 e terminou em 1635, nº 661.

Livro de despesa do thezoureiro 1635-1641, nº 662.

Livro de despesa do thezoureiro 1646-1654, nº 664.

Livro de despesa do thezoureiro 1654-1668, nº 665.

Livro de despesa do thezoureiro 1668-1678, nº 666.

Livro de despesa do thezoureiro 1678-1687, nº 667.

Livro de despesas do thezoureiro 1688-1702, nº 668.

Livro de despesas do thezoureiro 1702 a 1711, nº 669.

Despezados Julho de 1711-1724, nº 670.

Livro de despesa do tizoureiro da Caza Principiou em Janeiro de 1724 e findou em 3 de Agosto de 1756, nº 671.

Livro de despesa do thezoureiro 1756-1792, nº 674.

Livros de despesa do Mordomo

Livro de despesa do Mordomo 1651-1660, nº 686.

Livro de despesa do Mordomo 1660-1672, nº 687.

Livro de despesa do Mordomo 1672-1682, nº 679.

Livro de despesa do Mordomo 1682-1693, nº 680.

Livro de despesa do Mordomo 1693-1717, nº 681.

Livro de despesa do Mordomo 1717-1748, nº 682.

Livro de despesa do Mordomo 1634-1780, nº 675.

Estatutos

Estatutos de 1625, nº 1.

Compromisso de 1628, nº 2.

Livros de termos

Livro de Termos de 1598-1632, nº 4.

3º Livro de termos de 10 de Outubro de 1632 até 12 de Março de 1645, nº 5.

Livro de termos de 14 de Março de 1645 até 7 de Dezembro de 1653, nº 6.

Livro de termos de 21 de Dezembro de 1653 até 20 de Dezembro de 1661, nº 7.

Livro de Termos de 1662-1676, nº 8.

Livro de termos de 10 de Agosto de 1676 até 2 de Julho de 1694, nº 9.

Livro de termos de 2 de Julho de 1694 até 24 de Abril de 1709, nº 10.

Livro de termos de 21 de Maio de 1709 até 31 de Maio de 1723, nº 11.

Livro de termos de 31 de Maio de 1723 até 17 de Janeiro de 1734, nº 12.

Livro de termos de 27 de Janeiro de 1734 até 26 de Março de 1746, nº 13.

Livro de termos de 30 de Março de 1746 até 29 de Junho de 1751, nº 14.

Livro de termos de 30 de Junho de 1751 até 11 de Novembro de 1757, nº 15.

Livro de termos de 20 de Novembro de 1757 até 16 de Maio de 1769, nº 16.

Livro de termos de 24 de Maio de 1769 até 20 de Março de 1776, nº 17.

Livro de termos de 24 de Março de 1776 até 23 de Julho de 1780, nº 18.

Livro de termos de 12 de Julho de 1780 até 11 de Julho de 1787, nº 19.

Livro de termos de 15 de Julho de 1787 até 28 de Agosto de 1791, nº 20.

Livro de termos de 31 de Agosto de 1791 até 7 de Junho de 1799, nº 21.

Livro de termos de 12 de Junho de 1799 até 13 de Julho de 1806, nº 22.

Livro de termos de 30 de Julho de 1806 até 8 de Janeiro de 1817, nº 23.

ADVC - ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO

Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo

Livros de Despesa

Livro de Receita e Despesa 1602-1603, nº 3.22.3.1.

Livro de Receita e Despesa 1603-1604, nº 3.22.3.2.

Livro de Receita e Despesa 1610 – 1611, nº 3.22.3.9.

Livro de Receita e Despesa 1612-1613, nº 3.22.3.11.

Livro de Receita e Despesa 1621-1622, nº 3.22.3.20.

Livro de Receita e Despesa 1622-1623, nº 3.22.3.21.

Livro de Receita e Despesa 1632- 1633, nº 3.22.4.8.

Livro de Receita e Despeza 1642-1643, nº 3.22.4.18.
Livro de Receita e Despeza 1652-1653, nº 3.22.5.9.
Livro de Receita e Despeza 1662 – 1663, nº 3.22.5.19.
Livro de Receita e Despeza 1672-1673, nº 3.22.6.3.
Livro de Receita e Despeza 1682-1683, nº 3.22.6.13.
Livro de Receita e Despeza 1692-1693, nº 3.23.1.2.
Livro de Receita e Despeza 1702-1703, nº 3.23.1.13.
Livro de Receita e Despeza 1703-1704, nº 3.23.1.14.
Livro de Receita e Despeza 1712-1713, nº 3.23.2.9.
Livro de Receita e Despeza 1721-1722, nº 3.23.3.1.
Livro de Receita e Despeza 1722-1723, nº 3.23.3.2.
Livro de Receita e Despeza 1723-1724, nº 3.23.3.3.
Livro de Receita e Despeza 1732-1733, nº 3.23.3.13.
Livro de Receita e Despeza 1742-1743, nº 3.23.4.7.
Livro de Receita e Despeza 1752-1753, nº 3.23.4.17.
Livro de Receita e Despeza 1762-1763, nº 3.23.5.9.
Livro de Receita e Despeza 1772-1773, nº 3.23.6.3.
Livro de Receita e Despeza 1782-1783, nº 3.23.6.13.
Livro de Receita e Despeza 1792-1793, nº 3.23.6.23.
Livro de Receita e Despeza 1802-1803, nº 3.24.1.10.

Livros de Acórdãos

Livro de Acordãos de 04 de Junho de 1559 a 18 de Abril de 1728, nº 3.24.3.3.
Livro de Acordãos de 04 de Junho de 1728 a 18 de Abril de 1757, nº 3.24.3.4.
Livro Velho dos Accordans, nº 3.24.3.5.

Estatutos

Estatutos 1674, nº 3.27.5 cx. 3-59.
Estatuto 1577, nº 3.24.4.21.

ASCMPB - ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE
DA BARCA

Livros de despesa

Este livro principia em 1632 – contém várias couzas 1632-1641, nº 54.
Livro de Contas da Caza 1642-1650, nº 136.
Livro de Contas 1650-1661, nº 131.

- Livro Misto 1660-1661, nº 59.*
Livro de Despeza 1661-1670, nº 137.
Livro de Despeza 1670-1689, nº 173.
Livro de Despeza 1689-1704, nº 60.
Livro de Contas da Casa 1704-1713, nº 142.
Livro de Despeza 1724-1735, nº 133.
Contas 1736-1750, nº 130.
Livro de Despeza, 1752-1765, nº 129.
Contas: Recibo e despeza 1765-1791, nº 102.
Contas: Recibo e dezpeza 1793-1801, nº 100.
Livro de Contas 1806-1831, nº 106.

Livros de termos

- Livro que contém várias couzas – começa em 1605 nº 164*
Contas da Casa e Termos 1689-1771, nº 132.
Livro das dicizões e acordans em Meza, desta Santa e Real Caza da Misericórdia da vila da Barca 1791-1823, nº 50.

Compromissos

- Compromisso da Misericórdia de Lisboa, nº 61.*

ASC MPL - ARQUIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTE DE LIMA

Livros de despesa

- Livro de receita e despeza ano de 1635 para 1636, nº 453.*
Livro de receita e despeza 1644-1645, nº 457^B.
Livro de receita e despeza 1655-1656, nº 465.
Livro de receita e despeza desta Caza da Miziricordia do anno de 1664-1665, nº 471.
Livro da receita e despeza desta caza da Misiricordia de que he escrivão Francisco de Souza Ferras: deste anno de 1675 em que he provedor Paulo Ferreira de Mesquita, nº 482.
Livro da receita e despeza do anno de 1685, nº 490^A.
Livro da receita e despeza do anno de 1695, nº 497.
Livro de receita e despeza 1705-1706, nº 508.
Livro de receita e despeza 1715-1716, nº 517.

Livro de receita e despesa 1725-1726, nº 525.

Livro de receita e despesa do escrivão o Licenciado Lourenço de Carvalho de Araujo do anno de 1735 para o de 1736, nº 532.

Livro de receita e despesa do escrivão Antonio de Oliveira Rego deste anno de 1745 para o de 1746, nº 541.

Livro da receita e despesa do escrivão Manoel Abreu de Lima no anno de 1755 para o de 1756 annos, nº 550.

Livro da despesa feito este anno de 1765 para o de 1766 sendo escrivam Doutor Joseph Silva, nº 559.

Livro de receita e despesa deste anno de 1775 para o de 1776, nº 567.

Livro de despesa feita este anno de 1784 para o de 1785 sendo escrivão o Reverendo Gaspar de Faria e do anno de 1785 para 1786 sendo escrivão Santos Luis Barreto d' Lima Dantas, nº 575.

Livro de receita e despesa do ano de 1795 para o de 1796, nº 578.

Livro de receita e despesa ano de 1806-1807, nº 580.

Livros de Cabidos Gerais

Livro dos cabidos gerais que comesou em dia dos Santos o primeiro de novembro ano principio 1615 sendo provedor Francisco [Condeixa] de Meneses e escrivão Nunes Borges, nº 1.

Cabidos gerais – principia em 1641. Fim 1764, nº 2.

Livro dos cabidos gerais que principia este anno de 1764, nº 3.

Fontes impressas

Bluteau, Rafael, *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo I, Lisboa, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1790, consultado através do site: www.brasiliana.usp.br, acedido a 14 de julho de 2017.

Bluteau, Rafael, *Diccionario da Língua Portuguesa composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio Morais Silva*, Tomo II, Lisboa, Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1790, consultado através do site: www.brasiliana.usp.br, acedido a 14 de março de 2017.

Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vols. I, II, Porto, Livraria Civilização, 1945.

Menezes, Luís de, *História de Portugal Restaurado*, vols. III, IV, Porto, Livraria Civilização, 1946.

Moralejo, A.; Torres, C.; Feo, J., *Códice Calixtino: Libro V – Siglo XII – Guía del Peregrino Medieval*, Santiago de Compostela, Alvarellos, 2016.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Laurinda, «The city in times of plague: preventive and eradication measures against epidemic outbreaks in Évora between 1579 and 1637», in *Popolazione e Storia*, vol. 7, n° 2, 2006, através de <https://www.academia.edu/>, consultado a 15 de agosto de 2017, pp. 109-125.

ABREU, Laurinda; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Reforço da interferência régia e elitização: o governo dos Filipes*, vol. 5, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2006, pp. 7-30.

ABREU, Laurinda, *O Poder e os Pobres. Dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Gradiva, 2014.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, «Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal», in *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Médias – Actas das 1^{as} Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, Tomo I, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1973, pp. 39-57.

ALMEIDA, Luís Fernand, *Páginas dispersas. Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

ALVES, Jorge Fernandes, «Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas», in Eiras Roel, Antonio; Gonzalez Lopo, Domingo L. (coord. científicos), *Movilidad e migracións internas na Europa Latina*, Unesco, Santiago de Compostela, 2002, pp. 117-126.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «A Reforma da Assistência nos Reinos Peninsulares», in *Cadernos do Noroeste*, vol. 19 (1-2), Braga, Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho, 2002, pp. 177-198.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias do Alto Minho no contexto da Restauração», in Separata da *Revista Portuguesa de Historia*, Tomo XXXVI, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras - Universidade de Coimbra/ Instituto de História Económica e Social, 2002/2003, pp. 461-473.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «Os hospitais de Ponte de Lima na era pré-industrial», in *Actas do XVIII Seminário Internacional sobre Participação, Saúde e Solidariedade – Risco e Desafios*, Braga, 2006, pp. 481-492.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; Esteves, Alexandra Patrícia Lopes, «Pasaportes de caridade: las “cartas de guía” de las Misericórdias Portuguesas (Siglos XVII-XIX)», in *Estudios Humanísticos. Historia*, nº 6, 2007, pp. 207-225.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Estabilidade, grandeza e crise: da Restauração ao final do reinado de D. João V*, vol. 6, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2007, pp. 7-29.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «As Misericórdias e a Guerra da Restauração: a contribuição financeira da Santa Casa do Porto: actas», in *JORNADAS DE ESTUDO SOBRE AS MISERICÓRDIAS*, 2, Penafiel, Arquivo Municipal, 2009, p. 289. pp. 287-300.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2014.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, «Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 231-260.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Enquanto o mundo durar: João de Meira Carrilho e o legado instituído na Misericórdia de Braga (séculos XVII-XVIII)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2017.

BANDE RODRÍGUEZ, Enrique, «Registo del Paso de Peregrinos por las Rutas Jacobeanas Orensanas Segun los Libros Parroquiales», in *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Tomo XLII, Fascículo 107, 1995, pp. 25-37.

BARREIRO Mallón, Baudilio; Rey Castelao, Ofelia, *Pobres, peregrinos y enfermos. La red asistencial gallega en el Antiguo Régimen*, Santiago de Compostela, Consorcio de Santiago, 1998.

BARROS, José D' Assunção, *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*, Petrópolis, Vozes, 2005.

BEAUVALE, Scarlett, «Le cadre familial : entre autorité et individu», in Antoine, Annie et Michon, Cédric (dir.), *Les sociétés au xviii siècle Angleterre, Espagne, France*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 2006, pp. 245-261, disponível para consulta online em <https://books.openedition.org/pur/7397>, acessado a 10 de janeiro de 2019.

BOUZA, Fernando, *D. Filipe I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

BURKE, Peter (dir.), *O Renascimento*, Lisboa, Texto Grafia, 2008.

- CASTRO, Maria de Fátima, *A Misericórdia de Braga – Assistência material e espiritual: das origens a cerca de 1910*, vol. III, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Autora, 2006.
- Cipolla, Carlo M., *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Edições 70, 2000.
- CHAUNU, Pierre, *A Civilização da Europa Clássica*, vols. I, II, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.
- CLAY, Rotha Mary, *The Medieval Hospitals Of England*, London, s. n., 2009.
- COSTA, Fernando Dores, *A Guerra da Restauração 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- CUSTÓDIO, Jorge, «O Palácio da doença em Santarém», in Mata, Luís (coord.), *João Afonso de Santarém e a assistência hospitalar escalabitana durante o Antigo Regime*, Santarém, Câmara Municipal de Santarém, 2000, pp. 18-64.
- DENIS, Michel; Noël Blayau, *Le XVIIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1970.
- DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.
- DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.
- Eco, Umberto, *Como se Faz uma Tese, em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.
- ELLIOTT, J. H., *A Europa Dividida – 1559-1598*, Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- FERREIRA, Florival Maurício, *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700), Subsídios para a sua história*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche; Santa Casa da Misericórdia de Peniche, 1997.
- FRANCH BENAVENT, Ricardo, «El comercio en el Mediterráneo español durante la edad moderna: del estudio del tráfico a su vinculación con la realidad productiva», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 17, 2008, pp. 77-112.
- FREITAS, Isabel, «Caminhos que cruzam os portos secos no início do século XVI», in Fonseca, Luís Adão da; Amaral, Luís Carlos; Santos, Maria Fernanda Ferreira (coords.), *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*, vol. I, Barcelos, Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 493-499.
- GALLET MARCO, Mercedes, «Historia e historia de los hospitales», in *Revista d'Història Medieval*, nº 7, 1996, pp. 179-191.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José Ángel, «El Hombre Medieval como “Homo Viator”: peregrinos y viajeros», in Iglesia Duarte, José Ignacio, (coord. científico), *IV Semana de Estudios Medievales, Nájera, 2 al 6 de agosto de 1993*, Instituto de estudios riojanos, 1994, pp. 11-30, consultado a partir do site: <https://dialnet.unirioja.es>, accedido a 13 de janeiro de 2017.
- GARIN, Eugenio (dir.), *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Ensaio e Estudos – Uma maneira de pensar*, vol. I, Lisboa, Sá da Costa, 2009.
- GONZÁLEZ Lopo, Domingo L., «Migraciones Históricas de los Gallegos en el Espacio Peninsular (Siglos XVI-XIX)», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 12, 2003, pp. 167-182.

GOUVEIA, António Camões, «Procissões», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, pp. 334-345.

GREEN, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1984.

HOBBSAWM, Eric J., *A Era das Revoluções*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

HOF, Ulrich Inu, *A Europa no século das Luzes*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

KING, Margaret L., «A Mulher Renascentista», in Garin, Eugenio (dir.), *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 191-227.

LACARRA y de Miguel, José María, «Las peregrinaciones a Santiago en la edad moderna», in Separata de la *Revista Príncipe de Viana*, nº 102 y 103, Pamplona, Diputación Foral de Navarra, 1966, pp. 33-45.

LEBRUN, François, *Le XVIIe siècle*, Paris, Armand Colin, 1978.

LEITE, António Sérgio Teixeira, «Contributo para o estudo da geografia da pobreza em Braga: a ação da Misericórdia na segunda metade do século XVII», in Araújo, Maria Marta Lobo de (coord.), *A Intemporalidade da Misericórdia – As Santas Casas Portuguesas: espaços e tempos*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2016, pp. 207-230.

LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vols. I, II, Viseu, Palimage Editores, 2000.

LOPES, Maria Antónia, «Mulheres e trabalho em Coimbra (Portugal) no século XVIII e inícios do XIX», in Iglesias Rodríguez, Juan José; Pérez García, Rafael M.; Fernández Chaves, Manuel F. (eds.), *Comercio y cultura en la Edad Modern. Comunicaciones de la XIII reunión científica de la Fundación Española de Historia Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2005, pp. 1770-1787.

LOPES, Maria Antónia; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Sob o signo da mudança: de D. José I a 1834*, vol. 7, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2008, pp. 7-36.

LOPES, Maria Antónia, «Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime», in Hernández Borge, Júlio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp. 93-129.

LOPES, Maria Antónia, «Cadeias de Coimbra: espaços carcerários, população prisional e assistência aos presos pobres (1750-1850)», In Araújo, Maria Marta Lobo de; Ferreira, Fátima Moura; Esteves, Alexandra (orgs.), *Pobreza e assistência no espaço Ibérico (séculos XVI-XIX)*, Porto, CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”, 2010, pp. 101-125.

LOPES, Maria Antónia, *Na rota da 3ª invasão francesa: o concelho de Mangualde e as suas vítimas*, Mangualde, Câmara Municipal de Mangualde, 2011.

LOPES, Maria Antónia, «Sofrimentos das populações na terceira invasão francesa. De Gouveia a Pombal», in *O Exército Português e as Comemorações dos 200 Anos da Guerra Peninsular*, vol. III, Lisboa; Parede, Exército Português; Tribuna da História, 2011, pp. 299-323.

LOPES, Maria Antónia, «Os socorros públicos em Portugal, primeiras manifestações de um Estado-Providência (séculos XVI-XIX)», in *Estudos do Século XX*, 13 Coimbra, 2013, pp. 257-280.

LUTZ, Heinrich, *Reforma y Contrarreforma: europa entre 1520 y 1648*, Madrid, Alianza Editorial, 2009.

MACHADO, Manuela, «Auxílio a viajantes e peregrinos: a concessão de cartas de guia na Misericórdia de Braga no século XIX» in <http://www.iconografiacittaeuropea.unina.it>, consultado a 17 de setembro de 2017.

MAÇZAK, Antoni, *Viaggi e viaggiatori nell'Europa moderna*, Bari, Laterza, 1992.

MAGALHÃES, António, «Estrangeiros numa Vila Litoral. A intervenção da Misericórdia de Viana da Foz do Lima no apoio a pobres de passagem (séculos XVI – XVIII)», in Ferreira, A.; Abreu, J.; Pinho, I.; Costa, J. (coord.), *I Congresso Histórico Internacional As Cidades na História: População*, vol. III, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, 2013, pp. 253-266.

MAGALHÃES, António, *Práticas de caridade na Misericórdia de Viana da Foz do Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Viana do Castelo, Edição da Casa da Misericórdia de Viana do Castelo, 2013.

MAGALHÃES, António, «Os assistidos: formas e beneficiários da actuação das Misericórdias, (1498-1910)», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 10, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2017, pp. 119-161.

MARQUES, João Francisco, «A renovação das práticas devocionais», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, pp. 558-601.

Marques, João Francisco, «Os Itinerários da Santidade: Milagres, Relíquias e Devoções», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, pp. 359-367.

MARQUES, José, «A assistência aos peregrinos, no Norte de Portugal, na Idade Média», in *I Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*, Porto, novembro de 1989, pp. 9-22.

MARQUES, José, «O culto de S. Tiago no Norte de Portugal», in *Lusitana Sacra*, 2º série, 4, 1992, pp. 99-148.

MARQUES, José, «Os Santos dos Caminhos Portugueses», in *Revista da Faculdade de Letras*, História, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 243-262.

MARTIN, D. W. Jones, *La Contrarreforma. Religión y sociedad en la Europa Moderna*, Madrid, Akal, 2003.

MARTINS, Mário, *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*, Lisboa, Edições Brotéria, 1957.

Martins, Vitorino, «As Finanças na Guerra da Restauração», in *Revista de História Militar*, vol. 92, Lisboa, 1940, pp. 807-829.

MATA, Eugénia; Valério, Nuno, *História Económica de Portugal – Uma Perspectiva Global*, Lisboa, Editorial Presença, 1993.

MAXWELL, Kenneth, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

MENDES, Ana Catarina, *Peregrinos a Santiago de Compostela: uma etnografia do caminho português*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009, dissertação de Mestrado policopiada.

MINCHINTON, Walter, «Tipos y estructura de la demanda (1500-1750)», in Cipolla, Carlo M. (dir.), *Historia económica de Europa- Siglos XVI y XVII*, vol. II, Barcelona, Editorial Ariel, 1979, pp. 68-140.

Mols, S. J. Roger, «La población europea (1500-1700)», in Cipolla, Carlo M. (dir.), *Historia económica de Europa- Siglos XVI y XVII*, vol. II, Barcelona, Editorial Ariel, 1979, pp. 13-67.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «O Processo Político (1621-1807): D. Pedro II regente e rei (1668-1706). A consolidação da dinastia de Bragança», in *História de Portugal: Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 410-415.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «A Guerra da Aclamação», in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 268-281.

Moraes, Juliana de Mello, «Peregrinos e viajantes no Norte de Portugal- As esmolas distribuídas pela Ordem Terceira Franciscana de Braga aos irmãos «passageiros» (1720-1816)», in *Cultura, Espaço & Memória*, CEM, nº 1, 2013, pp. 263-272.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, «A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago», in *Estudos Regionais*, nº 13/14, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 1993, pp. 53-72.

MORENO, Humberto Baquero, «Vias portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, I Série, vol. 2, 1986, pp. 77-89.

OLIVEIRA, António de, *Poder e oposição política em Portugal: no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1990.

OLIVEIRA, António de, *Movimentos Sociais e Poder no Século XVII*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002.

OLIVEIRA, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vols. I, II, III, Coimbra, Palimage, 2015.

OTERO, Horacio (coord.), *El Camino de Santiago, la hospitalidad monastica y las peregrinaciones*, Santiago Salamanca; Junta de Castilla y León e Consejería de Cultura y Turismo, 1992.

ORTÍZ, Antonio Domínguez, *Historia Universal – Edad Moderna*, vol. III, Barcelona, Vicens Vives, 1992.

PARDAL, Rute, *Práticas de caridade e assistência em Évora (1650-1750)*, Évora, Instituto de Investigação e Formação Avançada, 2013, tese de Doutoramento policopiada.

PENTEADO, Pedro, «Peregrinações e Santuários», in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal- Humanismos e Reforma*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2000, pp. 346-358.

PEREIRA, Maria das Dores de Sousa, *Entre ricos e pobres: a actuação da Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca (1630-1800)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca, 2008.

PUNTONI, Pedro, «A “Guerra dos Bárbaros” (Brasil, 1650-1720)» in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 292-300;

PUNTONI, Pedro, «As guerras no Atlântico Sul: a ofensiva holandesa (1624-1641)», in Barata, Manuel Themudo; Teixeira, Nuno Severino (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. II, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2004, pp. 255-267;

RAMOS, Maria Odete Neto Ramos, *A gestão dos bens dos mortos na Misericórdia de Arcos de Valdevez: caridade e espiritualidade (séculos XVII-XVIII)*, Arcos de Valdevez, Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2015.

REY Castela, Ofelia, «Exiliados irlandeses en Galicia de fines del XVI a mediados del XVII», in Mestre Sanchís, António; Giménez López, Enrique (coord.), *Disidencias y Exilios en la España Moderna - Actas de la IV Reunión Científica de la Asociación Española de Historia Moderna*, Alicante, Universidad de Alicante, 1997, pp. 99-116.

REY Castela, Ofelia, «Las migraciones femininas de antiguo régimen en su contexto europeo», in Hernández Borge, Julio; González Lopo, Domingo L. (dir.), *Mujer y emigración – una perspectiva plural. Actas del coloquio internacional sobre migracións*, Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2008, pp. 39-68.

ROBERTO López, J., «Peregrinos Jacobeos en Oviedo a Finales del Siglo XVIII», in *Cuadernos De Estudios Gallegos*, Tomo XXXIX, Fascículo 104, 1991, pp. 131-151.

RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1840-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2013, tese de Doutoramento policopiada.

RODRIGUES, Martinho Vicente, *Santa Casa da Misericórdia de Santarém cinco séculos de História*, Santarém, Santa Casa da Misericórdia de Santarém, 2004.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, «As estruturas populacionais», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal: ao alvorecer da modernidade*, vol. III, Lisboa, Editorial Estampa, 1994, pp. 197-241.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «Os Hospitais entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno», in *Congresso comemorativo do V centenário da*

fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora, Actas, Évora, Hospital do Espírito Santo, 1996, pp. 87-103.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *As misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «As Misericórdias da fundação à União Dinástica», in Paiva, José Pedro (coord. científico), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – Fazer a História das Misericórdias*, vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 19-45.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «Estatuto Social e Discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime», in Leandro, Maria Engrácia; De Araújo, Maria Marta Lobo; Silva e Costa, Manuel (org.), *Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, 2002, pp. 303-334.

SÁ, Isabel dos Guimarães; Paiva, José Pedro, «Introdução», in Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum – A Fundação das Misericórdias: o Reinado de D. Manuel I*, vol. 3, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 2004, pp. 7-21.

SÁ, Isabel dos Guimarães; Lopes, Maria Antónia, *História breve das misericórdias portuguesas: 1498-2000*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *De princesa a rainha-velha - Leonor de Lencastre*, Maia, Círculo de Leitores e autora, 2011.

SALAS Auséns, José António, «Inmigrantes en una tierra de emigración: extranjeros en Galicia en la segunda mitad del siglo XVIII», in *Obradoiro de Historia Moderna*, 13, 2004, pp. 163-194.

SCAMMEL, G. V., *A primeira era imperial – a expansão ultramarina europeia c.1400-1715*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- Governo dos reis espanhóis (1580-1640)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Verbo, 1979.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal- A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1980.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal: O despotismo iluminado, (1750-1807)*, vol. VI, Lisboa, Editorial Verbo, 1982.

SERRÃO, José Vicente «O Quadro Humano», in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 43-65.

SILBERT, Albert, *Do Portugal do antigo regime ao Portugal oitocentista*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

SUÁREZ González, Ana, «La hospitalidade en San Isidoro de León según los manuscritos de su archivo (siglos XII-XIII)», in Otero, Horacio (coord.), *El Camino de Santiago, la*

hospitalidad monastica y las peregrinaciones, Santiago Salamanca, Junta de Castilla y León e Consejería de Cultura y Turismo, 1992, pp. 53- 61.

SUBTIL, José, «No crepúsculo do corporativismo. Do reinado de D. José I às invasões francesas (1750-1807)» in Mattoso, José (dir.), *História de Portugal – O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp. 415-429.

TENENTI, Alberto, *La Edad Moderna- siglos XVI-XVIII*, Barcelona, Crítica, 2003.

TODOROV, Tzvetan, «Viajantes e Indígenas», in Garin, Eugenio (dir.), *O Homem Renascentista*, Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 229-245.

VOVELLE, Michel (org.), *O Homem do Iluminismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

WOOLF, Stuart, *Los Pobres en la Europa Moderna*, Barcelona, Editorial Crítica, 1989.

XAVIER, Ângela Barreto; Freire, Leonor Costa, *D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.

SITES

<http://www.iconografiacittaeuropea.unina.it>

<http://www.brasiliana.usp.br>

<http://digitalq.advct.arquivos.pt>

<http://www4.di.uminho.pt>

<http://www.diocese-braga.pt>

<http://digitalq.advct.arquivos.pt>

<https://dialnet.unirioja.es>

<https://repositorium.sdum.uminho.pt>

<https://www.rcaap.pt>

<http://www.academia.edu>

<http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>

<https://books.openedition.org/pur/7397>

ANEXO

Origem dos viajantes portugueses assistidos pela Misericórdia de Braga (séculos XVII e XVIII), divididos por distrito ou região.

Local de proveniência	Número de indivíduos assistidos
Lisboa	46
Viana do Castelo	45
Braga	32
Vila Real	22
Porto	18
Algarve	16
Coimbra	14
Évora	13
Portalegre	11
Alentejo	9
Guarda	9
Bragança	8
Desconhecido	8
Leiria	6
Madeira	6
Beja	5
Setúbal	5
Viseu	5
Aveiro	4
Castelo Branco	4
Santarém	4
Beira	3
Açores	2
Minho	1
Trás do Montes	1

A Época Moderna ficou marcada pela decadência das grandes peregrinações, devido a um conjunto de fatores, relacionados com a Peste Negra, o Protestantismo e as guerras entre diferentes reinos europeus. Poderemos, no entanto, falar do fim das viagens religiosas? Terão os homens e mulheres deste período circulado menos do que em épocas anteriores? Que razões estariam por trás das suas deslocações? De que forma as Misericórdias suportaram e auxiliaram essa população flutuante? Será que os pobres viajavam? Como o fariam? Estas são algumas das questões que a autora procura desenvolver com o presente trabalho.

